



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E
CIDADANIA

MARIA SAMPAIO DE ALMEIDA

TRAJETÓRIA DE EGRESSOS DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR – PERÍODO 2012 a 2018

SALVADOR
2019

MARIA SAMPAIO DE ALMEIDA

**TRAJETÓRIA DE EGRESSOS DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR – PERÍODO 2012 a 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, como requisito para a obtenção do título de Mestre

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges

SALVADOR
2019

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

A447 Almeida, Maria Sampaio de

Trajatória de egressos de um curso de administração de empresas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador: período 2012 a 2018 / Maria Sampaio de Almeida. – Salvador, 2019.

136 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Egressos 2. Administração de Empresas 3. Educação Superior
4. Mercado de Trabalho I. Borges, Ângela Maria Carvalho – Orientadora
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
III. Título.

CDU 378.4:65(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA SAMPAIO DE ALMEIDA

**“TRAJETÓRIA DE EGRESSOS DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR:
PERÍODO 2012 A 2018”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 21 de março de 2019.

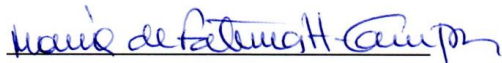
Banca Examinadora:



Prof.(a) Dr.(a) Ângela Maria Carvalho Borges - UCSAL (orientadora)



Prof.(a) Dr.(a) Katia Siqueira de Freitas - UCSAL



Prof.(a) Dr.(a) Maria de Fátima Hanaque Campos - UNEB

Dedico este trabalho (*in memoriam*) ao meu pai, Manuel Messias V. de Almeida, que me ensinou as primeiras letras e segurou a minha mão, orgulhosamente, levando-me para a escola em meu primeiro dia de aula. Dele herdei o encantamento pelos estudos como forma de proporcionar-me conhecimentos para a minha trajetória de vida pessoal e profissional. Minha eterna gratidão, meu amado pai.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um momento importante para refletir sobre a jornada realizada para alcançar um objetivo e a respeito de quem, direta ou indiretamente, nos ajudou na caminhada.

Inicialmente, agradeço a Deus por ter me fortalecido especialmente para superar desafios naturais, para fazer este percurso rumo ao meu objetivo.

Gratidão a minha orientadora, Profa. Dra. Angela Borges que, durante as suas aulas na disciplina “Trabalho e Questão Social”, me levou a compreender que mercado de trabalho está para além de analisar indicadores, fortalecendo em mim a escolha de aprofundar o tema. As suas orientações e questionamentos foram fundamentais para ampliar as investigações feitas em minha pesquisa.

Agradeço aos membros da banca examinadora, professoras Katia Siqueira (UCSAL) e Fátima Hanaque (UNEB), por aceitarem o convite e pelas relevantes críticas e sugestões que fizeram ao meu trabalho, impulsionando-me para buscar respostas.

A todos os Professores do Programa de Políticas Sociais e Cidadania que contribuíram para o meu processo de aprendizagem que significou para mim a desconstrução de conhecimentos para dar lugar a novos saberes a respeito dos temas abordados.

Aos meus colegas de turma, pela solidariedade, carinho, amizade e momentos de descontração, em sala de aula ou fora dela, que deram leveza à jornada do mestrado.

Ao meu amado filho, Orlando Sampaio, que me acompanhou, sempre me encorajando para dar o passo seguinte. Nele resgato a minha juventude e dedicação.

A minha mãe, Ana Cardoso, pela força e segurança que sempre me transmitiu fazendo-me refletir sobre a beleza da simplicidade e que, pacientemente, esperou pelos intervalos para o nosso bate-papo na janela de casa.

Ao meu esposo, Orlando Monteiro, que compreendeu este momento de minha vida, permitindo-me a plenitude da liberdade de optar pela companhia dos meus estudos em momentos de lazer.

Ao meu amado pai, Manuel Messias V. de Almeida, que me transmitiu a importância de esvaziar a mente para ter foco e concluir o que se inicia. Eternamente em meu coração.

RESUMO

A educação superior no Brasil vem apresentando tendência de crescimento no número de matrículas. Por outro lado, o mercado de trabalho está sujeito a conjunturas econômicas e transformações estruturais decorrentes de mudanças no sistema produtivo, interferindo nos efeitos da obtenção do diploma da graduação. Neste contexto estudar a trajetória de egressos de um curso de administração titulados em 2012, 2015 e 2016 tem o objetivo de identificar como aconteceu o percurso no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador – RMS entre 2012 e 2018, período que inclui a recente crise econômica no Brasil, agravada em 2015. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e caráter descritivo cujos procedimentos metodológicos consistiram da análise de dados secundários incluindo documentos da instituição de ensino, indicadores da educação superior e indicadores de mercado de trabalho. Os dados primários foram coletados mediante o envio de questionário eletrônico para um universo de 200 egressos nos anos referidos, obtendo-se o retorno de 54 egressos (27%). Com base nesta amostra de 54 egressos, foram calculados os percentuais para examinar as variáveis pesquisadas tornando possível compreender o percurso no mercado de trabalho em três momentos distintos: durante o curso, logo após a conclusão do curso e no quarto trimestre/2018. Os resultados mostram que em todos os três momentos investigados a situação de trabalho estava presente, sendo que a maioria com atividade laboral no setor de serviços. Durante o curso, 92,1% dos egressos declarou que já trabalhava dos quais 37,2% na condição de assalariado e 54,9% como estagiários. Após a conclusão do curso, o percentual de assalariados era de 38,9% e no quarto trimestre/2018, 59,3%. Dos que trabalham, no último trimestre/2018, apenas 55,0% estavam em posição ocupacional adequada para a titulação obtida. Quanto à vivência do desemprego, 27,8% declarou que se encontrava desempregado logo após a conclusão do curso. Embora este percentual tenha se reduzido, indicando a inserção paulatina no mercado de trabalho, no quarto trimestre/2018 – momento da pesquisa – ele ainda era bastante elevado, 14,8%. As conclusões apontam que embora o ensino superior tenha contribuído positivamente para o aumento do capital cultural dos egressos e para a sua trajetória no mercado de trabalho, fatores estruturais desse mercado, agravados nos três anos anteriores à pesquisa, indicam que o diploma obtido não impediu que uma proporção elevada deles enfrentasse o desemprego e vivenciasse situações de precarização.

Palavras-chave: Egressos. Administração de empresas. Educação superior. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

Higher education in Brazil has been showing a growth trend in the number of enrollments. On the other hand, the labor market is affected by economic conjuncture and structural transformations resulting from changes in the productive system, interfering in the effects of obtaining the graduation diploma. In this context, the purpose of studying the trajectory of graduates from an administration course graduated in 2012, 2015 and 2016 is to identify the way that the work in the Metropolitan Region of Salvador (MRS) between 2012 and 2018, which includes the recent economic crisis in Brazil, aggravated in 2015. This study has a qualitative and quantitative character, whose methodological procedure consisted of the analysis of secondary data composed of educational institution documents, indicators of higher education and labor market indicators. The primary data were collected by sending an electronic questionnaire to 200 graduates in the referred years, obtaining the return of 54 graduates (27.0%). Based on this sample of 54 graduates, the percentages were calculated to examine the variables surveyed, making it possible to understand the course in the labor market in three different moments: during the course, just after the conclusion of the course and in the fourth quarter / 2018, when the survey was answered. The results also show that in all three moments investigated the work situation was present, most with labor activity in the services sector. During the course, 92.1% of the graduates stated that they already worked, of which 37.2% were employed and 54.9% were trainees. After conclusion of the course, the percentage of employees was 38.9% and in the fourth quarter / 2018, 59.3%. Of those who work, in the last quarter / 2018, only 55.0% were in an occupational position suitable for the degree obtained. Regarding the experience of unemployment, 27.8% stated that they were unemployed shortly after the conclusion of the course. Although this percentage fell, indicating the gradual insertion in the labor market, in the fourth quarter / 2018 – moment of the survey – it was still quite high 14.8%. The conclusions show that although higher education has contributed positively to the increase in the cultural capital of graduates and to their trajectory in the labor market, structural factors of this market, aggravated in the three previous years to the survey, indicate that the obtained diploma didn't prevented a high proportion of them from facing unemployment and experiencing situations of precariousness.

Keywords: Graduates. Business administration. Higher education. Job market.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|---|----|
| Figura 1 | Diagrama das etapas realizadas no estudo | 27 |
| Figura 2 | Estratégias de comunicação durante para a realização da coleta de dados | 32 |
| Figura 3 | Sistematização e análise dos dados | 34 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|--|-----|
| Gráfico 1 | Percentual de distribuição do Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Salvador-Bahia, 2016 | 78 |
| Gráfico 2 | Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação | 80 |
| Gráfico 3 | Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho e respectivas taxas e níveis, por nível de instrução – Região Metropolitana de Salvador (RMS) | 81 |
| Gráfico 4 | Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, em reais – Região Metropolitana de Salvador (RMS) – ensino superior completo ou equivalente | 82 |
| Gráfico 5 | Ranking das competências desenvolvidas por ter cursado Administração de Empresas (%) | 92 |
| Gráfico 6 | Situações presentes na condição de desemprego (em %) | 100 |
| Gráfico 7 | Situações presentes na condição de desemprego após a conclusão do curso – percentual sobre o total de desempregados (n=15) | 104 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|----|
| Quadro 1 | Variáveis que foram pesquisadas com os egressos: uma síntese | 31 |
| Quadro 2 | Caracterização dos períodos históricos do sistema educacional do Brasil Colônia à era Vargas | 39 |
| Quadro 3 | Características do Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II – Curso Administração de Empresas da instituição de ensino (lócus da pesquisa) | 62 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Tabela 1 | Número de ingressantes no ensino superior por ano e tipo de organização acadêmica, 2012-2017 | 45 |
| Tabela 2 | Número de concluintes no ensino superior por ano e tipo de organização acadêmica, 2012-2017 | 45 |
| Tabela 3 | Trajetórias pós-PROUNI – perfil de egressos – estudo Milanez (2016) | 50 |
| Tabela 4 | Competências e habilidades desenvolvidas para Administrador – Pesquisa CFA/2015 | 58 |
| Tabela 5 | Mobilidade ocupacional do administrador, segundo pesquisa CFA/2015 | 76 |
| Tabela 6 | Número de egressos por gênero e ano de conclusão | 83 |
| Tabela 7 | Percentual de egressos por gênero e ano de conclusão | 84 |
| Tabela 8 | Número de respondentes por gênero e ano de conclusão | 84 |
| Tabela 9 | Percentual de respondentes por gênero e ano de conclusão | 84 |
| Tabela 10 | Número de respondentes por ano e faixa etária | 85 |
| Tabela 11 | Percentual de respondentes por ano e faixa etária | 85 |
| Tabela 12 | Número de egressos respondentes, por ano de conclusão e cor ou raça..... | 85 |
| Tabela 13 | Percentual de egressos respondentes, por ano de conclusão e cor ou raça..... | 86 |
| Tabela 14 | Número de egressos respondentes por ano e turno que cursou administração .. | 86 |
| Tabela 15 | Percentual de egressos respondentes, por ano e turno que cursou administração | 86 |
| Tabela 16 | Percentual do tipo de recursos usados para cursar Administração de Empresas, por ano | 87 |
| Tabela 17 | Percentual do tipo de recursos usados para cursar Administração de Empresas, por turno | 87 |
| Tabela 18 | Percentual por nível de escolaridade dos pais | 88 |
| Tabela 19 | Motivadores para cursar o ensino superior | 89 |
| Tabela 20 | Motivadores para cursar Administração de Empresas – escolha de até três opções | 89 |
| Tabela 21 | Percentual do desempenho obtido nas disciplinas do curso – por meio de inserção no curso | 90 |
| Tabela 22 | Participação no ENADE | 90 |
| Tabela 23 | Percentual quanto à continuidade dos estudos após concluir administração, por faixa etária | 93 |
| Tabela 24 | Tipo de participação de atividade política e social, por turno (n=52) | 93 |
| Tabela 25 | Interesses culturais que tinha durante o período em que estava cursando administração, por turno (n=53) | 94 |
| Tabela 26 | Interesses culturais atuais, por turno (n=51) | 94 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 27 | Meios utilizados para manter-se informado sobre assuntos da atualidade durante o período do curso, por turno (n=48) | 95 |
| Tabela 28 | Meios utilizados para manter-se informado sobre assuntos da atualidade – 4º trimestre/2018, por turno (n=46) | 95 |
| Tabela 29 | Situação de trabalho – 4º trimestre/2018, por ano | 98 |
| Tabela 30 | Situação de trabalho – 4º trimestre de 2018, por gênero | 98 |
| Tabela 31 | Percentual quanto à situação no mercado de trabalho, por recurso usado para inserção no ensino superior | 99 |
| Tabela 32 | Relação com o trabalho durante o tempo em que estava cursando, por ano (n=51) | 101 |
| Tabela 33 | Relação com o trabalho durante o tempo em que estava cursando, por gênero (n=51) | 102 |
| Tabela 34 | Percentual quanto à relação com o trabalho durante o tempo em que estava cursando, por meio de inserção (n=51) | 102 |
| Tabela 35 | Experiência de trabalho após a conclusão do curso – número e percentual de respondentes por situação vivenciada, por ano | 103 |
| Tabela 36 | Experiência de trabalho após a conclusão do curso – número e percentual de respondentes por situação vivenciada, por gênero | 105 |
| Tabela 37 | Comparativo da situação de ocupação durante o curso e no 4º trimestre/2018 .. | 106 |
| Tabela 38 | Posição do cargo que ocupava após a conclusão do curso – egressos que trabalham com carteira assinada e sem carteira assinada | 107 |
| Tabela 39 | Tempo de trabalho na área em que se formou, por ano (n=53) | 108 |
| Tabela 40 | Faixa de renda individual mensal – 4º trimestre/2018, por ano de conclusão ... | 109 |
| Tabela 41 | Faixa da última renda mensal individual, por gênero | 109 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ABRES | Associação Brasileira de Estágios |
| ANGRAD | Associação Nacional de Graduação em Administração |
| BRICS | Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul |
| CENSUP | Censo da Educação Superior |
| CFA | Conselho Federal de Administração |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CPC | Conceito Preliminar de Curso |
| CRA | Conselho Regional de Administração |
| EBAP | Escola Brasileira de Administração Pública |
| ENADE | Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes |
| ENEM | Exame Nacional de Ensino Médio |
| ESAN | Escola Superior de Administração de Negócios |
| FAT | Fundo de Amparo do Trabalhador |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FIES | Fundo de Financiamento Estudantil |
| IA | Inteligência Artificial |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBRA | Instituto Brasileiro de Administração |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| INEP | Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| IP | Internet Protocol |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| ISCO | Classificação Internacional de Ocupação |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MBA | Master in Business Administration |
| MEC | Ministério da Educação |
| MTPS | Ministério do Trabalho e Previdência Social |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNE | Plano Nacional de Educação |

| | |
|---------|---|
| PPC | Projeto Pedagógico do Curso |
| PPP | Parceria Público-Privada |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| RMS | Região Metropolitana de Salvador |
| SEI | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SEMESP | Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior |
| SEMOC | Semana de Mobilização Científica |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior |
| SPE | Sistema Público de Emprego |
| TBM | Taxa Bruta de Matrícula |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TLM | Taxa Líquida de Matrícula |
| UCSAL | Universidade Católica do Salvador |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFSM/RS | Universidade Federal de Santa Maria |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 26 |
| 1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 26 |
| 1.2 LOCALIZAÇÃO DOS EGRESSOS | 28 |
| 1.3 COLETA DE DADOS | 30 |
| 1.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA | 33 |
| 2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL | 36 |
| 2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E BASE REGULATÓRIA | 39 |
| 3 O ENSINO SUPERIOR | 43 |
| 3.1 ABERTURA E EXPANSÃO PARA O SETOR PRIVADO | 43 |
| 3.2 MEIOS PARA INSERÇÃO NO PROUNI E FIES | 47 |
| 3.3 O ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA | 51 |
| 3.3.1 Décadas de 1930 a 1960 | 52 |
| 3.3.2 Décadas de 1970 e 1980 | 53 |
| 3.3.3 A partir da década de 1990 | 54 |
| 3.4 A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR LÓCUS DA PESQUISA E O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS | 59 |
| 4 EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO | 64 |
| 4.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO | 64 |
| 4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO – MODELO FORDISTA | 67 |
| 4.2.1 O modelo fordista de produção: uma nova ordem | 69 |
| 4.3 MERCADO DE TRABALHO – CARACTERIZAÇÃO | 72 |
| 4.4 PANORAMA BRASILEIRO DA INSERÇÃO DOS EGRESSOS DE CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO: INDICATIVOS DA PESQUISA CFA PARA 2015 | 75 |
| 4.5 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO | 77 |
| 4.5.1 Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador: breve caracterização | 77 |
| 5 O PERCURSO DE EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO LÓCUS DA PESQUISA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 83 |
| 5.1 PERFIL DOS EGRESSOS PARTICIPANTES DA AMOSTRA | 83 |
| 5.2 A INSERÇÃO E O PERCURSO NO ENSINO SUPERIOR | 86 |
| 5.2.1 Constituição do capital cultural e exercício da cidadania | 92 |
| 5.2.2 Uma síntese da inserção e do percurso no ensino superior | 95 |

| | |
|--|-----|
| 5.3 O PERCURSO NO MERCADO DE TRABALHO | 96 |
| 5.3.1 Situação atual no mercado de trabalho: momento em que respondeu à pesquisa | 97 |
| 5.3.2 Situação de trabalho durante o período em que estava cursando administração | 100 |
| 5.3.3 Situação de trabalho após a conclusão do curso | 103 |
| 5.3.4 A inserção ocupacional dos egressos de Administração da instituição de ensino lócus da pesquisa | 106 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 111 |
| DOCUMENTOS/LEGISLAÇÃO | 114 |
| REFERÊNCIAS | 119 |
| APÊNDICES | |
| APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO - PESQUISA – TRAJETÓRIA EGRESSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO | 126 |
| APÊNDICE B QUESTIONÁRIO PESQUISA – TRAJETÓRIA EGRESSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO | 128 |
| APÊNDICE C INFORMAÇÕES SOBRE O RECURSO PARA PESQUISA SURVEY MONKEY | 135 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante do projeto de pesquisa de mestrado realizado no âmbito do Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), tendo sido desenvolvido em um enfoque que permitiu compreender a realidade de trabalho e o percurso de carreira de egressos do Curso de Administração de Empresas levando em consideração o processo formativo, o perfil do egresso definido pela instituição de ensino e o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A escolha do objeto de estudo – a trajetória dos egressos do curso de administração de empresas no mercado de trabalho – está relacionada com o meu interesse em entender a relação educação superior/mercado de trabalho, considerando fatores sociais e econômicos intervenientes nesta dialética cuja complexidade remonta ao início da industrialização no Brasil quando a qualificação para o exercício da atividade produtiva por meio do trabalho assalariado passou a ser cada vez mais exigida. Os estudos realizados proporcionaram a ampliação do conhecimento desta discussão, impactando, de maneira significativa, em minha atuação como docente no Curso de Administração e, também, na área de gestão de pessoas na qual lido com questões relacionadas a mercado de trabalho.

A busca pela elevação da escolaridade como um meio para atender às exigências do mercado de trabalho no tocante à aquisição de competências e habilidades acompanha as demandas do sistema produtivo e direciona o interesse para a formação no ensino superior. O papel da instituição de ensino, neste contexto, tem sido adequar os componentes curriculares no sentido de acompanhar as tendências de mercado, além das condicionantes regulamentadas pelo Ministério da Educação (MEC), buscando proporcionar uma formação cada vez mais ampla muito acima das exigências de mercado e que se modificam constantemente.

Para Santos (2013, p. 383), a educação muda a sua configuração para atender ao princípio da educação para o trabalho voltando-se para prover conhecimentos utilitários e aptidões técnicas especializadas capazes de responder ao desenvolvimento tecnológico no meio de produção. O trabalho, por sua vez, direciona para o intelecto e a qualificação. O fordismo, ao introduzir a linha automática de montagem de carros (HARVEY, 1992, p. 122), iniciou o processo de inovações tecnológicas que tem levado à substituição de funções automatizáveis por sofisticados meios de produção e à demanda pela multifunção como um dos mecanismos para a acumulação flexível.

Segundo Teixeira (2006, p. 199), o desafio moderno está em conseguir que seres humanos adquiram disciplina intelectual de pensamento e estudo para fazerem face à

complexidade na qual se inserem o conhecimento e a vida moderna. Conjugando a educação formativa para o mundo do trabalho a partir desta premissa sem se distanciar da formação do indivíduo para o exercício da cidadania constitui o motivo para uma maior atenção nas diretrizes educacionais definidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) quanto às estratégias formativas.

Para Paulo Freire (1979, p. 30), a compreensão da realidade pelo homem cria a possibilidade de levantar hipóteses e buscar soluções atuando como agente transformador para, a partir de seu trabalho, criar o seu próprio mundo. Em uma direção contrária, as mudanças avançam a passos largos na contemporaneidade e os espaços para o posicionamento crítico são reduzidos. Segundo Freire (2009, p. 51), ao se deixar dominar pelos mitos e pela publicidade organizada, ideológica ou não, o homem renuncia à sua capacidade de decidir, mesmo inconscientemente.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394/96 – trouxe grandes avanços, ao estabelecer o comprometimento educacional voltado para o desenvolvimento do indivíduo, para a cidadania e para o trabalho (BRASIL, 1996). Em uma crescente, estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/14 (BRASIL, 2014) – que define diretrizes claras relacionadas à universalização da escola e ao aumento do acesso ao ensino superior. Isto indica a relação entre educação, cidadania e trabalho, contudo, não se observa resultados muito significativos, em termos de redução das desigualdades sociais globais, que se possam atribuir a esta expansão do ensino superior.

As reformas na educação acompanharam a ascensão do capitalismo no Brasil e a busca por ganhos de produtividade e redução de custos definiram as matrizes para o modelo de educação superior cujas políticas abriram o espaço para a iniciativa privada que enveredou pelo caminho objetivo no sentido de formar o indivíduo para o mercado de trabalho. Por outro lado, as mudanças na forma de organização do trabalho cujos avanços tecnológicos acentuaram a demanda por um trabalhador com maior conhecimento e qualificação levaram o indivíduo à busca incessante pela elevação do nível de escolaridade. Neste cenário, ocorre a ocupação de funções com escolaridade maior que a necessária e o que poderia se tornar uma carreira com migração para posições mais altas devido à graduação do ensino superior, na prática, não acontece.

É relevante realçar que, no Brasil, o incentivo para o acesso ao ensino superior através de programas de governo como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) abriu a perspectiva para a oferta de vagas pelas instituições privadas e, por outro lado, favoreceu o governo na implementação de políticas educacionais por outra via que não a melhoria do ensino público brasileiro. A existência de vagas ociosas no

programa PROUNI é um dos indicativos de que esta estratégia do governo para atender a recomendações de organismos externos não assegura o alcance da Meta 12 constante do PNE 2014-2024 para que a Taxa Bruta de Matrícula (TBM)¹ no ensino superior correspondente a jovens na faixa etária de 18 a 24 anos seja elevada para 50% e a Taxa Líquida de Matrícula (TLM)² para 33%, segundo o MEC/SESAE (2014, p. 41).

No caso particular do curso de Administração de Empresas selecionado para estudo, o Censo da Educação Superior (Censup), realizado pelo INEP, em 2016, posiciona-o entre os 10 cursos com maior número de matrículas no Brasil caracterizando-o como uma formação de interesse, como tem sido o seu histórico, mantendo-se nesta posição. Merece realce que, em 2009, ocupou a primeira posição, em dois anos consecutivos (2015 e 2016) esteve na segunda e, mais recentemente (2017), passou para a terceira, segundo relatórios do INEP (2018, p. 23; 2016, p. 25; 2017, p. 11; 2018, p. 45).

Ao examinar o conceito do curso de Administração de Empresas pela avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), em nível Brasil, segundo dados do INEP (2015) relativos ao conceito ENADE, verifica-se que o curso alcançou, em 2015 (último ano que foi avaliado dentro do período abrangido nesta pesquisa), uma pontuação média de 2,31 pontos próxima à média de todos os cursos (2,39 pontos). Este resultado aponta que os cursos de graduação alcançaram uma média de 47,8% da pontuação máxima (5,0 pontos). Ademais, a mesma base de dados do INEP (2015) mostra que a participação no ENADE pelos concluintes, em 2015, foi de 80,87% apresentando uma diferença de 1,9 p. em relação a todos os cursos cuja participação alcançou 82,81%.

No tocante aos procedimentos metodológicos, avaliar a trajetória de egressos no mercado de trabalho representou um desafio significativo, considerando que envolveu aspectos relacionados à atualização de bancos de dados, localização dos egressos e disponibilidade dos sujeitos para a participação na pesquisa. Portanto, valer-se de metodologia que superasse possíveis obstáculos foi fundamental para o alcance dos objetivos propostos, pois permitiu fazer

¹ A Taxa Bruta de Matrícula (TBM) é definida como o total de matriculados (independentemente da idade) em relação ao total da população em idade considerada adequada para cursar o ensino superior. Uma vez que o PNE considera a população de 18 a 24 anos como aquela que está na idade de referência para cursar a graduação, a TBM indica a capacidade de atendimento do sistema de ensino superior em nível de graduação em relação ao tamanho da população de 18 a 24 anos de idade do País (INEP, 2018, p. 208).

² A Taxa Líquida de Matrícula (TLM) é um indicador de acesso ao sistema educacional por uma população considerada na idade de referência para cursar um determinado nível de ensino. Em sua definição clássica, a TLM observa apenas o percentual da população de uma faixa etária matriculada em um nível de ensino em relação ao tamanho total da população nessa faixa etária. (INEP, 2018, p. 212).

a investigação para conhecer a realidade do mundo do trabalho de egressos do curso de Administração de Empresas de uma Instituição de Ensino Superior, localizada em Salvador, Bahia.

Este tipo de pesquisa tem sido realizado em alguns estados brasileiros como iniciativa de instituições de ensino e estudantes de mestrado e doutorado (LIMA, 2007) interessados no objeto. No levantamento bibliográfico, foram identificadas pesquisas voltadas para a análise de egressos do curso de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Sociais, dentre outros. A mais antiga que tem como objeto egressos do curso de Administração, realizada por Schuch Júnior (1976), é referência para a pesquisa feita por Regio (2011) que utiliza o mesmo lócus, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/RS.

Para o planejamento da pesquisa, foram considerados: a investigação do momento atual (4º trimestre/2018, quando foi realizada a pesquisa), durante o período em que estava cursando e após a conclusão da graduação; os princípios das políticas públicas educacionais expressos na legislação vigente; indicadores da educação superior e do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador considerando a variável ensino superior; Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que define as diretrizes educacionais estabelecidas pela instituição para o funcionamento do curso, fundamentadas na LDB, Lei nº 93494 (BRASIL, 1996); e no Parecer 776/97 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que define diretrizes para cursos de graduação (MEC/CNE, 1997).

O lócus da pesquisa, uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, atuando com cursos de graduação e pós-graduação – *lato sensu* e *stricto sensu* – disponibilizou o cadastro dos egressos a serem pesquisados. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) 2004/2015 forneceu subsídios para analisar as características da instituição, suas diretrizes educacionais e o perfil esperado para o egresso do curso de Administração de Empresas que inclui o compromisso para o desenvolvimento das dimensões ética e humanística.

Embora crescentes os indicadores relacionados ao ensino superior no Brasil, a gravidade do desemprego é observada no país, seguindo uma característica da sociedade contemporânea decorrente das transformações dos meios de produção e, também, das conjunturas econômicas, a exemplo daquela compreendida no período deste estudo, agravada em 2015, que elevou a taxa de desemprego. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), para pessoas com ensino superior atingiu um percentual de 20,8%, no terceiro trimestre de 2018, contra 14,8%, em 2012, no mesmo período, registrando

um aumento de 6,0 p.p. Isto coloca em debate a contribuição efetiva das políticas educacionais para a redução das desigualdades sociais

Segundo Pochmann (2000, p. 59), o agravamento do desemprego contribui para a substituição de trabalhador com menor escolaridade por outro com nível educacional mais elevado para a realização das atividades e isto implica em desvalorização da força de trabalho a serviço do capital. Nesta mesma linha de pensamento, analisando o cenário dos anos 90, Borges aponta para o desalinhamento entre a elevação da escolaridade e a ocupação que se obtém no mercado de trabalho.

[...] num ambiente de elevado desemprego, de rápido aumento da escolaridade média e de baixo crescimento das atividades inovadoras que demandam trabalhadores mais escolarizados, tende a ocorrer uma desconexão progressiva entre a escolaridade dos trabalhadores (e o grau dos diplomas que portam) e as características dos postos de trabalho que ocupam, tornando-se mais frequentes situações de super-qualificação. (BORGES, 2006, p. 89).

Esta realidade distancia o sujeito do acesso às condições relacionadas às suas necessidades básicas – saúde física e autonomia – que impactam na formação do indivíduo como cidadão por meio do pensamento crítico que proporciona condições para ser contra toda e qualquer forma de opressão dentre as quais a pobreza e a miséria (PEREIRA, 2016, p. 60).

Dentre os grupos sociais mais afetados pelo desemprego, destacam-se os jovens, que passam pela frustração de terem sonhos adiados, não realizados ou interrompidos por conta de permanecerem fora do mercado de trabalho após a conclusão de sua formação comumente direcionada para a qualificação. O trabalho, para este grupo, tem significativa relevância, visto que contribui para a sua integração social e abre a perspectiva para a sua independência emancipatória.

Outro grupo que passa pelas mazelas resultantes da falta de políticas econômicas e sociais efetivas que contribuam para a geração de emprego e renda, formado pelos egressos de cursos de graduação superior (em sua maioria, também jovens), registrou, entre 2010 e 2016, um crescimento de 65,69% na quantidade de ingressantes, destacando-se, neste universo, o ensino privado cujo aumento foi de 79,78%, neste mesmo período, segundo o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP para os anos ilustrados. No estado da Bahia, os indicadores do INEP confirmam esta tendência – 76,04% no total e, no setor privado, 106,21% (INEP, 2011; 2017).

Pensando na sua sobrevivência e, em algumas situações, na composição da renda familiar, é comum os egressos da graduação terem uma trajetória no mercado de trabalho em

condições de emprego cujo padrão salarial fica aquém de suas necessidades básicas³ e do nível de escolaridade alcançado. Submetem-se à situação de trabalho precário, consequência das transformações ocorridas com a industrialização e agravadas, a partir da década de 90, com a reestruturação produtiva que leva a novos padrões de gestão (com ênfase na flexibilização) e à multiplicação de postos de trabalho precários, quando o avanço tecnológico modifica os meios de produção e a maior qualificação se torna exigência para a ocupação das vagas nas empresas.

O discurso de que a elevação da escolaridade da população leva à melhoria no índice de emprego é contestado por Pochmann (2002, p. 60) que reconhece que ela tem um papel exclusivo para a funcionalidade do conhecimento, mas alerta que os problemas do mercado de trabalho estão relacionados a questões inerentes ao crescimento econômico, dentre outros fatores. Ribeiro e Schlegel (2015, p. 79) afirmam que, embora a educação alcançada seja o principal meio de mobilidade social nas sociedades modernas, no Brasil, apesar do aumento da escolaridade média da população, permanece o nível de desigualdade.

PROBLEMA DE PESQUISA

Como exposto, as políticas educacionais fundantes se voltaram para a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho cuja característica de heterogeneidade sempre esteve presente, mesmo em períodos de crescimento do nível de emprego. De outra forma, a dinâmica que o configura apresenta comportamentos distintos ao longo do tempo em função das variáveis impostas pelo capitalismo quanto à organização do trabalho, o que impacta, significativamente, na formação e qualificação profissional.

Tendo em vista que a relação educação–trabalho contempla diferentes variáveis envolvendo aspectos estruturais do mercado de trabalho sobre os quais não há interferência das instituições de ensino superior, o presente estudo busca encontrar respostas para o seguinte problema de pesquisa: como transcorreu a trajetória no mercado de trabalho dos egressos – anos 2012, 2015 e 2016 – do curso de Administração de Empresas da instituição de ensino lócus da pesquisa?

OBJETIVOS

³ O entendimento de necessidades básicas como saúde física e autonomia, precondições para se alcançar objetivos de participação social, é de Pereira (2016).

Objetivo Geral

Analisar a trajetória no mercado de trabalho de egressos – anos 2012, 2015 e 2016 – de um curso de Administração de Empresas de uma Universidade situada em Salvador, considerando as características do mercado de trabalho em estudo.

Objetivos Específicos

– Examinar os indicadores do Ministério da Educação relativos ao ensino superior no estado da Bahia.

– Verificar as características e o comportamento do Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, no período compreendido na pesquisa, mediante a análise de indicadores e levando em conta a escolaridade dos trabalhadores.

– Diagnosticar as características da trajetória, no Mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, de egressos do curso de Administração de Empresas de uma instituição de ensino superior privada e confessional, buscando identificar as variáveis determinantes relacionadas a cor, raça, gênero, faixa etária, renda, formas de ingresso (PROUNI, FIES, bolsa e recursos próprios e familiares), turno de estudo e ano de conclusão do curso.

HIPÓTESES

O estudo das referências (ANTUNES, 2014; BORGES, 2016; COMIN; BARBOSA, 2011; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015; POCHMANN, 2002) aponta para o agravamento do desemprego e para a permanência de desigualdades sociais mesmo com a elevação da escolaridade dos indivíduos. Por outro lado, a flexibilização produtiva e os avanços tecnológicos modificam os critérios de definição das funções nas empresas que passam a exigir escolaridade de nível superior para a ocupação de cargos em níveis da base da pirâmide funcional. Assim, o estudo realizado partiu das seguintes hipóteses:

– A situação de trabalho para egressos que já trabalhavam antes e durante a graduação e que permaneceram inseridos no mercado de trabalho na mesma empresa se manteve inalterada.

– A trajetória no mercado de trabalho pode ter ocasionado situação de trabalho precário em decorrência da crise econômica no Brasil agravada a partir de 2015.

- A elevação da escolaridade contribuiu para a melhoria do capital cultural de egressos.
- Os egressos consideram que desenvolveram competências técnicas no curso de Administração de Empresas, definidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
- Há egressos que empreenderam no mundo dos negócios como alternativa profissional.

JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA DO ESTUDO

De acordo com a PNAD/IBGE (2018)⁴, analisando comparativamente o terceiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2012 (primeiro ano do recorte deste estudo), conclui-se que o desemprego na Região Metropolitana de Salvador para pessoas com nível de instrução ensino superior passa de 14,8% (2012) para 20,8% (2018) apresentando um crescimento de 6,0 p.p. Por outro lado, o crescimento de matrículas no ensino superior é identificado no período realçado. Isto posto, fica evidente a necessidade de entender as questões presentes na dinâmica do ensino superior e no mercado de trabalho e suas interfaces a fim de encontrar respostas sobre as oportunidades dos egressos neste mercado na perspectiva de contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas sociais.

A profissão de Administração de Empresas, regulamentada na década de 60, tem a sua origem na ascensão do sistema capitalista e na migração da sociedade agrária para a industrialização. Simultaneamente, as políticas educacionais direcionaram suas regras para a formação profissional no sentido de qualificar para o mercado de trabalho o que favoreceu a entrada do curso de Administração, no Brasil, uma vez que o seu modelo originário criava a perspectiva da formação de administração científica para aplicação na gestão que apresentava significativa demanda no serviço público e nas empresas privadas.

Considerando o referencial para a origem do curso e, ainda, que este se encontra entre os dez cursos com maior número de matrículas no Brasil, é relevante o estudo sobre as possibilidades que egressos encontram no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador com a perspectiva de analisar criticamente a relação educação superior–mercado de trabalho na concepção de geradora de oportunidades.

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela sua relevância teórica, uma vez que amplia a análise da trajetória de egressos considerando a relação educação–trabalho em períodos de

⁴ Tabela 4095 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho e respectivas taxas e níveis, por nível de instrução. Variável – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, na semana de referência (%). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095>>. Acesso em: jan. 2019.

cenários socioeconômicos distintos. Adicionalmente, como justificativa prática para a realização deste estudo, cria-se a possibilidade de fornecer à instituição de ensino superior metodologia que pode ser ampliada para outros cursos no sentido de contribuir para o acompanhamento de egressos, elemento importante para o planejamento institucional.

A partir desta contextualização introdutória, o desenvolvimento deste trabalho está estruturado em cinco capítulos:

O Capítulo 1 trata dos procedimentos metodológicos para a realização do trabalho, abordando o exame dos dados secundários, a coleta e a análise dos dados primários por meio da pesquisa empírica.

O Capítulo 2 aborda princípios norteadores da educação no Brasil dando uma visão panorâmica de sua evolução histórica e dos aspectos regulatórios, realçando a introdução do Plano Nacional de Educação (PNE) que define as metas para o crescimento do ensino superior no país.

No Capítulo 3, é feita uma discussão teórica a respeito do ensino superior no Brasil, buscando mostrar a sua relação com as conjunturas econômicas e sociais, como também a análise do comportamento em termos do quantitativo de ingressantes e concluintes nesta modalidade de ensino na Bahia. Neste capítulo, dá-se foco ao curso de Administração de Empresas do geral ao específico oferecido pela instituição de ensino lócus da pesquisa.

O Capítulo 4 tem a finalidade de trazer uma visão sobre a base em que se constituiu a análise de mercado de trabalho quanto aos aspectos de concepção e caracterização, a partir de uma visão geral do modelo fordista de produção e, mais especificamente, sobre este mercado na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A análise da trajetória dos egressos, levando em conta as teorias examinadas, é apresentada no Capítulo 5, considerando-se três momentos abordados na pesquisa: durante o curso, após a sua conclusão e quando da participação na pesquisa (4º trimestre/2018).

Por fim, nas Considerações Finais, são trazidos os principais pontos relevantes do estudo permitindo uma visão geral dos resultados a partir da análise das variáveis examinadas na pesquisa.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo aborda a trajetória de egressos do curso de Administração de Empresas de uma universidade situada em Salvador-BA cuja conclusão se deu nos anos de 2012, 2015 e 2016. Tendo em vista os objetivos pretendidos, que incluem a necessidade de esclarecer variáveis significativas contemplando possibilidades para análises cruzadas, foi desenvolvido por meio de uma pesquisa quantitativa de natureza descritiva que envolveu a mensuração precisa das respostas às questões formuladas para os egressos e buscou compreender a relação educação superior e mercado de trabalho considerando as variáveis definidas e com estratificação relacionada a: cor ou raça, gênero, formas de ingresso (PROUNI, FIES, bolsa e recursos próprios), turno de estudo e ano de conclusão do curso.

Para esta definição, buscou-se analisar o referencial teórico considerando os aspectos estruturais, a conduta epistemológica e os desafios relativos à pesquisa com egressos (GIL, 2002; BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999; LORDELO et al., 2012; REGIO, 2011). Este conhecimento permitiu definir premissas para a realização do estudo da trajetória, as dimensões a serem abordadas, a forma de coleta e tratamento dos dados e alternativas para localização dos egressos.

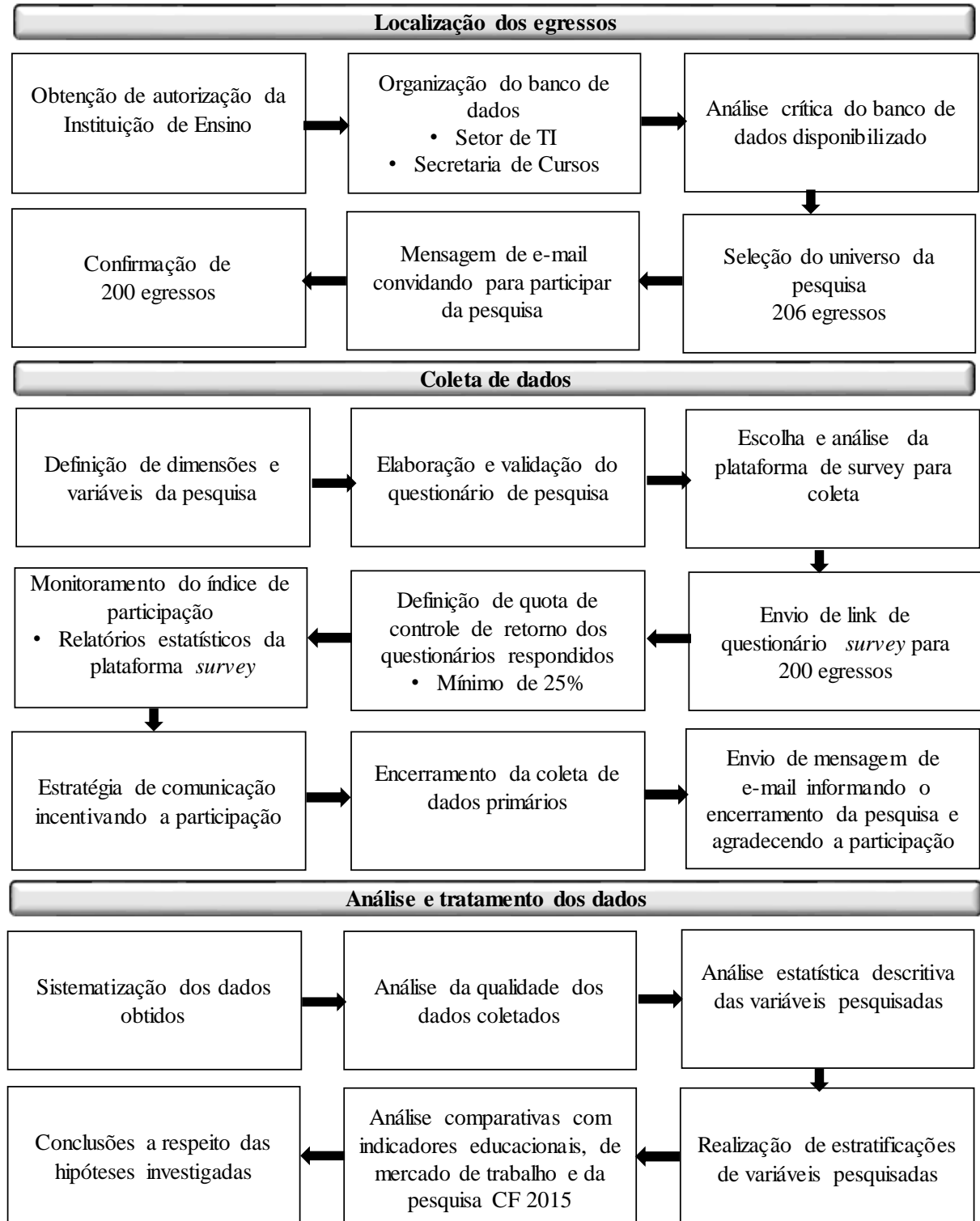
A metodologia envolveu a análise de dados secundários, consistindo em: estudo de referencial teórico a respeito de educação e mercado de trabalho; análise de documentos da instituição de ensino lócus da pesquisa: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Pedagógico do Curso (PPC); e Manual de Estágio Supervisionado. Além disto, foram analisados dimensões e indicadores educacionais e de mercado de trabalho, visando à compreensão da dinâmica envolvida para subsidiar a estruturação do estudo e, também, viabilizar as análises comparativas das variáveis definidas para cada dimensão.

Para examinar aspectos regulatórios e tendências do curso, utilizou-se informações publicadas na internet pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e pelo Conselho Regional de Administração (CRA). Além disto, incluiu-se nos estudos a Pesquisa Nacional de Egressos do Curso de Administração de Empresas realizada, em 2015, pelo Conselho Federal de Administração (CFA, 2016).

A partir do referencial estudado e analisado, planejou-se o estudo de modo a viabilizar o alcance dos objetivos definidos trazendo como diferencial a análise dos resultados encontrados, estabelecendo comparações das variáveis pesquisadas com indicadores

educacionais e de mercado de trabalho, permitindo o exame das hipóteses levantadas. O diagrama mostrado na Figura 1 apresenta uma visão geral das etapas realizadas, descritas a seguir.

Figura 1 – Diagrama das etapas realizadas no estudo



Fonte: Elaboração própria

1.2 LOCALIZAÇÃO DOS EGRESSOS

A população pesquisada foi composta por egressos da graduação em Administração de Empresas que concluíram o curso nos anos de 2012, 2015 e 2016, em uma Instituição de Ensino Superior MBA(IES) situada em Salvador-BA. Para este recorte, levou-se em consideração a sua viabilidade tendo em vista a disponibilidade de informações mais atualizadas a respeito desta população e a determinante de conjuntura econômica do período que impacta o comportamento do mercado de trabalho e, também, as políticas educacionais, o que possibilitou o exame das variáveis pesquisadas em contextos econômicos diferentes.

Fazer a análise da base de dados disponível relativa aos egressos foi considerado fundamental para definir a Instituição como lócus de pesquisa, visto que Silveira e Carvalho (2012, p. 45) apontam como desafios para o estudo com egressos a desatualização de bancos de dados relacionados aos meios de contatos – endereço e telefone – e também à disponibilidade dos sujeitos para responderem ao questionário.

Para iniciar este trabalho, foram feitos entendimentos com a instituição no sentido de obter a autorização para o acesso ao banco de dados contendo informações para a localização dos egressos, condição essencial para a realização da pesquisa. Em seguida, estabeleceu-se contatos com a Secretaria de Cursos e o setor de Tecnologia de Informação (TI) visando à obtenção dos dados. Conhecedores dos objetivos do estudo, os dois setores dedicaram-se ao levantamento e organização da base de dados de modo que fosse possível a localização dos egressos através do endereço de e-mail.

De posse do banco de dados disponibilizado pela instituição de ensino, fez-se uma análise crítica do seu conteúdo, verificando-se a sua consistência e atualização. Para tanto, utilizou-se de pesquisa nas redes sociais e testes dos endereços de e-mail. No primeiro contato, foram encaminhadas mensagens para 206 egressos, obtendo-se o seguinte resultado: endereço de e-mail desatualizado = 02; não cursou administração = 01; residência no exterior = 02; falecimento = 01. Deste modo, confirmou-se a possibilidade de realização da pesquisa com 200 egressos. O alcance obtido viabilizou a remessa dos questionários sem a necessidade de agregar outras estratégias para localização dos sujeitos.

Pires (2008, p. 210), ao direcionar sua pesquisa para 187 egressos, obteve um retorno de 87 respondentes que denominou de amostra casual e destes, retirou uma subamostra de 21 egressos (24,1%) que estavam na prática docente do ensino superior concentrando nestes a análise descritiva das questões abertas do questionário eletrônico. Por outro lado, segundo Lordelo et al. (2012, p. 135), em estudo de egressos de cursos de graduação da Universidade

Federal da Bahia (UFBA) e de programas socioeducativos do Governo Federal, localizou-se 10% e 25%, respectivamente, da amostra definida quando da aplicação de método estatístico definindo uma amostragem probabilística.

A presente experiência de pesquisa, partindo de uma população e não de um subconjunto representativo desta (uma amostra probabilística), resultou de uma decisão pragmática: a de que trabalhar com amostras aleatórias de egressos não faz sentido prático e é um esforço que pode justificar, formalmente, a vaidade intelectual e o rigor científico, mas revela-se, na prática, um zelo inócuo. Em diversas experiências anteriores com estudos de egressos de cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia e com egressos de Programas Socioeducativos do Governo Federal jamais se conseguiu alcançar a amostra cientificamente calculada. No caso de egressos de cursos de graduação, não se conseguiu localizar 10% da amostra definida. Nas demais experiências com egressos de programas socioeducativos, apesar de todas as estratégias e dispondo de mais recursos e tempo, não conseguimos alcançar 25% da amostra calculada. A utilização de amostras probabilísticas de egressos só faz sentido para populações muito grandes e equipes pequenas de pesquisadores (LORDELO et al., 2012, p. 135).

Ponderando os desafios impostos para a pesquisa com egressos referidos anteriormente e considerando o tamanho da população envolvida, optou-se por utilizar a estratégia metodológica de direcionar a pesquisa para todos os egressos localizados, ao invés de trabalhar com uma amostragem pré-estabelecida. Assim, o universo para o período de análise totalizou 200 egressos, com a seguinte distribuição temporal: 2012 = 85; 2015 = 60; 2016 = 55.

No sentido de garantir uma amostra em quantitativo semelhante àquelas obtidas nos estudos de Pires (2008) e Lordelo (2012), no planejamento da pesquisa para este estudo foi estabelecido como meta o alcance de pelo menos 25% do total dos egressos e este percentual foi considerado como quota para o controle de participação em cada ano e por gênero, características relevantes na identificação da população pesquisada para a realização do estudo estratificado. Este tipo de abordagem é usual para amostragem não probabilística, estabelecendo-se variáveis de controle para assegurar que os principais grupos sociais (ou segmentos de população pertinentes ao tema da pesquisa) se façam representar em uma amostra (FIRDION, 2015, p. 76).

1.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados primários, utilizou-se a técnica de questionário. Para Gil (2002, p. 116), o questionário de pesquisa deve traduzir os seus objetivos específicos. Dentre as regras para a construção do questionário, merecem relevo: incluir perguntas relacionadas ao problema proposto; considerar o nível de formação dos respondentes; e considerar as implicações com os procedimentos relativos à tabulação e análise de dados.

Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 201), o questionário traz, dentre as suas vantagens: a possibilidade de atingir maior número de pessoas simultaneamente; a obtenção de respostas mais rápidas e mais precisas; maior liberdade para as respostas em função do anonimato; e maior tempo para responder e em hora mais favorável. As autoras realçam como uma das desvantagens a percentagem pequena de devolução que alcança, em média, 25% dos questionários enviados. Para este estudo, prevaleceram as vantagens identificadas, utilizando-se uma estratégia de comunicação por e-mail e por telefone para incentivar a adesão voluntária à pesquisa, visando à obtenção de retorno de questionários respondidos.

O referencial teórico (BARBOSA, 2014; BORGES, 2010; CHAVES, 2015; GERALDO, 2010; LIMA, 2007; MILANEZ, 2016; POCHMANN, 2006) agregado às informações obtidas da análise da pesquisa do CFA 2015 e dos indicadores educacionais e de mercado de trabalho foram fundamentais para nortear o planejamento das dimensões e variáveis de pesquisa e para a realização das análises dos dados coletados.

Com a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), foi possível conhecer o perfil desejado para o egresso. Ademais, examinar a Pesquisa de Autoavaliação da Instituição de Ensino⁵ possibilitou compreender os estudos realizados por ela para atender às diretrizes acadêmicas e aos aspectos regulatórios do MEC. Especial atenção se deu ao questionário aplicado para levantar o perfil socioeconômico do ingressante, vislumbrando a identificação de variáveis passíveis de serem consideradas na elaboração do questionário de pesquisa com os egressos.

Assim, tendo como referência Regio (2011, p. 52), foram definidas as quatro dimensões e respectivas variáveis, mostradas no Quadro 1: perfil socioeconômico; perfil profissional – competências e habilidades; estudo e trabalho; associativismo, interesses culturais e

⁵ Autoavaliação da instituição: volta-se para atender aos requisitos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), a propósito de aspectos relativos a: estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: jun. 2018.

informativos. Para a mensuração, utilizou-se a escala de múltipla escolha com resposta única ou respostas múltiplas, a depender das variáveis que estivessem sendo analisadas.

Quadro 1 – Variáveis que foram pesquisadas com os egressos: uma síntese

| DIMENSÃO | VARIÁVEIS |
|---|---|
| Perfil sócio econômico | Meio de acesso à universidade: recursos próprios, de familiar ou financiamentos (PROUNI, FIES, bolsa da instituição de ensino e outros) Faixa de renda atual Faixa etária; estado civil; turno de estudo Diversidade: gênero e raça Capital cultural: nível de escolaridade dos pais Motivação para cursar o ensino superior e para escolher o curso de administração de empresas |
| Perfil Profissional: competências e habilidades | Solução de problema: pensar estrategicamente; introduzir modificações no processo produtivo; atuar preventivamente; transferir e generalizar conhecimentos; tomada de decisão Comunicação: relacionamento interpessoal; negociação Técnicas profissionais: buscar e aplicar soluções criativas; utilização de raciocínio lógico no desenvolvimento de atividades; elaborar e implementar ações ou projetos; e aprendizado e atualização continuada |
| Estudo e trabalho | Ocupação antes, durante o curso e atual (momento de resposta do questionário); natureza jurídica e setor econômico do empregador Trajetória no Mercado de trabalho: meios de acesso, dificuldades e tempo para ingresso, motivos do desemprego, percurso profissional Organização do trabalho: espaço ocupacional ocupado e jornada de trabalho |
| Associativismo, interesses culturais e informativos | Participação política e social; interesses culturais; meios usados para a informação |

Fonte: Adaptado de Regio (2011, p. 51)

A dimensão perfil sócio-econômico é composta por onze variáveis que possibilitam examinar a contribuição da escolaridade para o posicionamento da renda individual, a formação do capital cultural e, também, para verificar os motivadores para o ingresso no ensino superior e a escolha do curso. A análise do meio de acesso à universidade viabilizou a comparação com estudos específicos a respeito do PROUNI.

A dimensão perfil profissional: competências e habilidades foi estruturada utilizando como referência o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Manual de Estágio Supervisionado e voltou-se para investigar o nível de concordância dos egressos com relação ao desenvolvimento de doze competências estabelecidas no PPC, que compõem a base de formação do perfil do egresso, conforme proposto pela instituição de ensino. Para mensurar, utilizou-se uma Escala Likert com cinco níveis de afirmativas: concordo plenamente, concordo, discordo plenamente, discordo, não concordo e nem concordo.

Para a dimensão estudo e trabalho, analisou-se como se deu a trajetória do egresso no mercado de trabalho tendo como referência três momentos temporais distintos: durante o curso, após a conclusão do curso e no momento em que respondeu à pesquisa, 4º trimestre/2018. As variáveis permitem ampla análise em termos da organização do trabalho, meios para acesso, percurso profissional e situação de desemprego, viabilizando comparações com indicadores encontrados em outros estudos.

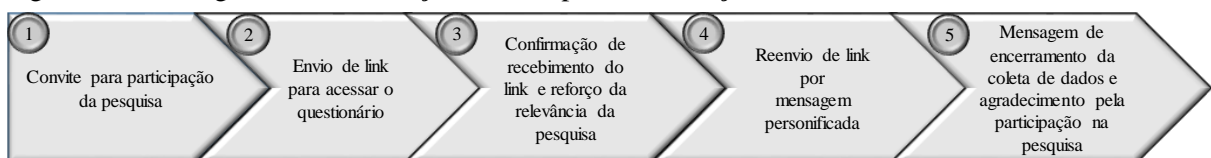
Por fim, a dimensão associativismo, interesses culturais e informativos foi incluída buscando viabilizar o exame dos contributos do ensino superior para a formação do capital cultural, sobretudo com relação a aspectos relacionados a participação política e social, interesses culturais e acesso à informação.

Finalmente, em atendimento à legislação (Capítulo IV da Resolução nº 510/16), foi disponibilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para o participante dar o aceite antes de responder ao questionário, assegurando, desta forma, a sua liberdade de escolha em participar ou não da pesquisa (Apêndice A).

O instrumento de coleta foi colocado à disposição via internet, utilizando-se a alternativa de ferramenta de plataforma *Survey Monkey* – especificações constantes do Apêndice C, no idioma português⁶ – que contempla recursos para análise de variáveis escalonadas, apresenta características de facilidade para preenchimento, permite a autoadministração e tem baixo custo de aplicação. Ademais, possibilita a exportação dos dados para a realização de cruzamentos de análise estatística das variáveis pesquisadas.

Para atender ao requisito de anonimato das respostas, na parametrização para acesso ao questionário, desativou-se a possibilidade de identificação do Internet Protocol (IP) e também não se incluiu nenhuma forma de confirmação automática de resposta. Com isto, o gerenciamento do índice de respostas se deu exclusivamente pelo relatório estatístico gerado pelo *software* com este objetivo. A análise do índice de retorno dos questionários possibilitou lidar com o fator crítico para o êxito da pesquisa e incentivar a adesão à pesquisa mediante a utilização das estratégias de comunicação mostradas na Figura 2 e descritas a seguir.

Figura 2 – Estratégias de comunicação durante para a realização da coleta de dados



Fonte: Elaboração própria

⁶ Link para acesso: <<https://pt.surveymonkey.com/>>.

1) convite para participação na pesquisa: mensagem de e-mail, em grupo, anunciando a realização da pesquisa e convidando para participar. Com esta mensagem, foi possível confirmar a atualização dos endereços de e-mail disponíveis no banco de dados e definir a quantidade de egressos a serem convidados para a participação na pesquisa;

2) envio de link para acessar o questionário: mensagem de e-mail com o envio do link para aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e acesso ao questionário;

3) confirmação de recebimento do link e reforço da relevância da pesquisa: comunicação via telefone para confirmar o recebimento do link para responder ao questionário, reforçando a relevância da pesquisa. Após este contato, o número de adesão aumentou 6,5 vezes, o que demonstra a importância da comunicação verbal para este tipo de pesquisa;

4) reenvio de link por mensagem personalizada: envio de mensagem de e-mail individual reenviando o link para acesso ao questionário. Esta comunicação teve como objetivo aumentar a quantidade de questionários respondidos tendo em vista a importância do atingimento da quota de controle definida a priori (25%);

5) mensagem de encerramento da coleta de dados e agradecimento pela participação na pesquisa: e-mail agradecendo a participação e ratificando o convite para a adesão de quem não havia respondido ao questionário. Após esta comunicação, esperou-se mais uma semana para encerrar a coleta de dados.

1.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA

Segundo Gil (2002, p. 125), esta etapa envolve diferentes procedimentos com o objetivo principal de estabelecer a ligação entre os resultados obtidos na pesquisa e outros já conhecidos oriundos de teorias ou de estudos anteriormente realizados. O autor enfatiza a relevância do planejamento prévio definindo-se *a priori* que tipos de análises serão feitas.

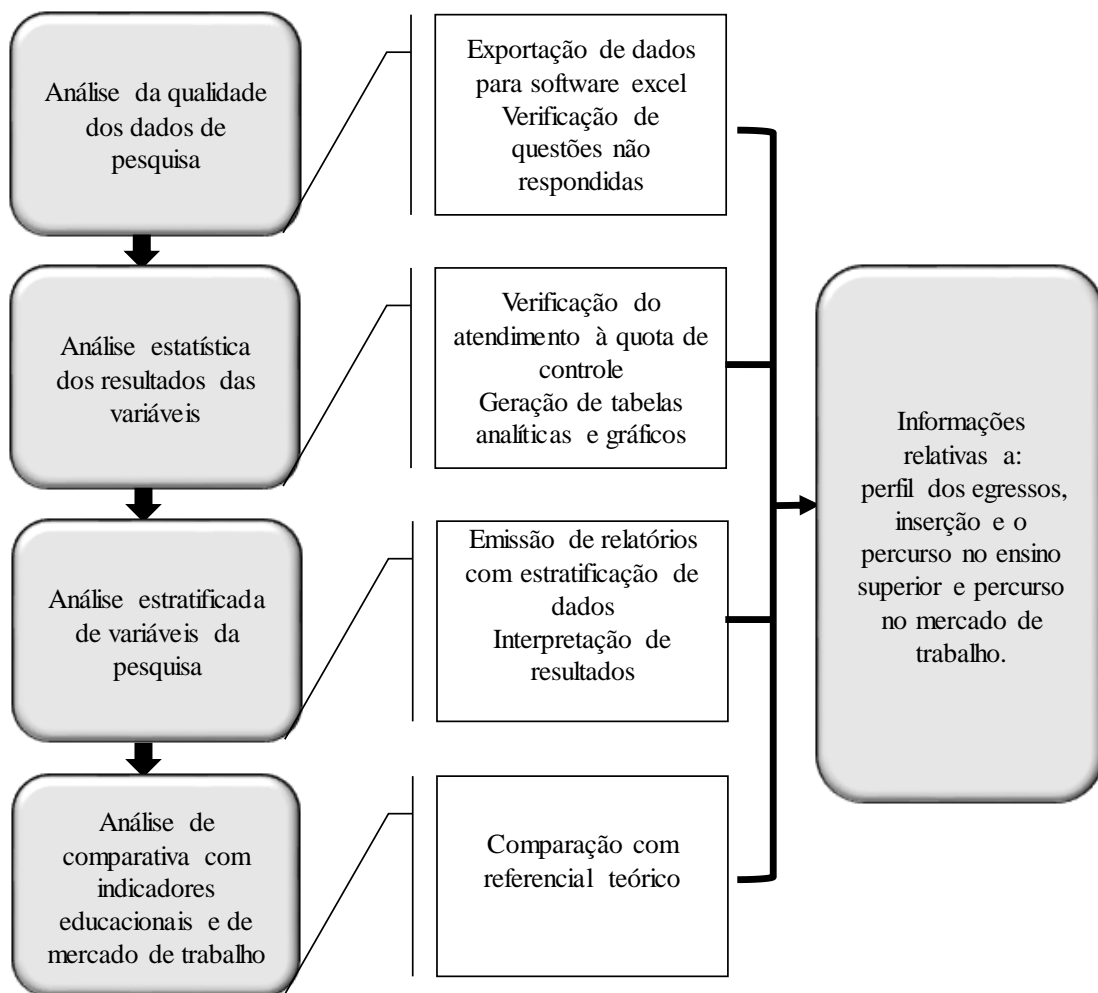
Neste estudo, a definição do questionário contemplando a classificação das variáveis se mostrou relevante para a qualidade do exame dos dados obtidos em uma abordagem quantitativa, tendo em vista que a metodologia analítica se sustenta em estatística descritiva mediante a análise cruzada de dados coletados e o exame comparativo com indicadores obtidos com o referencial teórico, requerendo a avaliação interpretativa para as conclusões.

O diagrama apresentado na Figura 3 e descrito a seguir, explicita a sistematização e análise dos dados obtidos com a pesquisa de modo que possibilitasse gerar informações relativas a: perfil dos egressos, inserção e o percurso no ensino superior e percurso no mercado

de trabalho, cujos resultados estão demonstrados por meio de gráficos ou tabelas, a depender do tipo de variável em análise.

Análise da qualidade dos dados de pesquisa: inicialmente os dados foram exportados para o software Excel e analisados quanto à qualidade das respostas dando-se atenção especial para a verificação da existência de questões não respondidas ou com respostas incompletas. A clareza na formulação das questões e a estruturação do questionário tiveram relevância para a qualidade apresentada que se constatou.

Figura 3 – Sistematização e análise dos dados



Fonte: Elaboração própria

Análise estatística dos resultados das variáveis: o atendimento à quota de controle (25,0%) foi o ponto de partida para validação e análise das respostas. Como se obteve 54 questionários respondidos, representando 27,0 % de participação na pesquisa, viabilizou-se a análise dos resultados obtidos. Os dados foram organizados da melhor maneira para a análise.

Foram selecionadas as principais tabelas analíticas para serem demonstradas no trabalho, considerando os objetivos pretendidos com o estudo.

Análise estratificada de variáveis da pesquisa: após a sistematização dos resultados, foi realizada as estatísticas descritivas visando compreender os resultados estratificados por gênero, turno de estudo, meio para ingresso e ano de conclusão do curso. Os recursos oferecidos pelo software utilizado para a coleta dos dados contribuíram para estas análises.

Análise comparativas com indicadores educacionais e de mercado de trabalho: a análise foi feita em relação ao referencial teórico buscando encontrar pontos comuns relevantes a serem considerados para a análise dos resultados da pesquisa.

Para compreender a relação Educação e Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além da revisão bibliográfica, foram feitas a sistematização e a análise de dados secundários, utilizando como fontes de pesquisa o PNAD/IBGE, o INEP, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e publicações do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP). As variáveis avaliadas abordam: para o mercado de trabalho – total de ocupados e taxa de desocupação por nível de escolaridade; e para a educação – quantidade de matrículas e concluintes por unidade administrativa (setor público e privado) e por tipo de financiamento.

A Pesquisa Nacional de Egressos do Curso de Administração de Empresas realizada, em 2015, pelo Conselho Federal de Administração, serviu de base para o confronto com resultados da pesquisa objeto deste estudo especificamente com relação às variáveis: gênero, idade, ano de conclusão do curso, tempo de formação, faixa etária, faixa de remuneração, motivações para fazer o curso, situação de trabalho, posição funcional, setor econômico onde trabalha e interesses culturais. Na análise descritiva dos resultados da pesquisa estas informações foram consideradas de maneira comparativa.

2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação entendida como via de acesso ao conhecimento abre possibilidades para o desenvolvimento do indivíduo como ser integral, reflexivo e capaz de se posicionar frente às questões que se apresentem na sua trajetória de vida. Portanto, não deve se limitar à obtenção de um certificado após o cumprimento da Matriz Curricular. Refletir sobre a educação passa pela possibilidade de vislumbrar a formação do pensamento crítico a partir da compreensão de mundo e proporcionar alternativas para transformar a sua realidade, segundo Freire.

Quando o homem compreende a sua realidade pode levantar hipóteses sobre os desafios existentes em sua vida e busca soluções, podendo, inclusive, transformá-la com o seu trabalho e sua participação social mediante a ocupação de espaços interativos e de discussão de modo que contribua para um mundo próprio seu e de suas circunstâncias (2005, p. 30).

Assim, pensar a educação em uma perspectiva maior que a aprendizagem de conteúdos é permitir a criação de alternativas, desde a concepção do modelo educacional a ser adotado pela Instituição de Ensino Superior (IES) até sua visão de mundo e do papel a ser exercido pelo ser humano. Também é preciso contemplar a forma pela qual o seu modelo educacional contribui para reduzir as desigualdades sociais por meio de um processo educativo que considere os efeitos do capital cultural⁷ de cada indivíduo que, segundo Catani e Hey (2007), tem relevância na formação do sujeito, pois impacta na compreensão do conteúdo.

Para Freire (2005, p. 28), o ser humano é um ente inacabado que deve cuidar para buscar novos patamares de educação na medida em que se reconhece superando determinado nível de conhecimento. Esta característica estabelece a relação entre o homem e a educação, cabendo a ele ser o sujeito de sua própria educação que acontece de forma interativa na relação com outros indivíduos, em uma troca de conhecimentos e em comunhão com outras consciências. Segundo Freire (2009, p. 51), o homem dinamiza o seu mundo, domina a realidade, humaniza-a e faz cultura e, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas.

A educação é uma resposta da finitude e infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação.

⁷ Capital Cultural, metáfora criada por Pierre Bourdieu, é entendido como a herança que o indivíduo traz de sua família, proveniente de sua condição social que lhe permite ou não o acesso a elementos culturais que estão no seu entorno. *Capital Cultural*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a3eO6-D4nHo>>. Acesso em: jun. 2018.

Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 1979, p. 27).

Mészáros (2008, p. 53) segue a argumentação de Freire ao se posicionar no sentido de que a educação deve ser estrategicamente pensada de forma mais ampla visto que o processo contínuo de aprendizagem está contido fora das instituições educacionais formais. Isto posto, entender a educação como um processo continuado é inseri-la em um contexto maior, tornando-se fundamental a formação do sujeito para construir a sua própria história utilizando os diferentes ambientes sociais interativos que podem criar ou não espaços para o posicionamento crítico.

Para Biesta (2013, p. 37), a linguagem de aprendizagem, forma pela qual se passou a fazer referência à educação, tem conduzido a entendê-la como uma transação econômica em que o estudante é o consumidor cujas necessidades devem ser atendidas pelo educador ou instituição de ensino, coisificando a educação, transformando-a em mercadoria.

A ideia de que a educação deve consistir em satisfazer as necessidades predefinidas do aprendente é também problemática porque sugere uma estrutura em que as várias questões que podem ser significativamente propostas são questões técnicas, isto é, questões sobre eficiência e eficácia do processo educacional. As questões mais importantes sobre o conteúdo e objetivo da educação tornam-se virtualmente impossíveis de serem propostos, a não ser que em resposta às necessidades do aprendente. (BIESTA, 2013, p. 41).

Segundo a autora, a educação precisa se voltar para a edificação do conhecimento ofertado como meio para a liberdade de pensamento e, neste sentido, necessita estar atrelada aos problemas da atualidade e a como dar respostas para eles. Este pensamento é corroborado por Mészáros (2008), que realça a aprendizagem para se referir ao processo educacional voltado para o desenvolvimento do indivíduo em uma visão crítica e na perspectiva de sua construção como pessoa.

Mészáros (2008, p. 83) se coloca em oposição aos modelos estruturantes que contribuem para o distanciamento do papel da educação quanto ao seu significado real de contribuir para os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação. Portanto, o papel da educação precisa ser exercido de tal modo que, ao acompanhar as mudanças, não se distancie das premissas formativas aqui argumentadas.

A fundamentação dos princípios da educação aqui em realce leva a ampliar a sua compreensão como um componente da justiça social tendo em vista a sua utilidade como uma

via de acesso para aquisição do conhecimento, criando a possibilidade de contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Para Estevão (2004, p. 36), a justiça em educação tende a ser relacionada fundamentalmente ao princípio da igualdade de oportunidades. Na perspectiva de prover condições igualitárias para o acesso à educação, é necessária a existência de políticas públicas educacionais voltadas para isto. Durante a 18ª Semana de Mobilização Científica (SEMOC) promovida pela UCSAL, ao abordar direitos humanos, ética e dignidade, o autor fez o destaque da educação como uma perspectiva de via de acesso à transformação social. Para o alcance proposto, é necessário que, pela via da educação, seja possível a inclusão social e a melhoria das condições de vida das pessoas.

[...] De forma resumida, a Educação para os direitos humanos é aquela que: i) está ligada à transformação social no mundo; ii) mobiliza um conceito de Educação que entra no combate à injustiça, à dominação, à opressão e à violência mais ou menos institucionalizadas [...] (ESTEVÃO, 2015, p. 6).

Na formação do indivíduo para a vida e para o mundo do trabalho também se insere a sua preparação para viver em uma democracia de modo que possa, a partir do conhecimento adquirido, exercer o seu papel de cidadão contribuinte para a evolução e o desenvolvimento da sociedade. Para Teixeira, a educação em seu formato original como acessível às classes dominantes não oferece condições para os métodos de formação democrática sendo preciso que se faça as modificações necessárias na formação do homem para que se opere a democracia e, assim, o modo de viver democraticamente seja possível.

Com efeito, a educação escolar de nível superior e médio, foi, em todo o passado, a educação da classe dominante ou a educação de especialistas, com privilégios semelhantes aos das classes dominantes e, como tal, a educação de indivíduos para formarem a chamada elite social ou de espírito. Não será, pois, aí que iremos encontrar os métodos da formação democrática (TEIXEIRA, 2006, p. 259).

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E BASE REGULATÓRIA

Para Durkheim (1938 apud BARBOSA, 2014, p. 21), compreender o sistema educacional atual implica em buscar, através da história, o seu surgimento e as suas

transformações para que seja possível identificar o que mudou e o que se mantém no presente cuja ancoragem está no passado. Realça como pressuposto que os sistemas educacionais estão em constante mudança visto que têm relação com estados sociais determinados.

Na concepção apresentada por Durkheim, como enfatizado por Barbosa (2014), todo sistema educacional é uma instituição social cuja fundação, permanência ou mudança tem conteúdo e forma determinados pela estrutura social. A educação no Brasil aponta a relação direta com a sua histórica política que sustenta o encaminhamento das Políticas Sociais a partir de interesses socioeconômicos, marcando os diferentes períodos evolutivos da educação. Isto posto, justifica-se a abordagem histórica mostrada no Quadro 2, com o propósito de lançar um olhar para as características originais do sistema educacional e sua evolução e explorar a existência ou não de contribuição deste sistema para a redução da desigualdade social.

Quadro 2 – Caracterização dos períodos históricos do sistema educacional do Brasil Colônia à era Vargas

| PERÍODO | PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS |
|------------------|--|
| Brasil Colônia | Atuação dos Jesuítas na catequese dos índios e no preparo das pessoas para as primeiras letras. Com a expulsão dos Jesuítas, surge o ensino público formal. O ensino superior é restrito à nobreza que tinha acesso à Universidade em Portugal |
| Brasil Império | Marcado pela Revolução Industrial e a Constituição de 1823, continua o elitismo e a propedêutica no sentido de preparar o estudante para o ingresso no ensino superior |
| Brasil República | A constituição de 1891 traz a descentralização do ensino. À União cabe a Educação Superior e a Educação Secundária; aos Estados, o Ensino Fundamental e o Profissionalizante. O Ensino Superior continua sendo de acesso à elite e o ensino técnico às classes sociais menos favorecidas |
| Era Vargas | A educação volta-se para atender às necessidades mão-de-obra especializada. Em 1934, com a nova constituição, a educação é declarada com um direito de todos, sob a responsabilidade da família e do poder público |

Fonte: Elaborado pela autora utilizando como referência Lima (2007)

Outro realce relevante é a modernização proposta pela LDB nº 4.024/61 que envolve conflitos de interesse no que diz respeito à continuidade da centralização da escola pública e à abertura para a exploração da atividade sob a responsabilidade do setor privado. Soma-se a isto o deslocamento da economia agrária exportadora para o setor urbano, uma característica do capitalismo brasileiro à época, segundo Lima (2007, p. 46).

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, há o interesse em universalizar a educação, reconhecendo-a como um dos direitos sociais, dever do Estado e da família, contando com a colaboração da sociedade, e se dá ênfase para que, pela via da educação, o indivíduo seja preparado para exercer a cidadania e obter a sua qualificação

para o trabalho. O artigo 214 deste instrumento legal determina que será estabelecido o Plano Nacional de Educação definindo diretrizes, objetivos e metas para que se mantenha e desenvolva o ensino em todas as modalidades no sentido de conduzir à formação para o trabalho.

A partir do dispositivo constitucional, entra em vigor a regulamentação por meio da LDB n° 9394, de 20 de dezembro de 1996, merecendo realce a abordagem da educação no contexto de processos formativos que deve acontecer em espaços sociais e manifestações culturais, dentre eles, o trabalho. Por outro lado, destaca os princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana voltados para a evolução da pessoa como possibilidade para exercer a cidadania e a qualificação para o trabalho.

A lei em relevo regulamenta que a educação superior deve proporcionar o pensamento reflexivo, incentivar a cultura, formar profissionalmente e contribuir para o progresso da sociedade brasileira. Além disto, é tida como o espaço para a difusão da cultura, da ciência e do ensino. Em termos dos recursos destinados à educação, é definida a base orçamentária de um mínimo anual da receita proveniente de impostos – 18% como responsabilidade da União, Estados e Distrito Federal e 25% sob a responsabilidade dos Municípios – aumentando, em relação ao percentual da LDB n° 4.024/61 que estabelecia uma ordem de 12% e 20%, respectivamente, para estas instâncias de governo.

A articulação de componentes curriculares visando à formação profissional aludida na LDB insere a relevância de possibilitar espaços para a prática para além da sala de aula. O Estágio Supervisionado é considerado, pela Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, como um ato educativo desenvolvido em ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo, inclusive para educandos do ensino superior (BRASIL, 2008).

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), regulamentado pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, merece relevo tendo em vista o seu surgimento fundamentado no objetivo de avaliar os padrões de qualidade do ensino superior com o entendimento voltado para a melhoria da qualidade desta modalidade de ensino. A sistemática adotada inclui o ENADE e os indicadores de qualidade, a exemplo do Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria n° 4, de 5 de agosto de 2008, voltado para a avaliação dos cursos superiores realçados neste estudo para a análise do curso de administração. Esta

avaliação aborda os seguintes aspectos: desempenho dos estudantes, indicadores do corpo docente e condições disponibilizadas para o desenvolvimento do processo formativo.⁸

Com a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, foi aprovado o PNE compreendendo o período 2001 a 2010 que estabeleceu a obrigatoriedade dos Estados, Distrito Federal e Municípios elaborarem Planos decenais baseados no PNE. O plano se sustentou em um diagnóstico da educação no Brasil onde o país é destacado como o de menor índice de acesso à educação superior na América Latina. Dentre as metas estabelecidas para este nível de escolaridade, destaca-se o compromisso de ofertar, até o final da década de 2000, a educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

No PNE 2014 – 2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014, especificamente para o Ensino Superior, merece ênfase a Meta 12 que estabelece o compromisso de elevar a taxa bruta de matrícula nesta modalidade para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% de novas matrículas no segmento público. Como estratégias para a implementação desta meta, o acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Estes programas se destinam ao atendimento de estudantes que ingressam em instituições de ensino superior de natureza jurídica privada.

O acompanhamento das metas do PNE vem sendo realizado pelo MEC cuja base informativa para o ensino superior é o Censo realizado pelo INEP. De acordo com as informações constantes do relatório do segundo ciclo de monitoramento das metas – 2018 (INEP, 2018, p. 208), o acompanhamento deste indicador é feito com o uso da Taxa Bruta de Matrícula (TBM) e da Taxa Líquida de Matrícula (TLM). A análise dos resultados mostra crescimento da educação superior quando se compara 2015 com 2012, saindo de 31,2%, em 2012, para 35,2%, em 2015. Entre 2016 e 2017, registra-se um decréscimo de 1,4 pontos percentuais o que se justifica pela crise econômica no Brasil que afetou as políticas educacionais. Da análise comparativa com 2012, o aumento se mantém (2017 = 34,46%). Para o estado da Bahia, a variação positiva aponta 22,3% em 2012, contra 25,7%, em 2017. A análise feita para a meta relativa à TLM também apresenta comportamento semelhante quanto ao crescimento (INEP, 2018, p. 208).

⁸ Lei nº 10.861, de 14 de abril 2004. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>; e Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008. Acesso em: ago. 2018.

A base regulatória destacada tem em comum a pauta da educação, voltada para a preparação de um indivíduo crítico, participativo e produtivo, estabelecendo a relação entre a educação formal e o trabalho que pode contribuir para desenvolver a sua visão crítica para exercer a cidadania no cumprimento de seus deveres e no acesso aos seus direitos, inclusive a oportunidades de trabalho e renda, trabalho aqui entendido como aquele que precisa atender a condições decentes e que proporcione a satisfação pessoal pela sua realização. Segundo Rosenfield e Pauli (2013, p. 488), o conceito de trabalho decente remete à noção de cidadania e direitos sociais e possui indicadores objetivos e quantificáveis. Esta caracterização conceitual, também é enfatizada por Abramo.

A noção de trabalho decente integra as dimensões quantitativa e qualitativa do emprego. Ela propõe não só medidas de geração de postos de trabalho e de enfrentamento do desemprego, mas também de superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza, ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes. Afirma a necessidade de que o emprego esteja também associado à proteção social e aos direitos do trabalho – entre eles o de representação, associação, organização sindical e negociação coletiva (2011, p. 445).

Para Pochmann (2002), à educação não deve ser atribuída a responsabilidade de promover a melhoria do índice de emprego, visto que o mercado de trabalho é influenciado por variáveis relacionadas ao crescimento econômico, dentre outras. Assim, a efetividade do quanto regulado se vincula à existência de políticas públicas mais abrangentes em uma perspectiva interdisciplinar no sentido de criar as condições necessárias para reduzir as desigualdades sociais por meio do ingresso no mundo do trabalho.

3 O ENSINO SUPERIOR

3.1 ABERTURA E EXPANSÃO PARA O SETOR PRIVADO

O referencial de origem do Ensino Superior no Brasil, como abordado pela trajetória histórica, mostra que o seu surgimento se voltou para atender à elite, constituída pelas classes sociais mais abastadas. A partir da Era Vargas, consequência do enfoque de qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, este nível de escolaridade se expande de maneira significativa como meio para buscar a formação. Por outro lado, o acentuado crescimento de Instituições Privadas fortalece cada vez mais o caráter mercantilista desta modalidade de ensino.

A análise do trajeto histórico do Ensino Superior no Brasil registra características influenciadas pelos aspectos políticos e socioeconômicos, dando a dimensão da relevância de estabelecer conexões com os diferentes cenários para identificar variáveis intervenientes que definem o seu rumo. A análise histórica se mostra relevante na perspectiva de estabelecer relações com as características do Mercado de trabalho a serem abordadas mais à frente.

[...] assim, a educação constitui componente conjuntural, definido pela dinâmica do jogo das forças sociais num dado momento histórico. Ela pode estar a serviço de classe dominante ou ser importante instrumento de construção e consolidação da hegemonia das classes populares (FÁVERO, 1991, p. 11).

O apelo que se teve, no período Vargas, para a reforma educacional levou à realização de movimentos no sentido de expandir o ensino superior no Brasil, surgindo, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que contextualizava a educação com princípios democráticos, pública e acessível a todos. Para o Ensino Superior, firmava o entendimento de que deveria ser voltado para cursos profissionais visando à disponibilidade de mão de obra para a indústria que se instalava no Brasil e, também, para os cursos que formassem pesquisadores com a finalidade do desenvolvimento científico. Com isto, surgem as Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, tidas como referências. Mais à frente, em 1940, implanta-se as Faculdades Católicas no Rio de Janeiro o que evidencia o apoio do Governo à instalação do ensino particular no país.

A ascensão do Ensino Superior no Brasil acontece no momento em que surgem significativas mudanças no cenário político e econômico e, no contexto de uma educação tida como propulsora da visão crítica, mostra a sua contradição ao enfatizar a profissionalização,

distanciando-se, de certa forma, do propósito de formação crítica do sujeito tendo em vista a sua necessidade de priorizar a carreira profissional e, ainda, a limitação dos espaços políticos e culturais no ambiente universitário para criar o debate.

Mesmo assim, ainda se credita aos jovens a contribuição de levar ao debate temas importantes para a sociedade. Isto contribuiu para uma participação questionadora a respeito da intervenção do Estado, durante o regime militar, em 1964, culminando na reforma universitária, passando do modelo liberal para a modernização com fins disciplinares, segundo Fávero (1991, p. 15). A autora realça que os cursos estão sendo avaliados mais pelo número de horas-aula do que pelo conteúdo ideal e pelo padrão cultural que eles são capazes de possibilitar aos estudantes.

A partir da década de 90, o ensino superior vem se expandindo no Brasil, o que se evidencia pela abundante oferta de cursos a partir da reforma do ensino que flexibilizou os critérios para o funcionamento de instituições privadas de ensino superior. Além disto, as exigências do mercado de trabalho em termos de qualificação profissional levam o indivíduo à incessante busca pela graduação, partindo da premissa amplamente disseminada de que a elevação da escolaridade oferece condições para a inserção e a permanência do vínculo empregatício e da ascensão profissional.

A realidade de mercado dá à educação superior uma nova concepção, muito diferente das universidades baseadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. Se, historicamente, essa educação superior atendia a uma lógica estratégica na qual as universidades, em sua maioria públicas, eram pilares de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico, na década de 1990, sobretudo, essa lógica passa a ser a do mercado (ALMEIDA, 2006, p. 56).

Para o autor, a existência desta nova forma de estabelecimento de ensino está relacionada com o lucro para o proprietário e não com o desenvolvimento nacional, o que se evidencia no acentuado crescimento da educação superior sem evidências de indicadores que demonstrem a redução das desigualdades sociais associada à elevação da escolaridade.

Segundo o censo do INEP (2012 a 2017), o ensino superior privado (universidade), no estado da Bahia, no período de 2012 a 2017 (Tabela 1), que compreende o recorte deste estudo, apresenta crescimento médio no número de ingressantes da ordem de 5,8%, registrando-se uma redução de 11,7%, em 2015, em relação a 2014, quando se acentuou a crise econômica no país. A retomada do crescimento acontece em 2016 quando a quantidade alcança patamar semelhante a 2014 e, em 2017, é registrado um aumento de 11,2% comparado a 2016. Isto demonstra que

a busca pela graduação em instituições privadas se mantém mesmo em período de cenário econômico adverso. Ao comparar 2017 com 2012, verifica-se que o aumento ficou em 29,5%.

Tabela 1 – Número de ingressantes no ensino superior por ano e tipo de organização acadêmica, 2012-2017

| ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Universidade | 55.734 | 59.813 | 62.540 | 58.749 | 58.100 | 67.104 |
| Pública | 22.115 | 21.616 | 23.515 | 24.285 | 18.928 | 23.542 |
| Privada | 33.619 | 38.197 | 39.025 | 34.464 | 39.172 | 43.562 |
| Faculdade | 47.812 | 52.082 | 59.429 | 45.824 | 43.336 | 49.893 |
| Centro universitário | 26.871 | 23.857 | 24.865 | 20.004 | 18.619 | 23.300 |
| TOTAL | 130.417 | 135.752 | 146.834 | 124.577 | 120.055 | 140.297 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do Censo de Educação Superior emitido pelo INEP

Com relação aos concluintes do ensino superior privado (universidade) no estado da Bahia (Tabela 2), o mesmo censo aponta um crescimento médio de 10,4%, entre 2012 e 2017, registrando o maior percentual em 2015 (25,0%) e percentuais menores nos anos seguintes (2016: 6,1%; e 2017: 3,4%) que pode ser explicado pelo índice crescente da taxa de evasão. Segundo estudo realizado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP), a taxa de evasão no ensino superior privado, no estado da Bahia, em 2015, ficou em 23,3%, aumentada em 2.7 p.p. em relação ao ano anterior (SEMESP, 2017, p. 89).

Tabela 2 – Número de concluintes no ensino superior por ano e tipo de organização acadêmica, 2012-2017

| ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Universidade | 23.745 | 19.962 | 26.212 | 27.623 | 28.642 | 29.026 |
| Pública | 12.863 | 8.863 | 13.384 | 11.590 | 11.628 | 11.431 |
| Privada | 10.882 | 11.099 | 12.828 | 16.033 | 17.014 | 17.595 |
| Faculdade | 19.993 | 17.445 | 29.519 | 19.390 | 19.010 | 20.554 |
| Centro Universitário | 7.883 | 5.498 | 6.158 | 7.944 | 7.855 | 7.945 |
| TOTAL | 51.621 | 42.905 | 61.889 | 54.957 | 55.507 | 57.525 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do Censo de Educação Superior emitido pelo INEP

Quando se examina ingressantes por turno, segundo o censo do INEP, verifica-se uma maior incidência para o turno noturno nos respectivos anos em estudo: 2012 = 63,1%; 2015 = 62,1%; 2016 = 60,6% (INEP, 2017). Via de regra, o estudante deste turno exerce alguma

atividade laboral que pode impactar em sua trajetória profissional quando da conclusão do curso. Segundo Gazo (1996, p. 97), dentre os perfis de estudantes, é possível identificar o estudante trabalhador (tipo misto) e o trabalhador-estudante (tipo puro profissional). O primeiro grupo combina, de maneira equilibrada, estudo e trabalho enquanto que o segundo grupo trabalha em tempo parcial ou integral combinando com os estudos. Ademais os motivadores para os dois grupos, segundo a autora, são distintos: o estudante trabalhador está iniciando a trajetória profissional e a atividade laboral se relaciona, em parte ou totalmente, com os estudos ou, ainda, tem uma finalidade unicamente econômica. Para o trabalhador-estudante, a conclusão do curso pode significar mudança na trajetória de carreira profissional.

Para Ribeiro e Schlegel (2015, p. 135), a educação é o fator isolado que mais determina as oportunidades no mercado de trabalho, contribuindo para a estratificação entre as pessoas. Alerta o autor para as diferenças naturais entre os indivíduos provenientes dos estratos sociais originários. Esta lógica cria possibilidades para que aqueles de origem privilegiada tenham mais chances para o ingresso em melhores condições para o desenvolvimento da aprendizagem, portanto, acentua a desigualdade e confirma o caráter elitista do ensino superior desde a sua abertura no Brasil.

Ao analisar as desigualdades, Lima e Prates (2015, p. 177) realçam que o negro pobre encontra dificuldades para atingir níveis mais altos de escolaridade do que o branco. A Taxa de Escolarização Líquida do ensino superior em nível Brasil aponta que, em 2010, os estudantes brancos representavam 86%, os pretos, 73,5% e os pardos, 76,5. Merecem realce as desigualdades entre estratos sociais que também resultam de fatores não diretamente ligados à educação incluindo as diferenças de salário por gênero, cor, entre ocupações ou ramos de atividade (BARROS; MENDONÇA, 1995 apud MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015, p. 107). Os aspectos econômicos contribuem para a acentuação das desigualdades relacionadas a renda e ocupações, especialmente em períodos de conjuntura desfavorável, quando o trabalho assalariado dá lugar à atividade informal.

Em relação às desigualdades raciais, os dados têm sido inequívocos e mostram como o processo cumulativo de desvantagens socioeconômicas não só colocou a população negra na base da pirâmide social, como também revelou forte capacidade de reprodução, fazendo que diversas gerações desse grupo tenham maiores dificuldades de mobilidade social (LIMA; PRATES, 2015, p. 188).

Segundo Ribeiro e Schlegel (2015, p. 137), a estratificação horizontal da educação como forma de estabelecer a análise de variáveis cruzadas oferece a possibilidade de tirar conclusões

importantes. Com esta abordagem, o autor apresenta o argumento da diferença de carreiras universitárias que envolvem as variáveis gênero e tipo de curso, ao realçar que as carreiras ligadas à engenharia oferecem retorno mais elevado enquanto que as áreas de negócios (onde se enquadram o curso de administração de empresas e economia) tendem a oferecer rendimentos acima da média.

3.2 MEIOS PARA INSERÇÃO - PROUNI E FIES

Para compreender a operacionalização do financiamento do ensino superior no Brasil, cumpre examinar a origem desta estratégia. Neste sentido, Chaves (2015, p. 429), referindo-se à crise econômica de 2008, realça o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial enquanto organismos responsáveis pelas orientações para que ocorressem reformas educacionais no país visando à contribuição para formar recursos humanos mais produtivos, além daqueles norteamentos específicos relacionados à gestão das instituições públicas no tocante à redução de seus gastos.

Chaves (2016, p. 52) também aponta, em sua análise, o direcionamento das orientações para implementação da política de ajuste fiscal do Estado, o que justifica a contrapartida da isenção de impostos para os financiamentos que têm o sentido de “aquisição” de vagas do setor privado por parte do governo, em uma condição de Parceria Público-Privada (PPP) na área educacional, transferindo a responsabilidade do estado para o setor privado.

Em uma outra vertente, merece destaque a importância de obter a graduação no ensino superior como um meio para ascender na trajetória profissional, entretanto, o poder aquisitivo das classes menos favorecidas cria distâncias passíveis de serem reduzidas por meio de ações sociais afirmativas que favoreçam o ingresso na universidade. Segundo Santos (2014, p. 351), o PROUNI se insere no contexto expansionista do ensino superior e da criação de condição favorável para atender à demanda reprimida.

O caráter elitista do ensino superior no Brasil dificulta o acesso das classes menos favorecidas a este nível de escolaridade, pois o fato de cursar o ensino médio em escola pública nem sempre assegura aprendizagem suficiente para concorrer a vagas ofertadas pelo setor público. Outro agravante é a dificuldade de conciliar vida laboral e estudantil, visto que o trabalho tem caráter de provimento de renda para a sobrevivência. Resta a busca pelo financiamento para se inserir na graduação superior.

É a partir da constatação das enormes desigualdades em termos de acesso ao ensino superior que as políticas de ação afirmativa entram em pauta na agenda pública brasileira. Busca-se, assim, reverter o quadro de alta seletividade característico não apenas da entrada em nosso sistema de ensino superior, mas que marca de forma mais visível a distribuição dos estudantes nas carreiras de maior prestígio (SAMPAIO, 2000 apud SANTOS, 2014; VARGAS, 2008).

Neste contexto, o olhar para o financiamento da educação superior, neste estudo, terá sua abordagem na lógica da oferta de maior Número de vagas para este nível de escolaridade. Como uma variável a ser analisada na pesquisa com os egressos, cria-se a possibilidade de examinar a efetividade do financiamento para a melhoria da condição social dos egressos que utilizaram este tipo de recurso.

A medida do financiamento está presente no Fundo de Financiamento (FIES) e no Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituídos pelas Leis nº 10.260/2001 e nº 11.096/2005, respectivamente, que possibilitam o acesso ao ensino superior privado pelas classes sociais menos favorecidas as quais necessitam se valer deste tipo de recurso para elevar a sua escolaridade, em uma perspectiva de responder às demandas do mercado de trabalho quanto aos pré-requisitos para a ocupação de vagas.

Dentre as condições para acesso ao PROUNI, enfatiza-se os critérios de renda e classe, segundo Milanez (2016, p. 9), visto que o programa se destina a pessoas não portadoras de diploma de nível superior cuja renda familiar se situe até 1,5 salário mínimo, em caso de bolsa de 100%, participação no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), em edição que anteceda o processo seletivo que realizará para ingresso no ensino superior. Além disto, é necessário que a pessoa tenha cursado o ensino médio em escola pública.

Estas políticas de governo têm contribuído para o aumento de matrículas no ensino superior. Comparando o segundo semestre de 2015 com o mesmo período de 2012, em nível nacional, o PROUNI mostra uma aumento de 28,4% na quantidade de bolsas ofertadas (MEC/PROUNI, 2018). Segundo análise do Ministério da Fazenda (2017, p. 4), o FIES, nestes dois anos, também apresentou crescimento exponencial na quantidade de matrículas provenientes de contratos de financiamento: 1,9 milhões de vagas, em 2015, contra 0,6 milhões, em 2012.

O resultado da educação não deve ser visto apenas sob a vertente de sua relação com os resultados econômicos, pois há relevantes fatores originários do ambiente familiar que interferem no desempenho do estudante, diz Bourdieu (1985, p. 17) argumentando que o acesso a símbolos culturais – quadros, pinturas, monumentos, livros e outros –, pode ser feito mediante a aquisição com uso do capital econômico, entretanto, a incorporação está associada ao capital

cultural. Com isto, realça a relação entre o perfil socioeconômico e o cultural que pode contribuir ou não para a redução das desigualdades.

A abordagem dos estudos realizados para a avaliação dos resultados do PROUNI tangenciam questões relacionadas ao impacto do programa para o crescimento do número de oferta de vagas nas universidades privadas e atuam como contributo para que as pessoas com menor poder aquisitivo tenham acesso ao ensino superior. Para Geraldo (2010, p. 135), embora não se tenha verificado assertividade do programa quanto ao ingresso ou trajetória no mercado de trabalho, o resultado de sua pesquisa aponta a elevação do capital cultural de egressos do ensino superior que utilizaram o PROUNI.

Resumidamente, para as bolsistas PROUNI, 28,6% continuavam desempregadas e a mesma porcentagem delas continuava no mesmo emprego, que totaliza a maioria das entrevistadas (57,2%). Duas haviam conseguido emprego (28,6%), uma na área de forma e outra não. Uma (14,3%) continuava no mesmo emprego anterior, mas com estabilidade proporcionada por concurso público. Assim, na área de formação apenas duas das 7 participantes estavam atuando. Pode-se dizer que para a maioria das participantes, a universidade não fez diferença significativa no ingresso do mercado de trabalho (GERALDO, 2010, p. 159).

O estudo realizado por Santos (2014), no Rio de Janeiro, que inclui estudantes do curso de Administração (38% da amostra), reforça o caráter desigual do sistema de ensino superior do Brasil, visto que filhos de altos profissionais têm maiores chances de ingresso que filhos de trabalhadores rurais. Por outro lado, aponta a autora o adiamento da conclusão do curso pelos indivíduos como uma forma de buscar vagas do PROUNI em instituições que ofereçam um diferencial no mercado de trabalho.

[...] Se num primeiro momento esses indivíduos veem o ensino superior por si só como uma espécie de ‘alavanca social’, através da reunião de um capital de informações eles percebem que as diferentes instituições e cursos proporcionam oportunidades desiguais. Assim, optam por adiar a conclusão do curso visando tornar seus diplomas mais rentáveis, passando muitas vezes por diversos processos seletivos do PROUNI para chegar a uma instituição que lhes ofereça um diferencial de mercado de trabalho, em termos de prestígio institucional, mas também no que se refere às qualificações e conhecimentos adquiridos (SANTOS, 2014, p. 368).

Milanez (2016), a partir de uma pesquisa realizada com 30 egressos do ensino superior via PROUNI visando investigar os tipos de inclusão que o programa proporciona, evidencia impactos positivos na carreira profissional resultante da qualificação obtida. O estudo aponta diferentes tipologias de inclusão considerando traços comuns de trajetórias constituídas por

pessoas com ingresso tardio no ensino superior (3 pessoas), com idade entre 39 e 44 anos, e outras cuja inserção se vincula à decisão de elevar a própria escolaridade seja por iniciativa própria ou por incentivo de familiares (27 pessoas), com faixa etária entre 19 e 32 anos. O total de entrevistados inclui 4 egressos do curso de administração de empresas: inclusão tardia, 1; inclusão ampliada, 1; e para além da inclusão – opção pelo PROUNI –, 2. Quanto à categoria administrativa da instituição, 13 são egressos de organizações híbridas (privadas sem fins lucrativos) e 17, de instituições privadas. A Tabela 3 apresenta uma síntese da pesquisa realizada por Milanez (2016).

Tabela 3 – Trajetórias pós-PROUNI – perfil de egressos – estudo Milanez (2016)

| CARACTERIZAÇÃO DA TIPOLOGIA | Nº Entrevistados por Categoria Administrativa da Instituição | | TOTAL ENTREVIS- TADOS |
|--|---|---------|-----------------------------|
| | Privada s/fins lucrativos | Privada | |
| Inclusão tardia: trabalhador-estudante; idade mais avançada; com trajetória de trabalho; deixou de estudar e retomou no ensino superior. Faixa etária: 39 a 44 anos. | 01 | 02 | 03 |
| Inclusão antecipada: não pensava em ingressar em instituição pública. O PROUNI viabilizou acelerar o ingresso no ensino superior após concluir o ensino médio; trabalhou durante o ensino médio; estudou em escolas públicas de baixa qualidade; nota do ENEM compatível com instituições de baixo prestígio; faixa etária: 23 a 28 anos | 01 | 07 | 08 |
| Inclusão incompleta: uso do PROUNI para acessar a instituição e o curso pretendido; ensino médio em escolas de melhor qualidade; nota do ENEM adequada para as posições desejadas e vagas do PROUNI; faixa etária: 23 e 24 anos. | 01 | 01 | 02 |
| Inclusão ampliada: já estava no ensino superior e o PROUNI proporcionou auxílio financeiro; cursou ensino médio diferenciado e trabalhou no período de estudos; não tentou ingresso em instituição pública e não tinha pretensão por IES com prestígio; o ingresso no ensino superior atendeu projetos familiares; faixa etária: 24 a 32 anos | - | 04 | 04 |
| Reinserção mais qualificada: possuía o ensino superior fora das áreas de interesse e buscou nova qualificação com o PROUNI; cursou o ensino médio em escola de maior prestígio; pais com escolaridade em nível superior; faixa etária: 27 a 32 anos | 02 | 01 | 03 |
| Inclusão no topo: egressos do curso de medicina; cursou o ensino médio em escolas qualificadas; dedicação exclusiva aos estudos durante o curso; apoio familiar com suporte financeiro; faixa etária: 25 e 27 anos | 02 | - | 02 |
| Para além da inclusão: a opção pelo PROUNI: cursou o ensino médio em escolas públicas referenciadas, escolas técnicas e fundações; obteve êxito para ocupar vagas em IES pública; logrou de incentivo familiar; quase todos com dedicação exclusiva aos estudos; obteve boa nota no ENEM; faixa etária: 19 a 25 anos | 06 | 02 | 08 |
| TOTAL | 13 | 17 | 30 |

Fonte: Elaboração própria a partir de Milanez (2016, p. 126-186)

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é vinculado ao Ministério da Educação e tem como finalidade a concessão de financiamento a estudantes que cursam a graduação em instituição privada. Para a instituição se habilitar a este tipo de financiamento, é necessário que tenha conceito maior ou igual a 3 no Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES). A aprovação do estudante é feita por meio das Comissões Permanentes de Acompanhamento do FIES, avaliando-se o perfil socioeconômico do candidato. A cobertura é de 50% do valor da mensalidade cabendo ao estudante assumir o restante. O valor financiado está vinculado à renda familiar (MEC, 2018, p. 6).

Merece relevo o fato de que o programa gera endividamento para o estudante cujos ingresso e trajetória no mercado de trabalho nem sempre favorecem a liquidação da dívida, que tem condições estabelecidas para pagamento. Trata-se de obrigação a cumprir após a conclusão do curso, o que caracteriza um financiamento de longo prazo, segundo Almeida (2006, p. 78), sendo vedada a concessão de novo financiamento caso não se liquide o anterior e, assim, na condição de inadimplência, o agente financeiro pode pactuar condições especiais de amortização ou alongamento da dívida, segundo o art. 1º, inciso 6º, e art. 5º, inciso 1º, respectivamente, da Lei nº 10.260/2001 (BRASIL, 2001).

3.3 O ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

O ensino superior em Administração tem a sua origem na mais antiga escola de Administração, que teve lugar na Filadélfia, Estados Unidos, no século XIX, quando, em 1881, se fundou a Wharton School da Universidade da Pensilvânia que influenciou a concepção do curso no Brasil, com a Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) América Latina que se inspirou no modelo americano da Faculdade de Administração da Universidade de Harvard, segundo o Conselho Federal de Administração (2015, p. 33). Por outro lado, o período de migração da sociedade agrária para a industrial introduz os princípios da administração científica seguindo o modelo preconizado por Taylor e Fayol⁹ que contribui para a busca pelo conhecimento científico.

O surgimento da administração científica, que marca o final do século XIX e o começo do século XX, insere na história o taylorismo e o fordismo que tiveram como principais atores Frederick Taylor e Henry Ford, respectivamente, transformando-se em um movimento mundial.

⁹ Frederick W. Taylor, engenheiro norte-americano que se ocupava dos fundamentos da organização dos processos de trabalho e controle sobre eles, segundo Braverman (1981, p. 83).

Taylor preconizou a gerência científica em um momento econômico de ascensão do capitalismo como uma forma de empenho para aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes no controle das empresas capitalistas (BRAVERMAN, 1980, p. 82).

A ascensão do sistema capitalista no Brasil, a partir do Governo Vargas, impulsionou o direcionamento da educação para a formação profissional visando ao atendimento à demanda de mercado e o curso de administração aporta este impulsionador marcado pela entrada de empresas estrangeiras, a exemplo das montadoras Volkswagen, Mercedes, Ford e General Motors, segundo Alice Oliveira, Cléria Lourenço e Cleber Castro (2015, p. 14). Assim, o curso se inicia em um momento de importantes transformações sociais, políticas e econômicas no país. Do ponto de vista do funcionamento das empresas, as variáveis produtividade e racionalidade são elementos a serem considerados para o impulsionamento do curso.

O ensino de administração ganha importância porque sua função é buscar mediar a homogeneização da estrutura organizacional, nos padrões mais elevados de racionalidade, agilidade, flexibilidade e produtividade, com predomínio da burocracia (LIMA, 2007, p. 201).

Da análise feita por Lima (2007), é possível traçar a trajetória histórica do curso no sentido de identificar os principais marcos caracterizadores de seu desenvolvimento no Brasil, em períodos distintos cujas características políticas, econômicas e sociais contribuem para a instalação e o funcionamento do curso e para a regulamentação da profissão de Administrador.

3.3.1 Décadas de 1930 a 1960

A ascensão do capital, no governo Vargas, quando se instala o primeiro curso na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), teve o sentido de fortalecer a administração estatal com a aplicação de métodos e a sistematização dos princípios da administração. Com isto, a formação em administração cria a possibilidade de ascensão a cargos públicos. No Governo Juscelino Kubitschek, por conta da celeridade em busca da industrialização, a formação em administração é direcionada para o atendimento às multinacionais, incluindo o controle, a direção e a implantação de novas tecnologias como componentes curriculares tendo como demanda de resultado eficiência, eficácia e produtividade.

A criação, em 1944, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), composta por políticos, empresários e pessoas de contato com universidades americanas, traz a possibilidade de realização de pesquisas econômicas e administrativas a propósito da realidade brasileira. Em

1951, é criado o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA), vinculado à Fundação Getúlio Vargas.

Em 9 de setembro de 1965, a profissão de administrador é regulamentada. A norma regula o campo de atuação técnico e gerencial do administrador, atribuindo áreas restritas para a sua atuação profissional. Por outro lado, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais como autarquias vinculadas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), enfatizando o caráter público da profissão, embora a regulamentação trouxesse a abrangência para o setor privado. A lei atribui aos Sindicatos e à Associação Profissional de Técnicas de Administração o papel de cooperar com a divulgação das modernas técnicas no exercício da profissão.

Em julho de 1966, o Parecer nº 307/66 do Conselho Federal de Educação (CFE) define o primeiro currículo mínimo para o curso de administração, contemplando um total de 2.750 horas distribuídas em componentes curriculares voltados para as ciências exatas e humanas com o propósito de preparar o indivíduo para a análise dos fenômenos da administração.

3.3.2 Décadas de 1970 e 1980

A década de 1970 é figurada como o período de desenvolvimento econômico denominado “milagre brasileiro”. A administração se avulta principalmente pela valorização do conhecimento científico e da especialização. Com isto, observa-se a criação do curso de administração em todos os estados brasileiros tendo como fatores de alavancagem a demanda de cada estado, os empreendedores que se preparam para o mundo dos negócios e o ingresso em empresas privadas.

Os anos 1980 dão continuidade à demanda crescente para a eficiência da administração pública, entretanto, não se observa o crescimento dos cursos de administração em função das restrições impostas pelo Decreto nº 87.911, de 7 de dezembro de 1982, que vinculou a criação de Instituições de Ensino Superior e de cursos neste nível à autorização do Presidente da República, mediante parecer favorável do Conselho de Educação competente, conforme Art. 1º do citado Decreto. Neste período, 70% dos alunos de graduação em administração se encontravam em instituições privadas havendo, também, o crescimento da interiorização do curso. Embora com este cenário, em setembro de 1986, pelo Decreto nº 93.277 foi instituída a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

3.3.3 A partir da década de 1990

O fortalecimento da política econômica neoliberal e o desenvolvimento tecnológico marcaram a década de 1990, sobressaindo a valorização do capital intelectual pelas empresas. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei nº 9.394/96) traz modificações significativas para a educação superior que entra em uma lógica de mercado passando a ser ofertada como mercadoria. A competitividade é acentuada entre as instituições de ensino privado. Com o crescimento do curso de Administração, surge a Associação Nacional de Graduação em Administração (ANGRAD), instituída em dezembro de 1961.

Em 1993, a abertura para a oferta do curso de administração com habilitações específicas contribuiu para o aumento de ingressantes no ensino superior nesta área, apresentando um crescimento significativo no curso que, segundo censos realizados pelo INEP, em 2005, registra um aumento de 198,53% na quantidade de matrículas em relação a 1995. A partir de 2005, é publicada, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 e o curso volta a restringir a formação específica de Bacharel em Administração.

Situando-se entre os 10 maiores cursos em Número de matrículas, a formação em Administração de Empresas vem apresentando redução no número de matrículas. Nos anos de 2012, 2015, 2016 e 2017 – período coberto por este estudo –, verifica-se um decréscimo de 16,21% no número de concluintes, comparando-se com 2012, e a quantidade de matrícula apresenta uma redução de 18,06%, segundo os censos do INEP dos respectivos anos. Quando se examina os 10 maiores cursos em número de matrículas, Administração sai da segunda posição, em 2015, e passa a ocupar a terceira, em 2017, dando lugar ao curso de Direito que, em 2009, se posicionava no segundo lugar. Merece realce que, neste ano, o Curso de Administração ocupava o primeiro lugar neste ranking (INEP, 2015, p. 35; 2018, p. 45).

O Conceito Preliminar de Curso (CPC), indicador de qualidade instituído a partir da implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), pontua os cursos de graduação quanto à nota obtida no ENADE e outros parâmetros relacionados à estrutura de seu funcionamento na instituição de ensino. Segundo dados do INEP (2012; 2015), o curso de Administração, na Bahia, alcançou uma pontuação média, no CPC, de 2,42 pontos, em 2012, e 2,31, em 2015 (último ano avaliado dentro do período abrangido nesta pesquisa). A pontuação máxima obtida pelo curso foi de 3,84 e 3,87, em 2012 e 2015, respectivamente. Segundo as regras do MEC, os cursos com pontuação abaixo de três (considerada satisfatória), em uma escala de um a cinco, estão sujeitos à avaliação local.

A escolha por uma formação é decisiva para o ingresso no ensino superior onde o estudante vislumbra a possibilidade de melhorar as suas condições de vida e, em alguns casos, contempla o seu projeto de vida. Segundo Crites (1974 apud BOMTEMPO; SILVA; FREIRE, 2012), a escolha profissional está ancorada em diferentes motivadores explicados por teorias psicológicas, sociológicas e econômicas. Fazer um realce a respeito tem a pretensão de fundamentar a análise dos resultados da pesquisa com os egressos:

– Teorias psicológicas: a escolha pela profissão considera as características pessoais do indivíduo podendo se dar mediante a exploração de opções ao longo da carreira, avaliação das alternativas existentes para decidir entre duas delas, sucessivas tomadas de decisão que levam ao afunilamento, tornando-se difícil a modificação, e decisões fundamentadas em valores e aspirações para um determinado tipo de trabalho.

Teorias sociológicas: as escolhas têm relação com valores e aspectos relacionados ao capital social,¹⁰ classe social, cultura, oportunidades, família e outros determinantes para o indivíduo.

Teorias econômicas: a escolha da profissão tem relação com fatores de natureza econômica: demanda de mercado de trabalho, política salarial, prestígio da profissão, tendências dos ciclos econômicos.

O estudo realizado por Bomtempo, Silva e Freire (2012) aponta como principais fatores que predominam na escolha do curso de Administração, a influência familiar e de outros grupos, a indicação ou sugestão de carreira feita por grupos de amigos, o vestibular e a oferta de vagas, levando em consideração a quantidade de vagas e o número de candidatos (concorrência), a falta de informações e a criação de estereótipos, a publicidade e o aperfeiçoamento profissional.

Segundo a pesquisa de 2015 realizada pelo Conselho Federal de Administração (CFA, 2015, p. 26), as motivações para a escolha da graduação em Administração estão relacionadas com fatores vocacionais (15,14%), existência de amplo mercado de trabalho (15,7%) e formação generalista e abrangente (15,45%) concluindo-se que estão presentes aspectos psicológicos e econômicos que inserem a expectativa de ingresso no mercado de trabalho. Quando a abordagem trata da satisfação de expectativas, 61,47% consideram que o curso as atendeu.

Desde o seu surgimento no Brasil, a formação em administração se vincula às tendências das demandas do mercado de trabalho, com importante destaque nas décadas de 70 e 80, o que

¹⁰ “O agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo, em outras palavras, a participação em um grupo” (BOURDIEU, 1985, p. 248; 134; Alejandro Portes 1980).

contribuiu para a criação de uma imagem positiva da formação, sobretudo da sua importância para a elevação do capital social e ampliação do capital cultural. A sua concepção abrangente, regulamentada pelas diretrizes instituídas pelo MEC através da Resolução nº 4/2005, também contribuiu para a sua procura em uma perspectiva de ocupar espaços funcionais mais elevados no mercado de trabalho.

O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (MEC, 2005).

Ademais, a referida Resolução define um conjunto de conhecimentos e habilidades direcionando para a atuação analítica, crítica e estratégica, para o desenvolvimento da capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência para o ambiente de trabalho, além de criatividade (MEC, 2005, p. 2). Adicionalmente, contempla, no rol explicitado, a capacidade para realizar consultoria em gestão.

A abrangência do perfil desejado demonstra que a formação deve proporcionar ao egresso conhecimento para atuar em diferentes contextos como indica a regulamentação. As variações do ambiente de atuação estão acontecendo desde o período de industrialização e, de forma acelerada, a partir do século XX, criando incertezas no mercado de trabalho e a volatilidade das formações profissionais (SANTOS, 2013, p. 385).

Em face das incertezas do mercado de trabalho e da volatilidade das formações profissionais que ele reclama, considera-se que é cada vez mais importante fornecer aos estudantes uma formação cultural sólida e ampla, quadros teóricos e analíticos gerais, uma visão global do mundo e das suas transformações de modo a desenvolver neles o espírito crítico, a criatividade, a disponibilidade para inovação, a ambição pessoal, a atitude positiva perante o trabalho árduo e em equipe, e a capacidade de negociação que os preparem para enfrentar com êxito as exigências cada vez mais sofisticadas do processo produtivo (SANTOS, 2013, p. 385).

A ênfase que se tem é a formação direcionada para atender às demandas mais complexas e, assim, a instrução para a realização de operações simples cede lugar para o aprofundamento dos saberes para lidar com modelagens mais sofisticadas. A educação não deve ser a mesma das fases manufatureira e fordista da sociedade industrial, segundo Enguita (2004, p. 41). Neste

cenário, as diretrizes curriculares definidas para o curso de administração, embora abrangentes, necessariamente precisam ser aplicadas considerando as mudanças em curso.

A aprendizagem profissional tem de ser, sobretudo, mais abstrata, já que se trata de adquirir mais conhecimento a partir do qual deverão ser abordados os casos particulares, e um pouco mais ativas, já que o profissional deverá atuar por conta própria. A aprendizagem científica tem de ser ainda um pouco mais abstrata e, sobretudo, muito mais ativa (mais crítica em face do saber estabelecido), já que cabe ao cientista questionar e renovar os conhecimentos existentes (ENGUIITA, 2004, p. 41-42).

As mudanças introduzidas com o processo de industrialização e os avanços tecnológicos levam, cada vez mais, à demanda do setor produtivo por qualificação e, simultaneamente, à reestruturação dos processos de trabalho e das funções responsáveis pela produção que passaram a ser organizados em uma dinâmica de flexibilidade. Com isto, substitui-se a organização produtiva de acordo com as tarefas, segundo o taylorismo e fordismo, por um modelo onde o valor passa a estar nas competências. Segundo Rosenfield e Nardi (2011, p. 78), a noção de competência se associa às exigências do modelo de trabalhador ideal que emerge da reestruturação produtiva.

Os estudos a respeito do conceito de competências tem acompanhado diferentes correntes de pensamento dentre as quais aquelas aplicáveis à sociologia do trabalho que fundamentam o entendimento deste assunto nesta pesquisa, tendo em vista a sua abordagem no contexto da dinâmica educação e trabalho.

Para Perrenoud (1997, p. 7), a competência está relacionada à capacidade para agir com eficiência em determinada situação apoiando-se em conhecimentos, porém, não se limitando a eles. Este entendimento remete a outra compreensão de que os conhecimentos são recursos cognitivos passíveis de serem mobilizados. Neste particular, realça o autor que as competências podem responder a uma demanda social para a adaptação ao mercado e às mudanças (1997, p. 41).

Em Zarifian (1999, p. 34), encontra-se a associação da competência à capacidade de assumir a responsabilidade de uma situação profissional enfrentando todos os acontecimentos dela decorrentes. Isto nos leva a entender que a competência se adequa, portanto, é adaptável. Segundo Marinho-Araujo e Rabelo (2015, p. 451), a visibilidade da competência acontece a partir da identificação, mobilização, gerenciamento e utilização do conjunto de recursos.

Conhecimento e competências são processos que se articulam mas não se confundem. É certo que uma forte exigência do processo de construção de competências seja a utilização de conhecimentos, entretanto quanto mais ações humanas exigem o aprofundamento ou a organização de conhecimentos, mais tempo se necessita para o desenvolvimento de competências (MARINHO-ARAUJO; RABELO, 2015, p. 451).

Do exame da pesquisa realizada, em 2015, pelo Conselho Federal de Administração (2016, p. 31-32), conclui-se que o desenvolvimento de competências que atendam às diretrizes gerais para a formação estabelecidas pelo MEC aconteceu, como destacado na Tabela 4. O relevo é dado para as habilidades de adaptação à transformação e criatividade e inovação que alcançaram um percentual de 61% e 56%, respectivamente, considerando o seu valor em um modelo capitalista de produção cujas transformações vêm avançando de maneira exponencial.

Tabela 4 – Competências e habilidades desenvolvidas para Administrador – Pesquisa CFA/2015

| ESPECIFICAÇÃO | % DE RESPOSTAS |
|---|-----------------------|
| COMPETÊNCIAS | |
| Identificar problemas, formular e implantar soluções | 78% |
| Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico sobre a realidade organizacional | 64% |
| Ser capaz de negociar, mediar e arbitrar conflitos | 58% |
| Elaborar e interpretar cenários | 56% |
| HABILIDADES | |
| Relacionamento Interpessoal | 75% |
| Visão do todo | 75% |
| Liderança | 69% |
| Adaptação à transformação | 61% |
| Criatividade e inovação | 56% |
| AMOSTRA TOTAL (BAHIA) | 1.236 |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações da pesquisa CFA – 2015

3.4 A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR LÓLócusCUS DA PESQUISA E O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

A instituição foi reconhecida, na década de 1960, trinta anos após a instituição do regime universitário no Brasil, e trouxe a orientação para o papel da universidade voltado para a elevação do nível cultural, o estímulo à investigação científica e a formação profissional. A economia baiana, nesta década, constituía-se de atividade agrícola dominada pelo cultivo do

cacau, produto de exportação. Trata-se de uma instituição educacional de direito privado, sem fins lucrativos. Tem gestão autônoma o que possibilita a prática de atos administrativos, disciplinares e acadêmico-científicos.

Apresenta características de instituição de ensino híbrida – vocacional, de natureza jurídica privada – e destina a educação a um público formado por classes sociais distintas o que pode implicar em maiores ou menores condições para acessar o mercado de trabalho. Por outro lado, declara o compromisso com a excelência no ensino, a pesquisa e a extensão e, também, a utilização de um modelo formativo que privilegia a contribuição para o desenvolvimento integral da pessoa.

A Universidade explicita que empreende ações na área de ensino com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da Bahia e da região, com o propósito de alcançar, dentre outros, os seguintes resultados: formar profissionais aptos para serem inseridos em setores profissionais e para participarem do desenvolvimento da sociedade brasileira; proporcionar formação geral no sentido de desenvolver no estudante uma nova atitude comprometida com uma cultura que valorize as diferenças; e estimular a pesquisa e a investigação científica no sentido de desenvolver a compreensão do homem e do meio em que vive. Declara a importância da formação profissional através do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico do país, no sentido de contribuir para minimizar as desigualdades sociais. Considera que os indicadores educacionais resultantes dos censos da educação básica e superior são imprescindíveis para o planejamento do curso, considerando o cenário educacional e a necessidade do mercado de trabalho regional. A década de 90 é considerada pela instituição como um período de expansão e crescimento tanto de cursos de graduação quanto de cursos de pós-graduação.

Pelo descrito, as diretrizes pedagógicas da Universidade são aderentes ao modelo de funcionamento do ensino superior no Brasil. O fato de ser uma instituição confessional a distingue da instituição de ensino superior de direito privado, visto que há compromisso com os princípios de formação do indivíduo baseados na orientação religiosa vocacional e atua sem finalidade lucrativa.

Para Silva e Prates (2014, p. 137), as instituições comunitárias/confessionais/filantrópicas apresentam características híbridas – público e privado – que possibilitam um contexto organizacional mais próximo do modelo das instituições acadêmicas do que as instituições do tipo empresarial, criando, mesmo com dificuldades, espaços para o desenvolvimento da pesquisa. Além disto, os autores argumentam que a instituição vocacional inibe a formação do capital cultural que pode favorecer a mobilidade no mercado de trabalho.

[...] O sistema de gestão característico do tipo de instituição vocacional ou profissionalizante inibe a formação do capital cultural para os estudantes que não tiveram oportunidade de trazer da família este recurso, ou seja, aqueles estudantes típicos destas instituições de baixo status socioeconômico. Ao falhar em criar capital cultural no ambiente escolar, a formação desses estudantes impõe a eles um espaço teto intransponível na escala de mobilidade ocupacional (SILVA; PRATES, 2014, p. 137).

O curso de Administração de empresas da instituição foi criado em 1970 e teve seu reconhecimento em 1974. O cenário econômico, na Bahia, se caracterizava pelo crescimento da indústria e tinha na implantação do Polo Petroquímico de Camaçari o maior responsável pela expansão do setor secundário. Desde o seu início, buscou formar profissionais com conhecimento político, postura crítica e preparados para a atuação em um contexto contemporâneo com visão empreendedora e atuando como agentes de mudança.

O curso vem acompanhando as transformações ocorridas a partir da década de 80 que têm impactado na organização do trabalho que se constituiu no modelo fordista de produção favorável à especialização e fragmentação das tarefas, centralização da gerência científica com ênfase na administração operacional migrando para um modelo flexível no qual a administração estratégica e as tarefas múltiplas (HARVEY, 1992, p. 304) passam a prevalecer.

Agrega-se a estas mudanças a transição dos empregos industriais para os de serviço e comércio que interfere na composição das ocupações e na qualidade de postos de trabalho (POCHMANN, 2000, p. 64). Com isto, a formação idealizada no período em que o setor industrial predominava é submetida a uma nova ordem que inclui a aplicação de competências e habilidades para colocar em funcionamento processos distintos.

Discutir os fenômenos atuais no âmbito do curso de administração é essencial para compreender a relação educação-trabalho a partir do modelo flexível de produção que impacta nas estruturas funcionais cuja lógica importa em desenvolvimento de novas competências e habilidades. A adequação da Matriz Curricular deve estar contida nas ações prioritárias da instituição de ensino de modo que traga para o ambiente de aprendizagem a realidade e as tendências desenvolvendo, no discente, o espírito a respeito da realidade e a curiosidade investigativa para explorar novos conhecimentos e ampliar o seu capital cultural.

Segundo Masetto (2012), o conceito de currículo apresenta diferentes abordagens: a etimológica, que se refere a tudo que precise ser ensinado ou aprendido; e o conjunto de disciplinas distribuídas em um espaço de tempo que mostra o que deve ser ensinado.

Um terceiro conceito de currículo define-o com um conjunto de conhecimentos, saberes, competências, habilidades experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem (MASETTO, 2012, p. 77).

A abordagem do currículo como norteador das práticas formativas, a partir das reformas introduzidas na década de 90, vem sendo problematizada e debatida para introduzir revisões estruturantes visando ao acompanhamento das mudanças ambientais, dada a relevância de ser um instrumento que precisa se adequar ao novo. A realidade aponta para a necessidade de substituir o conhecimento fragmentado pelo modelo que permite estabelecer as relações entre os saberes trazendo a compreensão da transversalidade dos problemas (MORIN, 2011, p. 33).

No ambiente formativo, o currículo é o elemento organizador dos enfoques que precisam ser dados para a formação que tem relação intrínseca com o mercado de trabalho. Segundo Catani, Oliveira e Dourado (2001, p. 77), o indicativo é que, no processo de reorganização curricular, os currículos estão se modificando permanentemente sob a égide da flexibilização do trabalho e os ajustes que são feitos se aproximam da flexibilidade formativa.

O ideário de flexibilização curricular presente na elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação está associado intimamente à reestruturação produtiva do capitalismo global, particularmente à acumulação flexível e à flexibilização do trabalho. Está associado, também, à idéia de que só a formação de profissionais dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças no mundo do trabalho e às demandas do mercado de trabalho poderá responder aos problemas de emprego e de ocupação profissional (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 77).

O curso de Administração, no âmbito da instituição de ensino, tem passado por modificações buscando acompanhar as tendências de mercado de trabalho para fortalecer a formação do administrador de modo que possa atuar melhor e mais efetivamente na trajetória da carreira profissional que escolher. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)/2015, o conhecimento oferecido capacita, inclusive, para a realização de um projeto de vida próprio com a aplicação de metodologia para superar os desafios das transformações da sociedade e do mundo do trabalho.

O perfil do egresso definido pela instituição de ensino está fundamentado nas diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC e contempla competências que permitam ao profissional atuar de forma generalista, com visão global, estratégica e ética, utilizar o raciocínio lógico e atuar de forma criativa e inovadora. Neste sentido, os componentes curriculares são

desenvolvidos de modo que a construção do conhecimento aconteça mediante a articulação de teoria e prática.

A organização curricular está formada por três eixos onde se inserem os componentes curriculares formação básica, formação geral e formação específica que trazem como premissa a ênfase na relação teoria–prática mediante a produção de conhecimento por meio da pesquisa visando à preparação do futuro profissional para exercer as atividades técnicas.

Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da instituição de ensino, os componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e do Estágio Supervisionado II estão estruturados e sistematizados de modo a viabilizar a prática formativa mediante a vivência profissional por meio de um simulado realizado utilizando informações da empresa escolhida para o desenvolvimento do estágio com o objetivo de praticar a gestão empresarial. No quadro 3 estão apresentadas as características dos estágios (Quadro 3).

Quadro 3 – Características do Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II – Curso Administração de Empresas da instituição de ensino (lôcus da pesquisa)

| |
|---|
| <p>Estágio Supervisionado I: com uma carga horária de 153 horas, o programa objetiva colocar o estudante em contato com o processo de tomada de decisão, trabalhando com variáveis internas e variáveis externas que podem impactar a organização</p> |
| <p>Estágio Supervisionado II: tendo como pré requisito o Estágio Supervisionado I, fundamenta-se na pesquisa e desenvolvimento de tomada de decisões estratégicas e gerenciais tendo por base as variáveis internas e externas. Envolve as seguintes áreas de conhecimento da administração: gestão, organização, marketing, finanças, produção e recursos humanos. O uso de simulador de ocorrências da realidade, coloca o estudante em contato com um ambiente de intensa concorrência e competitividade, viabilizando a análise comportamental e processos de mudanças</p> |

Fonte: Pereira (2018, p. 4)

Segundo Pereira (2018, p. 7-8), o desenvolvimento dos programas está estruturado em seis etapas contemplando planejamento, realização de pesquisa de referências abordando aspectos relacionados à gestão e da competitividade, análise crítica das empresas, projeção do plano de gestão, apresentação de resultados e avaliação final (última etapa).

A partir desta análise, identifica-se que o curso de Administração oferecido pela instituição apresenta adequação às diretrizes curriculares definidas pelo MEC, utilizando componentes que buscam desenvolver competências para a atuação profissional do egresso. O Estágio Supervisionado (em duas etapas) favorece o exercício prático consolidando o processo de aprendizado, contemplando a aproximação dos conteúdos para o desenvolvimento de competências técnicas em uma visão interdisciplinar, fortalecendo a pesquisa e a extensão.

4 EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

4.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho, aqui, é entendido como a ação do homem sobre a natureza para satisfazer as suas necessidades que se constitui por meio das relações interativas para o seu desenvolvimento, por conseguinte, o seu resultado tem caráter social (MARX, 2013, p. 55). Esta forma se altera a partir do século XVIII com o advento da industrialização, passando o trabalho a ter caráter de mercadoria por meio da relação comercial via contrato de compra e venda (BRAVERMAN, 1980, p. 55). Deste modo, modifica-se a condição de trabalho abstrato, assalariado e alienado convertendo-se em meio e não mais em uma primeira necessidade para a realização humana (ANTUNES, 2011, p. 435).

A relação educação-trabalho compõe as premissas regulamentadas pela LDB nº 9394/96 que coaduna com a possibilidade de formar o indivíduo para o mundo do trabalho tendo como base estruturante os princípios constitucionais de garantia de direitos individuais e sociais. Portanto, para tratar deste tópico, a educação se fundamenta nos princípios de liberdade, de provimento da visão crítica de mundo que é acessada pelo indivíduo que tem nela a esperança de adquirir conhecimentos para ascender socialmente por meio do trabalho e que precisa ser um caminho para a inclusão e redução das desigualdades sociais.

Compreender a organização do trabalho remete a um olhar para as atividades realizadas pelo ser humano ao longo de sua existência, levando-o a refletir sobre a forma como se organizava para a realização de tarefas complexas que necessitavam de alta qualificação, a exemplo da arquitetura observada nas pirâmides do Egito. Neste trabalho, não se tem a pretensão de examinar o contexto com esta amplitude, entretanto, fazer esta conexão é relevante para a abordagem levando em conta que, historicamente, a evolução do trabalho do homem é apresentada em distintas eras, a partir do artesanato, quando se definia prazos para a entrega das peças, e a partir da industrialização, quando os indivíduos passaram a ser empregados por um único capitalista, segundo Braverman (1980, p. 61).

No decorrer de sua evolução histórica, o ser humano acumula experiências com diferentes formas de realização do trabalho. Trazendo para uma época mais próxima, o contato com a atividade artesanal traduz a relação social possível no ambiente laboral como uma das formas de organização que tinha o tempo como referência para a concretização do ofício, tendo em vista os prazos de entrega. Por outro lado, esta atividade proporcionava a aprendizagem, portanto, havia um processo educativo durante a execução da tarefa.

O percurso histórico insere, para o trabalho do ser humano, novas formas de produção com acentuadas transformações, a partir da revolução industrial, que têm no modelo capitalista a sua estruturação e que vêm introduzindo novas formas de divisão do trabalho voltadas para atender às demandas das empresas.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Incorporando, além do proprietário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. (ANTUNES, 2009, p. 103).

A terminologia organização do trabalho contempla diferentes abordagens, a depender do contexto em que está sendo apresentada, entretanto, em sua essência, insere-se a sua função social, característica da origem do labor como promotor das relações sociais no âmbito familiar cujos integrantes eram responsáveis pela sua realização. No sistema produtivo, é o meio utilizado para colocar em funcionamento os processos com a aplicação da força de trabalho. Segundo Antunes (2009, p. 103), o trabalho é uma práxis social interativa cujo objetivo é convencer outros seres sociais a realizarem determinado ato teleológico.

O marco referencial para a análise de mudanças na forma de organização se dá com a industrialização no Brasil, levando-se em conta o período compreendido entre o século XX e o século XXI cujas mudanças impactam a forma de realização do trabalho, sobretudo a sua organização, a partir do momento em que a simplificação, apoiada nos métodos idealizados por Taylor, é inserida no sistema produtivo.

No movimento da gerência científica introduzido por Taylor (BRAVERMAN, 1980, p. 83), que teve início no século XIX, merece realce o impacto resultante tendo em vista que esta assumiu o controle da produção e o operário passou a ter o conhecimento limitado, ficando dependente das instruções relacionadas aos métodos a serem aplicados para o alcance de níveis maiores de produtividade. Esta mudança na maneira de realizar o trabalho marca uma ruptura funcional relevante, pois separa a responsabilidade pelo desenvolvimento do método e a instrução para a sua aplicação que passa a ser uma tarefa do ser humano.

A exigência da qualificação para colocar em funcionamento o sistema produtivo leva o indivíduo a buscar a elevação da escolaridade e, com isto, a educação libertadora preconizada por Paulo Freire não se revela como tal na medida em que cria vínculos com a necessidade de atender cada vez mais às demandas por qualificação colocando o ser humano em uma busca incessante por novos patamares de conhecimento. Para Mészáros (2008, p. 35), o impacto da lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também para gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Segundo Borges (2016), nas últimas três décadas do século XX, a previsibilidade das trajetórias assegurando a coerência entre a escolaridade alcançada e o lugar ocupado no sistema produtivo, foi substituída pela diversidade de trajetórias. Esta realidade é acentuada cada vez mais em função do crescimento exponencial da tecnologia quando funções mais simples passam a ser automatizadas trazendo consequências importantes para a organização do trabalho. Para Antunes (2009, p. 252), ao mesmo tempo em que está acontecendo a informatização do trabalho, o mundo maquinal e digital, acontece a informalização.

A determinante da demanda de mercado interfere na lógica de oferta das qualificações pelo ensino superior. Segundo Gazo (1996, p. 237), o número de postos ofertados e as qualificações requeridas constituem variáveis presentes, determinando o perfil do graduando cujas bases constitutivas independem do ensino superior. Entretanto, quando se analisa a relação educação–trabalho, é preciso considerar aspectos estruturais do seu funcionamento no mercado de trabalho que divergem dos demais mercados no tocante à demanda e oferta pela mercadoria Força de Trabalho.

Para Santos (2013, p. 384), há dois níveis de dicotomia educação-trabalho: a correspondência estável entre a oferta de educação e a oferta de trabalho, titulação e ocupação; e o alinhamento entre o ciclo de formação do perfil profissional e o seu ciclo de consumo produtivo. Por outro lado, defende o autor que a educação deve ser concomitante com o trabalho em uma visão de contínua aprendizagem para atender às transformações do processo produtivo.

Para Offe (1989, p. 24-30), o mercado de trabalho se organiza mediante a relação de troca entre salários e *inputs* de trabalho, mercadoria vendida pela força de trabalho que transita em um ambiente exposto a constantes renovações do capital e para melhorar a qualidade de sua oferta de trabalho visando às vantagens competitivas, recorre à educação e ao treinamento para variar a qualidade de sua oferta dentro de limites estreitos. Nesta análise estrutural, Offe realça o aspecto da demanda e oferta regulador de funcionamento do mercado, também observável no mercado de trabalho, tem características diferentes em termos da quantidade, qualidade e tempo de oferta, ocasionando, acima tudo, perdas relativas à renda. (OFFE, 1989, p.31)

4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO – MODELO FORDISTA

De outra forma, a organização do trabalho no mundo contemporâneo tem passado por significativas mudanças que atendem, via de regra, à exigência de maior produtividade ao menor custo, no sentido de criar condições para a atuação das empresas em um ambiente de negócios de alta competitividade com limites geográficos ampliados por meio da abertura dos mercados.

Para examinar os avanços ocorridos na forma de organizar o trabalho é relevante o traçado histórico que tem ascensão mundial com o sistema fordista de produção, culminando no estabelecimento do dia de 8 horas e a recompensa de 5 dólares pelo trabalho produzido. A mecanização do trabalho, com as esteiras rolantes na produção, leva até o operário a tarefa a ser realizada, eliminando-se a perda de tempo nos movimentos naturais que o corpo necessita fazer para o deslocamento.

A divisão social técnica do trabalho¹¹, por meio da simplificação de tarefas e mecanização, reduziu a atividade laboral a uma ação mecânica com a exigência de baixo nível qualificação, tornando-se dispensável a presença de trabalhadores qualificados, mantendo-se a necessidade de funções mais qualificadas para o planejamento e controle da produção, o que leva ao aumento de pessoas ocupantes de cargos administrativos e gerenciais.

Este modelo, ainda está presente no mundo contemporâneo, limita a capacidade de desenvolvimento do potencial do trabalhador fazendo com que não acesse funções que exijam maior desempenho cognitivo, o que justifica a existência da supervisão à qual compete executar tarefas que necessitem de análise interpretativa.

[...] A divisão técnica do trabalho, iniciada na fase da manufatura capitalista, aprofunda na produção a separação entre o trabalho manual e trabalho intelectual, também referido como trabalho de execução e trabalho de concepção, respectivamente (HOLZMANN, 2011, p. 128).

O objetivo de ganhos de produtividade estava presente quando Henry Ford introduziu, em sua fábrica, a instalação de esteiras rolantes com o intuito de eliminar tempo improdutivo (deslocamento do operário). Esta maneira de organizar o local de trabalho impôs o

¹¹ Divisão social técnica do trabalho: caracteriza-se pela forma como as atividades a serem executadas pelos diferentes indivíduos ou grupos distinguem-se e podem ser especializados, formando-se a hierarquização, expressando diferenças e desigualdades sociais (HOLZMANN, 2011, p. 12).

posicionamento fixo do trabalhador para realizar a sua tarefa, criando uma situação precária de trabalho, tendo em vista as condições ergonômicas¹² impostas para manter a pessoa em posição fixa e realizando movimentos repetitivos.

A fábrica de Ford, com esta nova estruturação, é povoada por operários com baixa qualificação para realizarem atividades simples e repetitivas que não carecem de conhecimentos aprofundados para a sua execução. Com isto, o custo da força de trabalho é reduzido o que, associado aos ganhos de produção em escala com níveis de produtividade mais elevados, contabiliza maior lucro no resultado da empresa. Este modelo se reproduz, tornando-se uma espécie de guia para a definição de estruturas produtivas.

Dada a contribuição dos fundamentos trazidos por Taylor para que o modelo fordista fosse estruturado e para o exame das questões relacionadas ao modelo flexível de produção, é relevante realçar princípios considerados e aplicados por ele na organização do trabalho, segundo Braverman (1980, p. 82).

Primeiro princípio – dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores: o processo de trabalho não depende da prática e do conhecimento do trabalhador, mas das políticas gerenciais que são constituídas a partir dos estudos do administrador no sentido de conferir rapidez e economia.

Segundo princípio – separação de concepção e execução: intencionalmente este princípio foi desenvolvido considerando que o trabalhador não poderia atuar no planejamento da atividade tendo por base a sua experiência, sendo necessária a restrição do conhecimento à gerência. Outro elemento destacado por Taylor diz respeito ao dito “segredo de ofício” em função da possibilidade de o operário não compartilhar métodos mais rápidos e precisos para a execução da tarefa. Segundo Braverman (1980), este princípio está relacionado à função de controle da gerência e ao barateamento da força de trabalho.

Em conclusão, tanto a fim de assegurar o controle pela gerência como baratear o trabalhador, concepção e execução devem tornar-se esferas separadas do trabalho, e para esse fim o estudo dos processos de trabalho devem reservar-se à gerência e obstar aos trabalhadores, a quem seus resultados são comunicados apenas sob a forma de funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas o que é seu dever seguir sem pensar e compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes. (BRAVERMAN, 1980, p. 107).

¹² Para Oliveira (2011, p. 165), ergonomia diz respeito ao conjunto de conhecimentos relativos ao homem no trabalho e à concepção de ferramentas, máquinas e dispositivos que possam ser por ele utilizados com o máximo de conforto, segurança e eficácia.

Terceiro princípio: utilização do monopólio de conhecimento da gerência científica (administração científica) para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de produção. Resultante dos dois princípios anteriores, neste, a atenção está voltada para a atuação da administração científica no pré-planejamento e pré-cálculo das partes do trabalho a ser realizado que se traduz em instruções cujo conhecimento interpretativo está restrito às funções gerenciais, criando um hiato de conhecimento entre o planejamento e a execução. O Chefe de Turma, assim denominado por Taylor, passa a existir com o papel de garantir que o operário execute exatamente o que foi instruído, não lhe permitindo interferir com a sua habilidade laboral adquirida na prática com sua experiência.

4.2.1 O modelo fordista de produção: uma nova ordem

As mudanças no cenário econômico, com a “grande depressão” (1929-1930), criaram instabilidade no mercado consumidor, gerando o desequilíbrio da oferta e da demanda, levando à cautela nos investimentos industriais voltados para a produção, momento em que o modelo fordista de produção entra em colapso em função do baixo consumo. Segundo Harvey (1989, p. 122), o pensamento de que o poder corporativo seria suficiente para construir a nova sociedade mediante o estímulo ao consumo, deixa de ser a verdade.

Para recuperar seus investimentos, as indústrias passam a adotar novas estratégias e introduzem soluções tecnológicas e a padronização dos processos produtivos perde espaço. A nova ordem impõe mudanças na organização do trabalho de modo a se adotar mecanismos para flexibilizar a produção visando à colocação no mercado consumidor de diferentes modelos e produtos no menor espaço de tempo, seja para consumo em elevada escala ou não.

Ademais, os novos métodos de trabalho voltados para a qualidade do produto e a redução de custos de produção que contemplam a eliminação de desperdícios e a ociosidade produtiva inclusive relacionada ao quantitativo de mão de obra alocada na produção. Frente a esta realidade, o modelo fordista baseado nas concepções tayloristas não apresenta as condições necessárias para atender à nova ordem do capital.

Essas transformações são denominadas por Harvey (1992, p. 140) de acumulação flexível e trazem alterações significativas gerando grandes impactos no mercado de trabalho. O excedente de mão de obra decorrente da reestruturação dos meios de produção insere os contratos de trabalho flexíveis que se adequam à realidade da demanda de mercado para os produtos ofertados, caracterizando serviços temporários, trabalho em tempo parcial ou subcontratado, segundo o autor.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’ (HARVEY, 1992, p. 140).

Alinhada aos objetivos de incrementos de produtividade e maximização do lucro, a organização do trabalho na contemporaneidade sustenta-se pela flexibilização, crescente uso da tecnologia, teletrabalho, terceirização das atividades, dentre outros aspectos. Segundo Antunes (2009, p. 102), a classe trabalhadora ampliada, denominada de classe-que-vive do trabalho, exposta às novas formas de trabalho, é composta por indivíduos que vendem a sua força de trabalho que atuam na indústria, no setor de serviços e o trabalhador rural. Para o autor, não estão inclusos os pequenos empresários e proprietários.

A tecnologia inserida no sistema produtivo a partir da revolução industrial tem relação direta com o desenvolvimento do capitalismo (BAUMGARTEN, 2011, p. 391). A sua configuração no contexto da organização do trabalho está traduzida por movimentos e práticas que contribuíram para alterar a forma de trabalhar através da automatização e pela introdução de novas práticas originárias dos métodos definidos no âmbito da administração científica, como é o caso do controle estatístico de processo.

O avanço tecnológico aponta para a direção da produção de bens de consumo na perspectiva de oferta de conforto e bem-estar além do atributo de proporcionar agilidade para realizar atividades, estabelecer comunicação, proporcionar mobilidade, dentre outros benefícios cada vez mais demandados pela sociedade moderna. O acesso aos recursos tecnológicos se vincula ao poder aquisitivo das pessoas que escolhem dentre as tantas alternativas disponíveis.

Baumgarten amplia a análise dos avanços tecnológicos no contexto da inovação (mola propulsora do seu desenvolvimento) para alertar que, nas sociedades periféricas, há o distanciamento tecnológico, tornando-as mais dependentes da tecnologia gerada no centro capitalista. Sua análise para o âmbito da América Latina, conclui que:

[...] O problema a destacar, portanto, é o da (in)capacidade de absorção de mais tecnologias se não houver mais investimentos nas competências educacionais, científicas e tecnológicas nos países da América Latina. (BAUMGARTEN, 2011, p. 405).

Portanto, a relação educação–trabalho no contexto do avanço tecnológico considerando a perspectiva de gerar oportunidades inclusivas está para além das práticas pedagógicas no tocante à efetividade para desenvolver competências para a inovação. Os fatores intervenientes

extrapolam os muros da instituição de ensino, vinculando-se à existência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

As fusões e integrações de empresas que também estão presentes com a acumulação flexível trouxeram relevantes impactos para a organização do trabalho, repercutindo na forma de desemprego e na exigência de maior qualificação para que o trabalhador possa assumir diferentes papéis, em uma concepção da multifuncionalidade. Merece relevo o fenômeno da terceirização, que tem a sua origem no modelo toyotista de produção, cujo impacto na organização do trabalho, ao levar em conta o menor custo, impõe condições precárias de trabalho para que seja garantida a lucratividade para a empresa tomadora dos serviços e para a empresa contratada.

Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, envolvimento, terceirização ampliada, tudo isso passa a integrar a pragmática da empresa flexível. Como paralelo, vale a referência: se no apogeu do taylorismo/fordismo mensurava-se a pujança de uma empresa pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa – a era do operário-massa –, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’, são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam os seus índices de produtividade (ANTUNES, 2014, p. 14).

Para Harvey (1992, p. 143), no modelo de acumulação flexível, o mercado de trabalho se configura como um grupo de trabalhadores de centro, composto pelo nível gerencial que usufrui de maior segurança no trabalho e que atende às necessidades de flexibilidade e mobilidade e dois grupos periféricos, um composto por trabalhadores de tempo integral cujas habilidades são facilmente encontradas no mercado – realizadores de tarefas mais rotineiras e menos especializadas – e um segundo grupo onde se encontram trabalhadores de tempo parcial, com contrato por tempo determinado, portanto, com menor segurança no trabalho.

Com as mudanças decorrentes da flexibilização, o formato da organização do trabalho se configura e reconfigura para acompanhar as tendências. A velocidade dos acontecimentos deixa à margem o sistema educacional que, via de regra, se encontra incapacitado para fazer frente às demandas, criando o distanciamento dos meios de produção cada vez mais sofisticados. Soma-se a isto, a influência cultural, que interfere na comunidade estudantil, e o fato da nova ordem produtiva contribuir para o agravamento da exclusão na medida em que não insere princípios voltados para conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social.

A constatação é forte: em plena era da informatização do trabalho, no mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos precarizados, dos subcontratados em tempo parcial, do subproletariado (ANTUNES, 2009, p. 252).

4.3 MERCADO DE TRABALHO – CARACTERIZAÇÃO

Abordar o trabalho como um dos meios que constituem a sociedade e que, em seu processo evolutivo, cria a identidade do indivíduo vai além da visão de resultados decorrentes do cenário econômico e seus efeitos considerando os diferentes contextos conjunturais. Portanto, há o foco em examinar as questões pertinentes a emprego e desemprego para analisar os indivíduos e grupos sociais a partir desta relação no sentido de compreender como um elemento social tem um caráter relevante, segundo Guimarães (2009, p. 153).

Um olhar sobre a sociologia se agrega a esta visão, como propõe Guimarães, no sentido de entender o trabalho como um elemento social que permite considerar a relação emprego e desemprego para analisar os indivíduos. Para a autora, o mercado de trabalho pode ser considerado como uma das mais poderosas medidas para analisar a posição nas hierarquias do status social, destacando que as primeiras análises sociológicas a respeito do assunto estão atreladas a temas como desemprego ou à forma como a orientação e a formação profissional dariam aos indivíduos a condição de empregabilidade.

O trabalho – nele o mercado de trabalho, arriscaria dizer – estava longe de ser um território de interesse analítico que lhes importasse em si mesmo. Ele provia, antes, os indicadores empíricos para um fenômeno de outra natureza – o da constituição das hierarquias de estratificação social (aí contidas as indagações sobre mobilidade social) – este, sim, central às teorias sociológicas em desenvolvimento (GUIMARÃES, 2009, p. 156).

Segundo Cogo (2011, p. 465), outro aspecto relevante é que a abordagem sociológica a respeito de mercado de trabalho acompanha as transformações na organização do trabalho a partir da década de 90, quando se inicia o interesse em entender as trajetórias profissionais, sobretudo com relação às consequências do desemprego, considerando possíveis mudanças de espaço ocupacional tendo em vista a qualificação. Com isto, a sociologia do trabalho avança no sentido de considerar o perfil da força de trabalho como influenciadora para a obtenção de um novo trabalho.

O fator tempo passa a ser incorporado na análise como uma forma de examinar a vivência do trabalhador dentro e fora do mercado de trabalho e a respeito das contribuições para as migrações ocupacionais (COGO, 2011, p. 465). Nesta possibilidade migratória, merece

relevo a formação profissional que tem significativa importância visto que o indivíduo vislumbra a possibilidade de ser mais competitivo e preparar-se para novas funções que pretenda ocupar.

Segundo Cardoso Júnior (2005, p. 128), mesmo com a aceleração do crescimento econômico nas décadas de 30 a 80, o mercado de trabalho brasileiro apresenta características heterogêneas em função de aspectos relativos a composição salarial da ocupação, informalização das relações de trabalho, nível de desemprego, qualidade da ocupação, nível de remuneração, estrutura de rendimentos, grau de mobilidade da força de trabalho, tipos de segmentação e discriminação do mercado de trabalho.

Dentre as características citadas, realça-se o impacto da pressão por mão de obra mais qualificada na estrutura de rendimentos e na segmentação. Segundo Cardoso Júnior (2005), a heterogeneidade que distingue o padrão de estruturação do mercado de trabalho no Brasil alcança maior profundidade a partir da década de 90, tendo na Constituição Federal (1988) o marco referencial, considerando a ênfase nas políticas sociais, quando o Estado passar a atuar no campo social. Isto leva às iniciativas de institucionalização do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e à construção de um Sistema Público de Emprego (SPE) voltado para o Seguro Desemprego e abono salarial, além dos serviços de intermediação de mão de obra nos setores de indústria, comércio e serviços.

Para Cardoso Júnior (2005, p. 164), na análise dos resultados do mercado de trabalho, além dos aspectos relativos ao perfil do emprego e desemprego, as considerações relacionadas à migração do setor de atividade econômica são relevantes na medida em que possibilitam examinar como o desenvolvimento capitalista do Brasil contribuiu para a formação de um mercado de trabalho urbano fortemente dependente da dinâmica do crescimento industrial. Por outro lado, realça o autor a origem agrária constituída por imigrantes e trabalhadores escravos que formaram o perfil estruturante para o mercado de trabalho brasileiro. Isto explica a demanda por maior qualificação da mão de obra, a partir da celeridade da industrialização no Brasil que teve como consequência a redução da força de trabalho alocada no setor agrário – de 30%, em 1980 para 11,3%, em 2010 – que concentra 40,9% nos setores de indústria e comércio, segundo Comin (2015, p. 376), a partir da análise de dados do IBGE/Censos Demográficos 1960–2010. Ao analisar as desigualdades provocadas pela migração, o autor destaca o impacto das políticas educacionais sobre a população rural que ficou em situação de desigualdade para se inserir no mercado de trabalho urbano.

Os avanços tecnológicos impõem às diferentes categorias profissionais demandas por qualificação e crescentes resultados de produtividade. Paradoxalmente, acentua-se a exposição

a jornadas intermináveis, característica moderna do estado de disposição do indivíduo que trabalha por meio dos recursos de conectividade em rede, de grupos formados para darem conta de atribuições e resultados de metas programadas. Para Antunes (2009, p. 124), a tecnologia requer uma força de trabalho mais complexa, multifuncional cuja exploração deve ser mais intensa e sofisticada.

Nestas novas condições, o valor passa a ser o trabalho imaterial que se constitui por atividades intelectuais, criativas e comunicativas demandadas para a produção, segundo Grisci (2011, p. 456), e que, para Antunes (2009, p. 129), tem como característica de expansão a complexidade. Assim, este tipo de trabalho restringe o acesso a indivíduos com melhor qualificação levando as empresas a definirem exigências mais elevadas para a ocupação de cargos das estruturas funcionais mesmo daqueles que se situam na base da pirâmide funcional. Com isto, a graduação se torna requisito para concorrer às vagas.

No topo, temos trabalhadores ultra qualificados, que atuam no âmbito informacional; na base, avançam a precarização e o desemprego, ambos estruturais; entre eles, a hibridez, o ultra qualificado de hoje que pode ser o desempregado ou o precarizado de amanhã – tanto um como o outro em expansão no mundo do capital global. (ANTUNES, 2009, p. 251).

Segundo Pochmann (2000), o setor de serviços e o setor de comércio têm características que atendem à subcontratação de pessoal gerando a elevação do número de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada. Este contingente se mantém em condições precárias e se submete ao contrato de trabalho temporário em períodos de aumento de demanda, como é o caso dos trabalhadores do setor de comércio.

A transição dos empregos industriais para os de serviço e comércio interfere não apenas na composição das ocupações, mas também na qualidade de postos de trabalho. Tradicionalmente, o setor industrial gera postos de trabalho que exigem maior qualificação profissional e, por consequência, maiores salários e menor instabilidade no emprego do que em relação ao setor terciário (POCHMANN, 2000, p. 64).

Segundo Comin (2015, p. 393), embora o setor industrial represente uma significativa fatia das oportunidades de melhor renda para a formalidade, há limitação para os nichos ocupacionais que necessitam de maior qualificação e se tornam cada vez mais seletivos. Realça que, nas últimas décadas (considerando os censos demográficos do IBGE), as ocupações que mostram maior concentração se referem, em primeiro lugar, às atividades de menor qualificação (comércio, serviços de alimentação e hospitalidade e serviços burocráticos). Em segundo lugar,

situam-se as ocupações que exigem profissionais de alta qualificação, incluindo aqueles ligados às atividades de administração e ao aparato do estado. Isto confirma a argumentação de Harvey (1992) relativa à configuração do mercado de trabalho na acumulação flexível.

4.4 PANORAMA BRASILEIRO DA INSERÇÃO DOS EGRESSOS DE CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO: INDICATIVOS DA PESQUISA CFA PARA 2015

Para exame da trajetória de egressos do curso de Administração de Empresas, foram analisados os dados da pesquisa nacional realizada pelo Conselho Federal de Administração (CFA), em 2015. A amostragem relativa ao estado da Bahia (1.234 participantes) revela que 13,97% se encontravam em situação de desemprego. Destacam-se, no *ranking* das razões apresentadas para o desemprego, as três primeiras: o mercado de trabalho está em baixa (27,52%); não encontro vaga compatível com a minha formação (13,68%); estou estudando para concurso público/aguado chamada de concurso público (17,13%). Aqueles que estão ocupados trabalham em diversos setores da economia, destacando-se: serviços (44,26%), indústria (15,99%) e comércio (16,17%).

Analisar o mercado de trabalho nos anos contemplados na pesquisa, envolve o estabelecimento de comparações entre indicadores das variáveis determinantes a serem pesquisadas. A partir das referências revisadas, merece realce examinar, segundo os estudos feitos por diversos autores (ANTUNES, 2014; BORGES, 2006; 2016; COMIN; BARBOSA, 2011; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015; POCHMANN, 2015), a relação ensino superior–trabalho, considerando taxa de desocupação, número de ocupados, gênero, idade, raça, massa salarial, renda, estabelecendo cruzamentos com indicadores da educação superior e a situação de trabalho dos egressos pesquisados.

Ao examinar variáveis relacionadas à inserção no mercado de trabalho, segundo a pesquisa do CFA, em 2015 (momento da pesquisa), 86,9% dos administradores estavam empregados, revelando que mais da metade (53,2%) exercendo atividade no setor privado e 33,7% no setor público. Quanto aos cargos ocupados, prevalecem Gerência (18,64%) e Analista (18,26%) seguidos por Coordenação (8,32%), Presidência/Proprietário/Empresário (7,07%) e Diretoria (6,44%). Os ocupantes de cargos técnicos, assessoria, supervisão, assistência e auxiliar somam 26,15%. A mobilidade ocupacional apresenta a configuração explicitada na Tabela 5 (CFA, 2016, p. 35).

O fenômeno da precarização no mercado de trabalho como argumentado por Antunes (2009), Borges (2006) e Pochmann (2006) é observável no resultado da pesquisa em realce, em

2015, explicitamente quando se verifica 14% de ocupantes de cargo de auxiliar e 10% de assistência. Para a variável remuneração, a pesquisa aponta um decréscimo de 2,08 SM (18,37%), em 2015, comparado com 2011.

Tabela 5 – Mobilidade ocupacional do administrador, segundo pesquisa CFA/2015

| POSIÇÃO OCUPACIONAL | PERÍODO DA GRADUAÇÃO (%) | | | | | |
|---|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 1970 a 1979 | 1980 a 1989 | 1990 a 1999 | 2000 a 2005 | 2006 a 2011 | 2012 a 2015 |
| Presidência/Proprietário/Empresário/Sócio | 18% | 10% | - | - | - | - |
| Diretoria | 14% | 12% | 9% | - | - | - |
| Gerência | 15% | 21% | 22% | 22% | 18% | 13% |
| Assessoria | 11% | - | - | - | - | - |
| Coordenação | - | - | 9% | 9% | 9% | 6% |
| Supervisão | - | - | - | - | - | 7% |
| Analista | - | 12% | 18% | 22% | 22% | 15% |
| Assistência | - | - | - | - | - | 10% |
| Auxiliar | - | - | - | - | - | 14% |
| AMOSTRA TOTAL (BAHIA) | 38 | 88 | 100 | 219 | 449 | 340 |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações da pesquisa CFA – 2015

No que diz respeito à mobilidade ocupacional a partir do ano 2000, merece realce que as posições em níveis hierárquicos mais altos (direção) não aparecem entre os egressos e também se registra uma redução para o nível gerencial a partir de 2006. Este comportamento é um indicativo das transformações ocorridas no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador que modifica o perfil das ocupações, criando-se a polarização no interior daquelas mais qualificadas, segundo Borges (2016, p. 291). Ademais, o decréscimo no nível de renda pode estar relacionado à conjuntura econômica, em 2015, visto que o índice de desemprego entre os egressos pesquisados se situava em 13,97%.

Estes resultados apontam para a existência de outros fatores determinantes no mercado de trabalho que interferem na ocupação das vagas pelos egressos, demonstrando que cursar o ensino superior não é preponderante para o alcance de posições mais elevadas. Além disto, provavelmente o efeito do desemprego tende a levar a menor exigência das pessoas a respeito da compatibilidade entre escolaridade e cargo.

4.5 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO

4.5.1 Mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador: breve caracterização

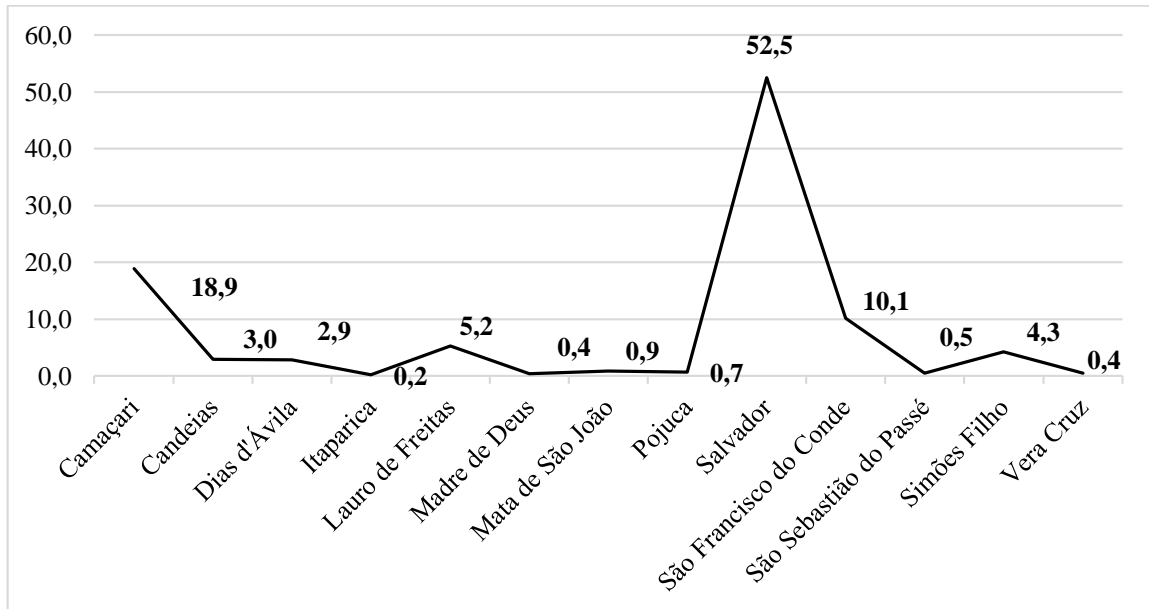
Esta análise apresenta um panorama geral das características mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador e envolve uma visão do posicionamento econômico da região quanto aos setores presentes em sua economia e indicadores relacionados à ocupação e desocupação cujo exame se mostra relevante para conhecer a realidade do período em estudo e estabelecer correlações com os achados da pesquisa realizada tendo em vista os aspectos conjunturais considerando o momento econômico em que se dá o percurso dos egressos.

A Região Metropolitana de Salvador, instituída pela Lei Complementar Federal nº 14/1973, é composta por 13 municípios dentre os quais o de Camaçari onde está localizado o Polo Petroquímico de Camaçari que, segundo dados do Comitê de Fomento de Camaçari (COFIC), de 2019, abriga, atualmente, mais de 90 empresas – 30 indústrias e petroquímicas e 23 empresas no Complexo Automobilístico Ford. De acordo com a estimativa da PNAD/IBGE para 2018, a região tem uma população composta por 3.856.827 habitantes. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) totaliza R\$116.309,73 milhões, segundo dados da SEI (2019). O setor de serviços participa com 57,0% e a indústria com 27,5% (Gráfico 1).

A cidade de Salvador, grande metrópole que compõe a região, que é responsável por 52,5% do PIB 2016 e tem como origem uma economia de caráter agrário-mercantil, voltou-se para o mercado externo (CARVALHO; BORGES, 2014, p. 81). Na década de 1950, a economia da região se modifica a partir da instalação da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, da exploração do petróleo que dá origem à Refinaria Landulfo Alves e da construção do terminal marítimo de Madre de Deus, acontecimentos que marcaram o desenvolvimento para a cidade de Salvador e os municípios que integram a RMS.

[...] A grande transformação na estrutura produtiva regional, contudo, foi associada às políticas nacionais de desenvolvimento regional que levaram à implantação do Centro Industrial de Aratu na segunda metade da década de sessenta e do Polo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970, operando em grande escala com tecnologia de ponta. (CARVALHO; BORGES, 2014, p. 82).

Gráfico 1 – Percentual de distribuição do Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Salvador-Bahia, 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2019).

A partir deste ponto de inflexão, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador passa a ser influenciado pelo setor industrial, comercial (varejo) além dos serviços relacionados à infraestrutura da cidade, transporte e comunicação. Com isto, acontece a ampliação e a diversificação da classe média decorrente do aumento de empregados para escritórios, maior demanda por profissionais de nível superior, dentre eles os administradores, segundo Carvalho e Borges (2014, p. 83).

Transcorrido o período de maior crescimento econômico (1970–1985) e em função das mudanças ocorridas no cenário econômico do Brasil, nos anos 1990, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador modifica a sua configuração em consequência dos avanços tecnológicos ocorridos nas empresas, trazendo, no seu contexto, o modelo da terceirização e do trabalho temporário nas empresas do Polo Petroquímico de Camaçari que provoca a redução da mão de obra empregada.

Em termos ocupacionais, é emblemático o caso do complexo petroquímico, onde a mão de obra empregada foi reduzida a um terço do máximo alcançado nos anos 1980, com uma larga utilização do trabalho terceirizado e temporário. A terceirização avançou não apenas na petroquímica, mas também na indústria metal-mecânica e em outros ramos importantes da economia soteropolitana, com os serviços de utilidade pública, e no próprio aparato governamental. (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 115).

Os anos 2000 trazem para a Região Metropolitana de Salvador um novo período de crescimento, destacando-se o setor de serviços. No setor industrial, a região de Camaçari recebe

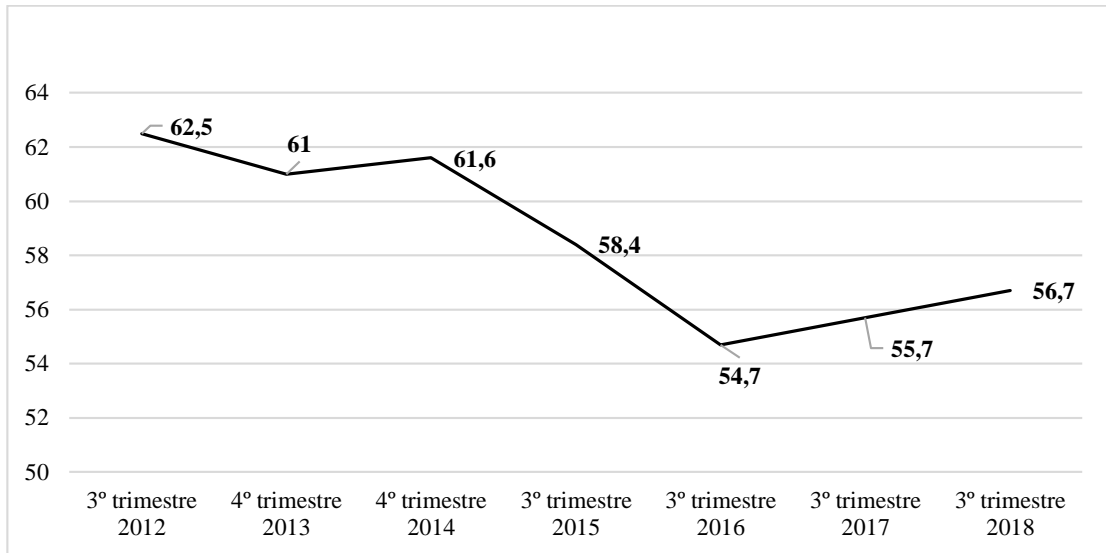
o complexo petroquímico automobilístico da Ford, implantado em 2001, que congrega a montadora e empresas sistemistas que geram empregos absorvendo cerca de 8 mil trabalhadores. Embora tenha existido esta contribuição para o perfil da ocupação regional, os salários eram inferiores aos que prevaleciam em outros polos automobilísticos do Brasil, segundo Carvalho e Borges (2014, p. 88).

Acompanhando a tendência de crescimento econômico do Brasil, o mercado de trabalho da RMS, nos anos 2000, apresenta redução do nível de desemprego, entretanto, mostra comportamento superior à média nacional, mantendo a característica da região. Para Borges (2015, p. 286), entre 2003 e 2013, este mercado apresenta aumento na taxa de ocupação de 3% ao ano, superando a taxa relativa à População Economicamente Ativa (PEA)¹³, cujo crescimento se situou em 2,1%, resultando em um aumento de 497 mil trabalhadores no contingente de ocupados que, por sua vez, foi acompanhado pela redução do contingente de desempregados de 354 mil para 274 mil (BORGES, 2015, p. 286). Vale ressaltar que a taxa de desemprego na região se situava em 25,2%, em 2000, e passou para 13,8%, em 2010, embora representasse o dobro da média nacional revelando a fragilidade do mercado de trabalho metropolitano (BORGES, 2014, p. 90).

A análise dos dados da PNAD/IBGE aponta que a taxa de ocupação da População Economicamente Ativa (PEA) situava-se em 62,5%, no terceiro trimestre de 2012, apresentando uma redução de 5,8p.p., em igual período de 2018, quando alcançou 56,7%. O Gráfico 2 mostra o comportamento da taxa entre 2012 e 2018, podendo ser observado o efeito do período recessivo, a partir do terceiro trimestre de 2015, que se acentua no terceiro trimestre de 2016, quando a taxa ficou em 54,7%. A partir de 2017, o perfil de ocupação apresenta melhora, com uma taxa de 56,7%.

Gráfico 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação

¹³ População Economicamente Ativa (PEA): compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada: aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). População Desocupada: aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: jan. 2019.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua/IBGE

A crise econômica iniciada no Brasil no segundo semestre de 2014 e agravada a partir de 2015 modifica a situação de ocupação na Região Metropolitana de Salvador, acompanhando a tendência nacional. Segundo Pochmann (2015, p. 85), na primeira metade da década de 2010, o ano de 2015 pode ser compreendido como um ponto de inflexão no mercado de trabalho.

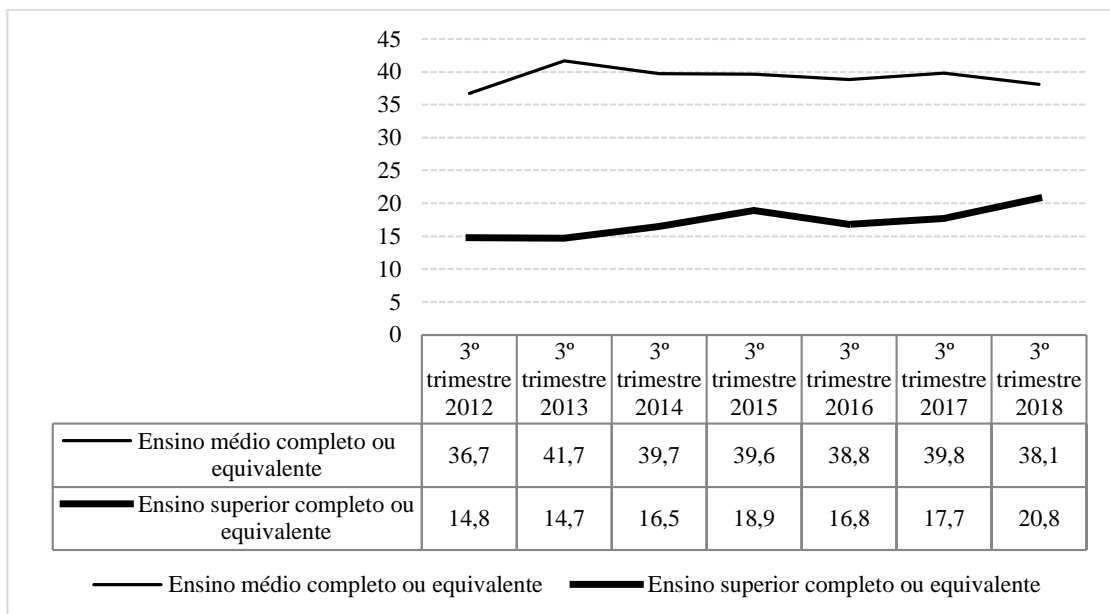
[...] O aumento recente da taxa de desemprego no Brasil metropolitano encontra-se diretamente determinado pela adoção das políticas de ajuste econômico que levaram à recessão. Pela intensificação do desemprego nestes primeiros meses, o ano 2015 se apresenta como o terceiro momento temporal de ajuste econômico mais grave observado nas últimas décadas (POCHMANN, 2015b, p. 17).

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador, em 2015, situou-se em 28,1%, segundo Pochmann (2015b, p. 14). Em fevereiro de 2018, de acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a taxa de desemprego na RMS ficou em 25,5%, apresentando aumento em relação a janeiro de 2018 (25,0%). Numa análise comparativa com o ano de 2012, verifica-se elevação significativa no desemprego desta grande região, pois neste ano o resultado dos estudos da SEI indicaram uma taxa de 17,7% (SEI, 2013).

Ao considerar o nível de escolaridade (Gráfico 3), a taxa de desemprego apresenta comportamento distinto quando se compara a população com nível médio ou equivalente e com nível superior. Em 2012, a relação era 36,7% para o nível médio e 14,8% para o nível superior, uma diferença de 21,9 p.p. Para o mesmo período de 2018, a relação passa a ser 38,1% e 20,8%,

correspondente ao nível médio e nível superior, respectivamente, reduzindo a diferença para 17,3%. Por outro lado, o resultado aponta para o aumento do desemprego para a população com ensino superior que no terceiro trimestre de 2018, registra 20,8% contra 14,8% em igual período de 2012. Este comportamento permite inferir que a elevação da escolaridade contribui para a redução do nível de desemprego contudo não garante a manutenção do emprego em períodos com efeito de crises econômicas, tendo em vista os efeitos da conjuntura econômica sobre o mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho e respectivas taxas e níveis, por nível de instrução – Região Metropolitana de Salvador (RMS)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua/IBGE

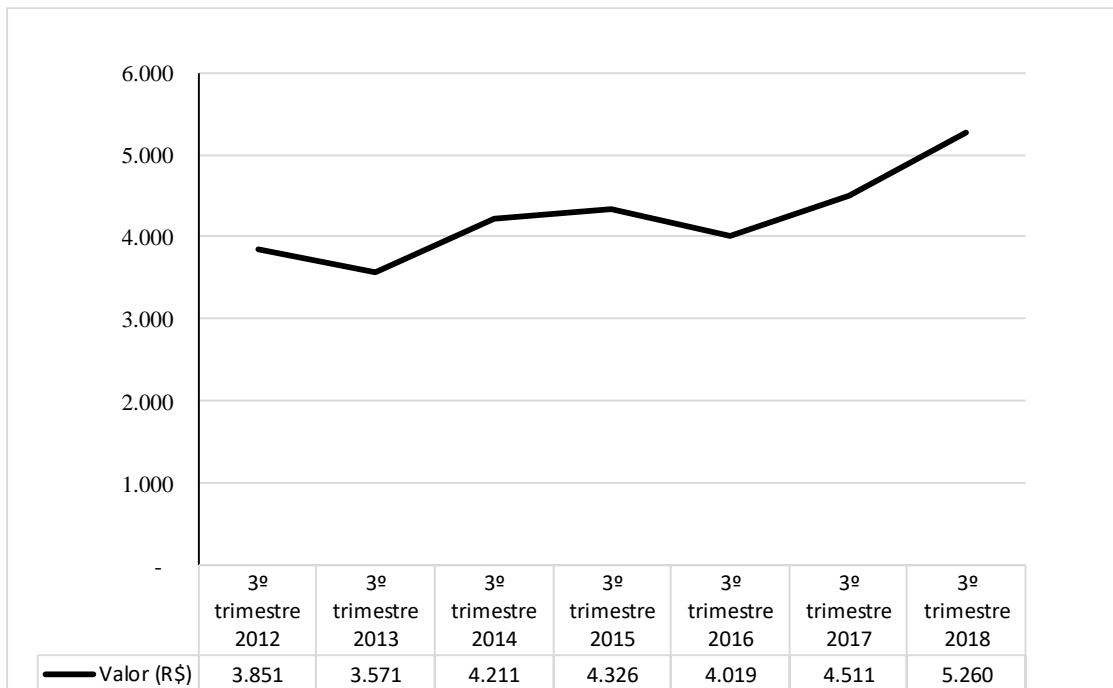
No exame do rendimento médio da população com ensino superior, verifica-se que apresenta crescimento, exceto em 2013 e 2016 que registra uma redução de 7,3% e 7,1%, respectivamente. Merece realce que, em 2015, o aumento ficou em 2,7% e, em 2018, 1,4% acentuadamente abaixo dos períodos anteriores que tiveram crescimento positivo (Gráfico 4). Segundo Pochmann (2015b, p. 9), no Brasil metropolitano, a recessão teve maiores implicações sobre a quantidade da mão de obra ocupada do que os salários recebidos pelos trabalhadores.

Quanto às características da atividade econômica da região, segundo o censo IBGE 2010, a ocupação de acordo com o setor de atividade mostra maior concentração no setor de serviços, 43,7%, seguido do comércio, com 18,3%. A indústria de transformação detém 8,9%, mostrando patamar inferior à construção civil, que concentra 9,5% (CARVALHO; BORGES, 2014, p. 93). Segundo Borges (2015, p. 289), no período entre 2000 e 2013, o crescimento da

ocupação no mercado da Região Metropolitana de Salvador foi influenciado pela construção civil (18,6%), outras atividades (20,7%) onde se inclui a terceirização e Serviços Sociais (13,8%) – educação, saúde e assistência. Segundo Pochmann (2015b, p. 13), em 2015, o desemprego na construção civil ficou em 54,3% e na indústria em 45,2%.

Pelas características presentes no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, é possível perceber a forte influência da conjuntura econômica e das alterações no sistema de produção flexível que trouxeram em seu contexto a automatização na indústria, a terceirização e a acentuação do avanço tecnológico. A migração da ocupação para o Setor de Serviços (HARVEY, 1992; POCHMANN, 2000; ANTUNES, 2009) é percebida em uma região cujo desenvolvimento se deu a partir da industrialização.

Gráfico 4 – Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, em reais – Região Metropolitana de Salvador (RMS) – ensino superior completo ou equivalente



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua/IBGE

5 O PERCURSO DE EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO LÓCUS DA PESQUISA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Compreender a educação no contexto de sua contribuição para o desenvolvimento de um país contempla fatores socioeconômicos incontornáveis e sujeitos às políticas públicas editadas pelo governo. No tocante ao desenvolvimento econômico, a relação com o ensino superior sempre esteve associada à qualificação voltada para atender aos meios de produção em seus diferentes ciclos de mudanças. Neste contexto, o indivíduo se insere visualizando o diploma de nível superior como oportunidade de mobilidade social por meio de carreiras mais promissoras, status social, direitos sociais e retornos salariais (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 75).

Para analisar as variáveis intervenientes na dinâmica educação–mercado de trabalho por onde transita este estudo, foram tomados como base para examinar o comportamento os períodos, 2012 e 2015/16, que se distinguem em termos de conjuntura econômica e das características do mercado de trabalho. A análise dos dados foi realizada utilizando-se estatística descritiva, fazendo comparações entre as variáveis definidas para estudo, estratificando por período, gênero, faixa etária, raça ou cor. Os resultados correspondem à amostra de 54 egressos que responderam ao questionário disponibilizado via internet com o uso da plataforma Survey Monkey.

5.1 PERFIL DOS EGRESSOS PARTICIPANTES DA AMOSTRA

Em relação ao total geral (200), o perfil dos egressos convidados para participarem da pesquisa, quando estratificado por gênero apresenta a seguinte composição (Tabelas 6 e 7): 99 (49,5%) são do sexo feminino e 101, do sexo masculino (50,50%); 42,5% deles concluíram em 2012 e 57,5% em 2015/16; a quantidade de mulheres foi de 65 (65,7%) e de homens 50 (49,5%).

Tabela 6 – Número de egressos por gênero e ano de conclusão

| ANO | FEMININO | MASCULINO | TOTAL GERAL |
|--------------|-----------|------------|-------------|
| 2012 | 34 | 51 | 85 |
| 2015/16 | 65 | 50 | 115 |
| TOTAL | 99 | 101 | 200 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 7 – Percentual de egressos por gênero e ano de conclusão

| ANO | FEMININO | MASCULINO | TOTAL GERAL |
|--------------|-----------------|------------------|--------------------|
| 2012 | 34,3 | 50,5 | 42,5 |
| 2015/16 | 65,7 | 49,5 | 57,5 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

O retorno do questionário correspondente aos 54 egressos foi representado por 20 respondentes do sexo feminino e 34 do sexo masculino, significando uma participação de 37,0% e 63,0%, respectivamente. A estratificação por ano mostra 33,33%, em 2012, e 66,7%, em 2015/16. A faixa etária predominante é de 25 a 39 anos (88,9%) (Tabelas 8, 9, 10 e 11). Considerando que, ao definir o PNE 2014-2024, o governo estabelece a meta de crescimento da Taxa Bruta de Matrícula (TBM) no ensino superior para a faixa etária de 18 a 24 anos, a predominância de egressos de 25 a 39 anos parece sinalizar para um perfil de inserção tardia neste nível de escolaridade.

Esta característica é uma realidade no Brasil, pois, de acordo com os dados do INEP (2017, p. 5), em 2016, na faixa etária de 25 a 34 anos, situava-se 16,3% da população brasileira com ensino superior, posicionando o país abaixo da Rússia e China, integrantes dos BRICS¹⁴ – 58,2% e 17,9%, respectivamente. Ademais, segundo Lima e Prates (2015, p. 86), a conclusão do ensino médio continua a interpor-se como barreira relevante à escolarização entre os jovens de 19 e 25 anos.

Tabela 8 – Número de respondentes por gênero e ano de conclusão

| ANO | FEMININO | MASCULINO | TOTAL |
|--------------|-----------------|------------------|--------------|
| 2012 | 5 | 13 | 18 |
| 2015/16 | 15 | 21 | 36 |
| TOTAL | 20 | 34 | 54 |

Fonte: dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 9 – Percentual de respondentes por gênero e ano de conclusão

| ANO | FEMININO | MASCULINO | TOTAL |
|--------------|-----------------|------------------|--------------|
| 2012 | 25,0 | 38,2 | 33,3 |
| 2015/16 | 75,0 | 61,8 | 66,7 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (set. a dez. 2018)

Tabela 10 – Número de respondentes por ano e faixa etária

¹⁴ Formado por países chamados “emergentes”, trata-se de um agrupamento econômico atualmente composto por cinco países – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que estabeleceram um acordo de cooperação para o desenvolvimento da educação. Fonte: Relatório “BRICS construir a educação para o futuro”. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000229602>>. Acesso em: fev. 2019.

| FAIXA ETÁRIA (ANOS) | 2012 | 2015/16 | TOTAL GERAL |
|----------------------------|-------------|----------------|--------------------|
| 18 a 24 | | 2 | 2 |
| 25 a 39 | 16 | 32 | 48 |
| 40 a 59 | 2 | 2 | 4 |
| 60 anos ou mais | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 18 | 36 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 11 – Percentual de respondentes por ano e faixa etária

| FAIXA ETÁRIA (ANOS) | 2012 | 2015/16 | TOTAL GERAL |
|----------------------------|--------------|----------------|--------------------|
| 18 a 24 | 0,0 | 5,6 | 3,7 |
| 25 a 39 | 88,9 | 88,9 | 88,9 |
| 40 a 59 | 11,1 | 5,6 | 7,4 |
| 60 anos ou mais | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Quanto à declaração de raça ou cor, predominaram as cores parda e preta, com 48,1% e 33,3%, respectivamente. Os participantes brancos correspondem a 16,7%. (Tabelas 12 e 13). Estes percentuais são muito próximos ao observado no conjunto da população metropolitana – segundo dados IBGE/PNAD, para o terceiro semestre de 2018, a população da RMS apresentava 48,4% pardos, 33,7% com a cor preta e 16,2% com a cor branca. Quando se refere à população brasileira, o INEP (2016, p. 93), em uma análise do período de 2004 a 2014, em nível Brasil, conclui que a desigualdade de raça se manteve no ensino superior, o que corrobora com o argumento de Lima e Prates (2015, p. 177) que demonstram em seu estudo que o negro pobre pode encontrar maior dificuldade para galgar níveis mais altos de escolaridade do que o branco pobre.

Tabela 12 – Número de egressos respondentes, por ano de conclusão e cor ou raça

| COR | 2012 | 2015/16 | TOTAL GERAL |
|--------------|-------------|----------------|--------------------|
| Branca | 3 | 6 | 9 |
| Parda | 8 | 18 | 26 |
| Negra | 6 | 12 | 18 |
| Amarela | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 18 | 36 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 13 – Percentual de egressos respondentes, por ano de conclusão e cor ou raça

| COR OU RAÇA | 2012 | 2015/16 | TOTAL GERAL |
|--------------------|--------------|----------------|--------------------|
| Branca | 16,7 | 16,7 | 16,7 |
| Parda | 44,4 | 50,0 | 48,1 |
| Negra | 33,3 | 33,3 | 33,3 |
| Amarela | 5,6 | 0,0 | 1,9 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

5.2 A INSERÇÃO E O PERCURSO NO ENSINO SUPERIOR

Considerando que este estudo trata da complexa relação educação–mercado de trabalho, a discussão dos resultados obtidos seguirá a seguinte ordem: inicialmente, será feita uma análise de variáveis relacionadas ao percurso universitário dos egressos e, depois, a abordagem relacionada à trajetória no Mercado de trabalho, buscando-se estabelecer comparações possíveis para esclarecer as hipóteses levantadas e também aspectos estruturais do Mercado de trabalho.

Seguindo a tendência do ensino superior brasileiro, 72,2% dos egressos estudavam no horário noturno (Tabelas 14 e 15). O censo INEP (2017, p. 43) mostra que, em 2016 (último ano contemplado neste estudo), 60,6% de matrículas do ensino superior presencial correspondem ao turno noturno e em 2017 este percentual fica em 59,6%.

Tabela 14 – Número de egressos respondentes por ano e turno que cursou administração

| TURNO | 2012 | 2015/16 | TOTAL |
|--------------|-------------|----------------|--------------|
| Diurno | 9 | 6 | 15 |
| Noturno | 9 | 30 | 39 |
| TOTAL | 18 | 36 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 15 – Percentual de egressos respondentes, por ano e turno que cursou administração

| TURNO | 2012 | 2015/16 | TOTAL |
|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Diurno | 50,0 | 16,7 | 27,8 |
| Noturno | 50,0 | 83,3 | 72,2 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

O incentivo à elevação do nível de escolaridade a partir da década de 90 buscou proporcionar meios para o ingresso no ensino superior como uma via de criação de igualdade

de oportunidades (NEVES; ANHAIA, 2014, p. 374) e, com isto, programas de financiamento são oferecidos e o perfil de inserção no ensino superior passa a ser diversificado.

Entre os egressos contemplados neste estudo, apresentam-se seis formas de ter acesso à graduação: através de: recursos familiares e próprios que, juntos, totalizam 55,6%; PROUNI, que alcança 37,0% (maior percentual se considerado individualmente) acessado principalmente pelos egressos do turno noturno: 41,0%; FIES e outros recursos 3,7% cada um. Para o estudante diurno, prevalece o uso de recursos próprios e de familiares totalizando 66,6% e a inserção via incentivo do PROUNI (26,7%). Merece relevo o expressivo aumento de busca pelo PROUNI, em 2015/16, significando 2,3 vezes do total de 2012, comportamento que tem relação com o aumento na quantidade de ofertas de vagas para este tipo de bolsa (Tabelas 16 e 17). Conforme dados do PROUNI, para a Bahia, o crescimento foi de 2,6 vezes considerando a média de vagas (primeiro e segundo semestres) destes dois períodos comparativos (PROUNI, 2012; 2015; 2016).

Tabela 16 – Percentual do tipo de recursos usados para cursar Administração de Empresas, por ano

| TIPO | 2012 | 2015/2016 | TOTAL |
|--------------------------------|--------------|------------------|--------------|
| Próprio | 5,6 | 36,1 | 25,9 |
| Familiar | 50,0 | 19,4 | 29,7 |
| PROUNI | 33,3 | 38,9 | 37,0 |
| FIES | 5,6 | 2,8 | 3,7 |
| Bolsa da instituição de ensino | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros | 5,6 | 2,8 | 3,7 |
| TOTAL (%) | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| AMOSTRA TOTAL (N°) | 18 | 36 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 17 – Percentual do tipo de recursos usados para cursar Administração de Empresas, por turno

| TIPO | DIURNO | NOTURNO | TOTAL GERAL |
|--------------------------------|---------------|----------------|--------------------|
| Próprio | 13,3 | 30,8 | 25,9 |
| Familiar | 53,3 | 20,5 | 29,7 |
| PROUNI | 26,7 | 41,0 | 37,0 |
| FIES | 0,0 | 5,1 | 3,7 |
| Bolsa da instituição de ensino | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros | 6,7 | 2,6 | 3,7 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 |
| AMOSTRA TOTAL (N°) | 15 | 39 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Quanto à escolaridade do pai e da mãe dos egressos, tem maior representatividade o ensino médio, com um total de 22 pais (40,7%) e 28 mães (51,9%), seguido do ensino fundamental, 29,6% e 22,%, respectivamente. A escolaridade no ensino superior se apresenta para 10 pais (18,5%) e 8 mães (14,8%). Merece realce que 3 pais e 4 mães têm nível de pós-graduação (Tabela 18). Este resultado – uma parcela reduzida de pais com escolaridade superior – aponta que a escolaridade dos pais não foi o mais determinante para influenciar a elevação da escolaridade dos egressos, podendo ter ocorrido ruptura com o ciclo de reprodução cultural familiar:

[...] Os indivíduos convivem cotidianamente em universos de socialização muito diversos, heterogêneos e concorrentes, orientados por uma multiplicidade de princípios, seja na família, na escola, com grupos de amigos etc. Essa reflexão de Lahire remete para a compreensão das trajetórias dos estudantes e o acesso ao ensino superior como resultado de múltiplas experiências, disposições não homogêneas que configurem tensões, conflitos, mas também expectativas. E assim o jovem pode romper com o ciclo de reprodução cultural familiar ao acessar um capital cultural institucionalizado. (LAHIRE, 2002; 2004 apud NEVES; ANHAIA, 2014, p. 378).

Tabela 18 – Percentual por nível de escolaridade dos pais

| NÍVEL | PAI (%) | MÃE (%) |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Analfabeto | 1,9 | 1,9 |
| Ensino fundamental | 29,6 | 22,2 |
| Ensino médio | 40,7 | 51,9 |
| Ensino superior | 18,5 | 14,8 |
| Pós-graduação | 5,6 | 7,4 |
| Não sabe | 3,7 | 1,9 |
| TOTAL (%) | 100,0 | 100,0 |
| AMOSTRA TOTAL (N°) | 54 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

As motivações para o ingresso no ensino superior estão relacionadas a fatores psicológicos e fatores não psicológicos inerentes ao meio em que vivem, ao ambiente externo (BOMTEMPO; SILVA; FREIRE, 2012; CFA, 2015; GAZO, 1996). Esta pesquisa examinou os motivadores para o ensino superior e, também, aqueles especificamente relacionados com o curso de administração. Para o ingresso no ensino superior (Tabela 19), os motivadores se referem à expectativa de melhores possibilidades para ingresso no mercado de trabalho, que orientou a escolha de 43 indivíduos (79,6%). Em quantidade menor, aparecem: obter promoção no emprego (4 pessoas, 7,4%) e incentivo de familiares e/ou amigos (3 pessoas, 5,6%).

Tabela 19 – Motivadores para cursar o ensino superior

| MOTIVAÇÕES | Nº | % |
|--|-----------|--------------|
| Melhorar as possibilidades para ingressar no mercado de trabalho | 43 | 79,6 |
| Obter promoção no emprego | 4 | 7,4 |
| Incentivo de familiares e/ou amigos | 3 | 5,6 |
| Possibilidade para aumentar a cultura geral | 2 | 3,7 |
| Outro: Realização pessoal | 1 | 1,9 |
| Outro: ter uma graduação, conhecimentos e condições para trabalhar na área | 1 | 1,9 |
| TOTAL | 54 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Quando se analisa sob a ótica do curso dando-se a condição de escolher até três alternativas (Tabela 20), em primeiro lugar está a afinidade com a área de Administração (61,1%), em segundo, empreender no mundo dos negócios e a formação abrangente (ambos com 37,0%) e, por último, a complementação para o desenvolvimento profissional (20,3%).

Tabela 20 – Motivadores para cursar Administração de Empresas – escolha de até três opções

| MOTIVADORES | Nº | % |
|--|-----------|--------------|
| Afinidade com a área de administração | 33 | 61,11 |
| Empreender no mundo dos negócios | 20 | 37,0 |
| Formação abrangente | 20 | 37,0 |
| Complementação para o desenvolvimento profissional | 11 | 20,3 |
| Facilidade de ingresso no curso | 9 | 16,7 |
| Curso de menor custo | 4 | 7,4 |
| TOTAL | 54 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Esse resultado mostra que a motivação para elevar a escolaridade está associada a fatores não psicológicos (ambiente externo) como o mercado de trabalho, entretanto, há aspectos psicológicos internos ligados a vocação/afinidade que direciona para o curso desejado para alcançar a graduação. Da mesma forma, a pesquisa realizada pelo CFA (2015) aponta motivações relacionadas à vocação (15,14%) e, como fator externo, a existência de amplo mercado de trabalho (15,7%).

A autoavaliação quanto ao desempenho obtido nos componentes curriculares do curso, identifica que 38 egressos (70,4%) consideram ter obtido resultado na média enquanto 16 egressos (29,6%), acima da média. Quando se estratifica considerando o recurso utilizado para a inserção no ensino superior, identifica-se que, do total de 20 que utilizaram o PROUNI, 25,0% obteve desempenho acima da média geral do curso que é igual ou superior a seis. Este nível de desempenho para aqueles que usaram recursos próprios e recursos familiares, corresponde a

28,6% e 31,3%, respectivamente (Tabela 21). Quanto ao turno de estudo, 40,0% corresponde ao diurno e 25,6% ao noturno. Merece realce que 75% dos egressos que obtiveram desempenho acima da média estagiavam durante o período em que estavam cursando, sendo possível afirmar que o fato de exercer uma atividade laboral não interferiu no resultado obtido no curso, entretanto há indícios que aqueles que cursaram com recursos próprios e em horário diurno lograram melhor êxito.

Tabela 21 – Percentual do desempenho obtido nas disciplinas do curso – por meio de inserção no curso

| TIPO DE RECURSO | DESEMPENHO OBTIDO NAS DISCIPLINAS | | |
|--------------------------------|-----------------------------------|----------------|--------------|
| | NA MÉDIA | ACIMA DA MÉDIA | TOTAL |
| Próprio | 71,4 | 28,6 | 100,0 |
| Familiar | 68,8 | 31,3 | 100,0 |
| PROUNI | 75,0 | 25,0 | 100,0 |
| FIES | 0,0 | 100,0 | 100,0 |
| Bolsa da instituição de ensino | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros | 100,0 | 0,0 | 100,0 |
| AMOSTRA TOTAL (N°) | 38 | 16 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

O resultado do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) influencia a pontuação no curso e, conseqüentemente, no posicionamento do mesmo em relação ao mercado de trabalho, além de impactar na avaliação da instituição. Perguntados sobre a participação no ENADE (Tabela 22), 30 egressos (55,6%) responderam que sim, distribuídos: um total de 20 no turno noturno e 10, no turno diurno. Quando se faz um recorte do percentual de participação considerando o ano de conclusão do curso, identifica-se expressiva redução em 2015/16 se comparado a 2012 – de 72,2% para 47,2%.

Tabela 22 – Participação no ENADE

| PARTICIPAÇÃO NO ENADE | 2012 | | 2015/16 | | TOTAL GERAL | |
|-----------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-------------|--------------|
| | N° | % | N° | % | N° | % |
| Sim | 13 | 72,2 | 17 | 47,2 | 30 | 55,6 |
| Não | 5 | 27,8 | 19 | 52,8 | 24 | 44,4 |
| TOTAL | 18 | 100,0 | 36 | 100,0 | 54 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

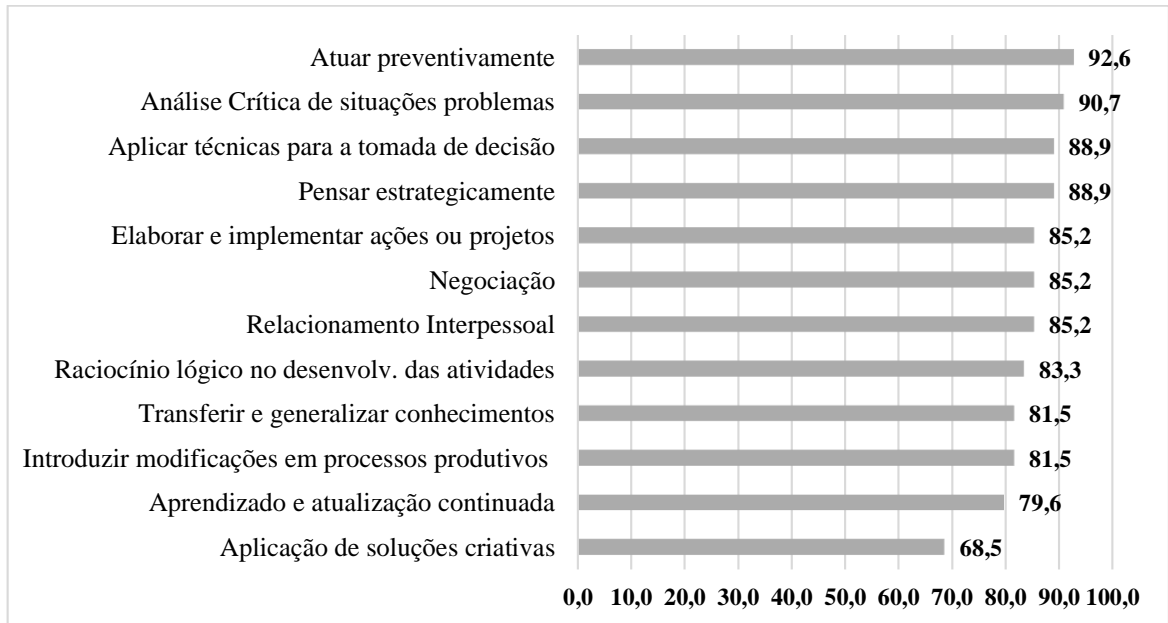
De acordo com dados do INEP (2015), relativos à avaliação do ENADE, considerando a quantidade de inscritos e de participantes, o curso de Administração, em 2015, obteve 80,8% de participação em nível Brasil; no estado da Bahia, o índice foi de 84,6%, um pouco acima de Salvador que ficou em 82,5%. Este comportamento aponta que o índice de participação dos egressos pesquisados ficou 35,5p.p abaixo da média para a cidade de Salvador.

O conceito ENADE para o curso de Administração de Empresas, resultante da avaliação, alcançou a pontuação média de 2,31 pontos, no Brasil, e 2,22 pontos, na Bahia, no ano de 2015, representando 44,2% da pontuação máxima (escala de 1 a 5 pontos). Para os participantes da instituição de ensino lócus da pesquisa, a pontuação média ficou em 2,24 pontos. Quando se examina este conceito para todos os cursos de graduação, em nível Brasil, a média se situou em 2,39 pontos e, na Bahia, em 2,30 pontos. Este resultado indica que o curso de Administração de Empresas obteve uma pontuação próxima da média.

As competências propostas pelo MEC/CNE (Resolução nº 4 de 13 de julho de 2005) se constituem como parâmetro para a estruturação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado, como abordado no capítulo específico. Nesta pesquisa, buscou-se avaliar o nível de concordância quanto ao desenvolvimento de doze competências por ter cursado administração de empresas.

Para tanto, utilizou-se uma escala likert com cinco níveis: concordo plenamente; discordo plenamente; discordo; não concordo nem discordo. Para as doze competências pesquisadas (Gráfico 5), os dois primeiros níveis da escala (concordo plenamente e concordo) ocupam as três primeiras posições no ranking: atuar preventivamente, análise crítica de situações problemas, aplicar técnicas para a tomada de decisão e pensar estrategicamente, que tiveram um índice de respostas entre 88,9 e 92,6%.

A competência Aplicar soluções criativas ocupa a última posição (68,5%), segundo a avaliação dos 54 egressos. Pelos resultados do ranking, é possível que o Estágio I e o Estágio II (PEREIRA, 2018, p. 7-8), realizados durante o curso, tenham contribuído para o desenvolvimento das competências, visto que se utilizou do recurso de simulação e atividade prática.



Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

5.2.1 Constituição do capital cultural e exercício da cidadania

Para examinar o impacto do ensino superior na constituição do capital cultural dos egressos (BOURDIEU, 1985; CATANI; HEY; GILLIOLI, 2006; GERALDO, 2010; SILVA; PRATES, 2014), como também a contribuição para a formação voltada para o exercício da cidadania (LDB n° 9394/96; FREIRE, 2005; ROSENFELD; PAULI, 2013), buscou-se analisar um conjunto de variáveis relacionadas a continuidade dos estudos, associativismo, interesses culturais e informativos cujos resultados seguem apresentados.

A continuidade dos estudos após a graduação (Tabela 23) foi informada por 57,4% do total de egressos, correspondendo a 31 respostas afirmativas e com expressiva concentração na faixa etária de 25 a 39 anos (28 afirmações; 90,3%). Os cursos de interesse se voltaram, em sua maioria, para a pós-graduação contemplando: especializações (22,6%); mestrado (6,45%); e MBA (25,8%). Já 42,6% dizem não ter continuado, representando 23 respondentes. A pesquisa realizada pelo CFA mostra que 54,8% dos participantes concluiu outro curso, aparecendo MBA, para a maioria. Os resultados apresentados pelas duas pesquisas confirmam a tendência para a elevação da escolaridade que pode contribuir para o aumento do capital cultural, na perspectiva do processo de aprendizagem e da compreensão de novos conteúdos (CATANI; HEY, 2007).

Tabela 23 – Percentual quanto à continuidade dos estudos após concluir administração, por faixa etária

| CONTINUIDADE | 18 – 24 | 25 – 39 | 40 – 59 | 60 OU MAIS | TOTAL |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|--------------|
| Sim | 0,0 | 90,3 | 9,7 | 0,0 | 100,0 |
| Não | 8,7 | 87,0 | 4,3 | 0,0 | 100,0 |
| AMOSTRA TOTAL (N°) | 2 | 48 | 4 | 0 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Em um total de 52 respondentes, quase todos os egressos (75,0%) não participam de organização representativa de interesses profissionais (conselho, associação ou sindicato) ou da comunidade (associação de bairro). Um total de 6 (11,5%) egressos declararam participar do Conselho de Classe da Categoria Profissional (Tabela 24), sendo 2 do turno diurno e 4, do noturno. Este resultado indica que cursar o ensino superior não contribuiu para que os egressos buscassem o engajamento em grupos sociais representativos que possam contribuir para atender a interesses profissionais ou para o exercício de atividades comunitárias e de cidadania.

Tabela 24 – Tipo de participação de atividade política e social, por turno (n=52)

| TIPO DE ORGANIZAÇÃO | DIURNO | | NOTURNO | | TOTAL | |
|---|---------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|
| | N° | % | N° | % | N° | % |
| Conselho de classe de categoria profissional | 2 | 13,3 | 4 | 10,8 | 6 | 11,5 |
| Associação representativa de categoria profissional | 0 | 0,0 | 1 | 2,7 | 1 | 1,9 |
| Associação de Bairro | 1 | 6,7 | 0 | 0,0 | 1 | 1,9 |
| Sindicato | 0 | 0,0 | 5 | 13,5 | 5 | 9,6 |
| Não tenho participação | 12 | 80,0 | 27 | 73,0 | 39 | 75,0 |
| TOTAL | 15 | 100,0 | 37 | 100,0 | 52 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Quando a variável é interesse cultural (Tabelas 25 e 26), o resultado aponta que, durante o curso, 35,8% tinham interesse em Literatura e 32,1% em Esporte com predominância para egressos do turno noturno (36,0%). No momento atual (quando respondeu à pesquisa, isto é 4º trimestre/2018), Literatura ficou em 35,3%; Música que, durante o curso, foi citada por 15,1% apareceu com 23,5%, registrando aumento do interesse da ordem de 8,4 p.p.; Esporte ficou com o mesmo percentual que Música, reduzido para 9,0 p.p. O interesse por Cinema foi reduzido em 3,3 p.p., contudo, o interesse por Teatro que, durante o curso, era inexistente, passou a existir na atualidade (3,9%). Comparativamente, é possível afirmar que o ensino superior contribuiu para incrementar o capital cultural dos egressos respondentes.

Tabela 25 – Interesses culturais que tinha durante o período em que estava cursando administração, por turno – (n=53)

| INTERESSE | DIURNO | | NOTURNO | | TOTAL | |
|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Cinema | 2 | 13,3 | 7 | 18,4 | 9 | 17,0 |
| Literatura | 5 | 33,3 | 14 | 36,8 | 19 | 35,8 |
| Música | 4 | 26,7 | 4 | 10,5 | 8 | 15,1 |
| Teatro | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Esporte | 4 | 26,7 | 13 | 34,2 | 17 | 32,1 |
| TOTAL | 15 | 100,0 | 38 | 100,0 | 53 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 26 – Interesses culturais atuais por turno (n=51)

| INTERESSES | DIURNO | | NOTURNO | | TOTAL | |
|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Cinema | 0 | 0,0 | 7 | 19,4 | 7 | 13,7 |
| Literatura | 5 | 33,3 | 13 | 36,1 | 18 | 35,3 |
| Música | 5 | 33,3 | 7 | 19,4 | 12 | 23,5 |
| Teatro | 1 | 6,7 | 1 | 2,8 | 2 | 3,9 |
| Esporte | 4 | 26,7 | 8 | 22,2 | 12 | 23,5 |
| TOTAL | 15 | 100,0 | 36 | 100,0 | 51 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Quanto aos meios utilizados para a obtenção de informações sobre assuntos da atualidade (Tabelas 27 e 28), predominam jornais e redes sociais, com 41,7% e 37,5%, respectivamente, durante o curso. No momento atual (durante a pesquisa, 4º trimestre/2018), jornais passou para 50,0% e redes sociais, 45,7%, tendo nos egressos de turno diurno os maiores contribuintes para o acréscimo relativo às redes sociais e, no turno noturno, o crescimento relacionado a jornais. O interesse por TV a cabo, que apresentava 6,3% durante o curso, deixa de existir no momento atual, isto é 4º trimestre/2018.

Tabela 27 – Meios utilizados para manter-se informado sobre assuntos da atualidade durante o período do curso, por turno (n=48)

| MEIOS | DIURNO | | NOTURNO | | TOTAL | |
|----------|--------|------|---------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Jornais | 3 | 21,4 | 17 | 50,0 | 20 | 41,7 |
| Revistas | 1 | 7,1 | 3 | 8,8 | 4 | 8,3 |

| | | | | | | |
|---------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| TV aberta | 2 | 14,3 | 1 | 2,9 | 3 | 6,3 |
| TV a cabo | 2 | 14,3 | 1 | 2,9 | 3 | 6,3 |
| Redes Sociais | 6 | 42,9 | 12 | 35,3 | 18 | 37,5 |
| TOTAL | 14 | 100,0 | 34 | 100,0 | 48 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 28 – Meios utilizados para manter-se informado sobre assuntos da atualidade – 4º trimestre/2018, por turno (n=46)

| MEIOS | DIURNO | | NOTURNO | | TOTAL | |
|---------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Jornais | 3 | 21,4 | 20 | 62,5 | 23 | 50,0 |
| Revistas | 1 | 7,1 | 1 | 3,1 | 2 | 4,3 |
| TV aberta | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| TV a cabo | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Redes Sociais | 10 | 71,4 | 11 | 34,4 | 21 | 45,7 |
| TOTAL | 14 | 100,0 | 32 | 100,0 | 46 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

5.2.2 Uma síntese da inserção e do percurso no ensino superior

Tendo em vista a complexidade da dialética educação–mercado de trabalho para a pesquisa com egressos, esta síntese destaca os principais aspectos da percepção a propósito das variáveis examinadas que envolveram diferentes abordagens relacionadas ao perfil sócio econômico, perfil profissional e habilidades e associativismo e interesses culturais.

Na amostra da pesquisa, identificou-se maior concentração de egressos do sexo masculino e a faixa etária mais incidente, de 25 a 39 anos, parece sinalizar para a inserção tardia no ensino superior. Este perfil é aderente à realidade brasileira que mostra esta característica através dos indicadores educacionais examinados, com relação às metas do PNE 2014-2024 e, também, na comparação com dois países integrantes dos BRICS.

Sobre a inserção e percurso, observa-se que a maioria estudou em horário noturno o que, pela análise das variáveis de mercado de trabalho que serão apresentadas a seguir, confirma a característica de trabalhador estudante (GAZO, 1996) presente nos egressos estudados. Muitos egressos (44,5%), como visto, estudaram com o uso de bolsa PROUNI ou financiamentos, quase a metade no turno noturno (48,7%), o que se apresenta como consequência das políticas do governo para elevar o aumento de ingressos das camadas mais pobres no ensino superior e, também, coaduna com a natureza jurídica, a concepção vocacional e as diretrizes educacionais da instituição de ensino lócus da pesquisa.

A entrada no ensino superior, para os participantes da pesquisa, tem como principal motivação a melhoria das possibilidades de ingresso no mercado de trabalho caracterizada como aspecto não psicológico e relacionado ao ambiente externo e cujas variáveis, não controláveis têm componentes estruturais do mercado de trabalho analisado que é bastante heterogêneo. A expectativa expressada pelos pesquisados será considerada como um dos fatores a serem examinados na análise das variáveis do percurso neste mercado.

Para cursar Administração de Empresas, as motivações que prevaleceram estão relacionadas a fatores psicológicos de âmbito vocacional e não psicológicos que se assemelham à abordagem apresentada no parágrafo anterior, acrescentando-se o interesse pelo mundo dos negócios. Adicionalmente, verifica-se que, pela autoavaliação feita pelos participantes na pesquisa, quase todos (70,4%), obtiveram desempenho na média para os componentes curriculares cursados. A baixa participação na avaliação do ENADE, em 2015/16, se apresenta como fator que pode estar contribuindo para a redução do prestígio do curso que, historicamente, vem se mantendo entre os dez cursos com maior quantidade de matrículas no Brasil.

A afirmativa dos egressos de que foram desenvolvidas doze competências constantes do Projeto Pedagógico do Curso representa fator favorável para o percurso no mercado de trabalho, contudo, merece realce a competência “Aplicação de Soluções Criativas” cujo percentual de concordância ficou em 68,5% levando-a à última posição no ranking analisado.

5.3 O PERCURSO NO MERCADO DE TRABALHO

A partir do século XX, o mundo do trabalho apresenta características importantes resultantes da industrialização que vem aportando, ao longo do tempo, mudanças nos meios de produção e na organização do trabalho fundamentada em princípios da acumulação flexível que tem evoluído e tomado diferentes formas para alcançar o estágio em que os avanços tecnológicos passem a ser os vetores das transformações no mundo do trabalho presentes na modernidade. Estas mudanças têm causado impactos na administração, que teve a sua ascensão a partir do taylorismo com entrada do método científico e da gerência científica no âmbito das empresas, resultando no aumento da demanda por profissionais desta área de conhecimento. Nas últimas décadas do século XX, a produção flexível impactou a configuração dos espaços ocupacionais mudando a forma de executar a tarefa e de fazer a gestão nas empresas. Isto insere o profissional de administração em um contexto bastante diferente das bases em que deu origem a sua formação. Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro tem características

heterogêneas e é vulnerável às conjunturas econômicas e às mudanças no sistema produtivo. O período deste estudo compreende uma das crises econômicas mais profundas vivenciadas no Brasil, que se iniciou em meados de 2014, trazendo como consequência o estado de recessão econômica com elevação exponencial do desemprego e da informalidade, principalmente em 2015 e 2016.

Para este estudo foi feito o recorte dos períodos 2012 e 2015/16 que se distinguem em função de cenários econômicos diferentes decorrentes da crise econômica que avançou no segundo ano do período (2015). A pesquisa considera a situação de trabalho dos egressos em três tempos: momento atual (4º trimestre/2018, quando respondeu à pesquisa); durante o curso; e após a conclusão do curso, cujos resultados serão apresentados nesta ordem sequencial o que possibilita a análise do período mais recente para o mais distante.

A abordagem considerando estes três momentos, proporcionou informações relevantes para analisar o percurso dos egressos do curso de administração à luz de transformações no mercado de trabalho, em períodos temporais e condições distintas para a realização da trajetória, o que viabiliza estudos comparativos a partir dos achados da pesquisa.

As variáveis que são objetos da análise contemplam: situação de trabalho; setor econômico da empresa em que trabalha e sua natureza jurídica; jornada de trabalho; função que exerce; tempo de trabalho na área em que se formou; faixa da última remuneração e avaliação quanto à variação (se aumentou ou permaneceu no mesmo nível) após a conclusão do curso. A análise da situação de desemprego abordará: a causa; o tempo de permanência no último emprego; tempo transcorrido para a obtenção de colocação no mercado de trabalho e os meios usados para o ingresso. A estatística descritiva será usada como suporte analítico e a estratificação considerará o meio de inserção no ensino superior, o ano da conclusão do curso, a faixa etária e o gênero.

5.3.1 Situação atual no mercado de trabalho: momento em que respondeu à pesquisa

No momento atual (4º trimestre de 2018, quando respondeu a pesquisa), 32 egressos (59,3%) se encontram empregados com carteira assinada e 4 (7,4%) sem carteira assinada – 3 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. A maior concentração foi registrada para o período 2015/16 (66,7%), demonstrando o aumento no índice de empregados no segundo período avaliado. As mulheres totalizam 15 e os homens 21. (Tabelas 29 e 30). Merece realce que 15 egressos que se encontravam em situação de estágio durante o curso, no momento da pesquisa (4º trimestre de 2018), apresentaram situação de trabalho com carteira assinada.

Quanto à característica do trabalho, 28 (77,8%) deles trabalham em empresas de natureza jurídica privada assim distribuídos: a maioria 60,7% (17 egressos) no setor econômico de serviços, dentre eles, um terceirizado. Na indústria, localizam-se 8 (28,7%) e no comércio, 3 (10,7%). Soma-se a estes, 6 egressos (16,7%) no setor público e 2 (5,5%) no terceiro setor. Os egressos que estão no mundo dos negócios (empresário/a), totalizam 8 pessoas (14,8%). Na condição do vínculo daqueles que estão trabalhando no setor privado, identifica-se que quase todos (24 egressos) estão efetivados; 2 em condição de trabalho terceirizado; e 2 em trabalho temporário. Estas características confirmam efeitos da acumulação flexível (HARVEY, 1992) e, também, da migração da ocupação para o setor de serviços, fenômeno presente no mercado de trabalho da RMS (HARVEY, 1992; POCHMANN, 2000; ANTUNES, 2009).

Tabela 29 – Situação de trabalho 4º trimestre/2018, por ano

| SITUAÇÃO | 2012 | | 2015/16 | | TOTAL GERAL | |
|----------------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Desempregado | 0 | 0,0 | 8 | 22,2 | 8 | 14,8 |
| Empregado, com carteira assinada | 12 | 66,7 | 20 | 55,6 | 32 | 59,3 |
| Empregado, sem carteira assinada | 0 | 0,0 | 4 | 11,1 | 4 | 7,4 |
| Trabalhando como autônomo | 0 | 0,0 | 1 | 2,8 | 1 | 1,9 |
| Empresário(a) | 6 | 33,3 | 2 | 5,6 | 8 | 14,8 |
| Estagiando | – | 0,0 | 1 | 2,8 | 1 | 1,9 |
| Total | 18 | 100,0 | 36 | 100,0 | 54 | 100,0 |
| TOTAL (%) | 33,3 | - | 66,7 | - | 100,0 | - |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 30 – Situação de trabalho 4º trimestre de 2018, por gênero

| SITUAÇÃO | MASCULINO | | FEMININO | | TOTAL | |
|----------------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Desempregado | 5 | 14,7 | 3 | 15,0 | 8 | 14,8 |
| Empregado, com carteira assinada | 18 | 52,9 | 14 | 70,0 | 32 | 59,3 |
| Empregado, sem carteira assinada | 3 | 8,8 | 1 | 5,0 | 4 | 7,4 |
| Trabalhando como autônomo | 1 | 2,9 | 0 | 0,0 | 1 | 1,9 |
| Empresário(a) | 6 | 17,6 | 2 | 10,0 | 8 | 14,8 |
| Estagiando | 1 | 2,9 | 0 | 0,0 | 1 | 1,9 |
| TOTAL | 34 | 100,0 | 20 | 100,0 | 54 | 100,0 |
| TOTAL | 63,0 | - | 37,0 | - | 100,0 | - |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Quando se examina as informações de egressos com carteira assinada sob a ótica dos recursos utilizados para a inserção no ensino superior em relação ao total de cada situação pesquisada (Tabela 31), 12 egressos (37,5%) que utilizaram o PROUNI encontravam-se empregados com carteira assinada, 2 (50,0%) empregados sem carteira assinada e 1 trabalhando

como autônomo. Aqueles que cursaram com recursos próprios e familiar, totalizam 17 egressos (53,1%) com carteira assinada e 2 sem carteira assinada. Tanto Geraldo (2010) quanto Santos (2014) afirma o caráter desigual para egressos do ensino superior quando se trata de trajetória no mercado de trabalho, o que se confirma no resultado da presente pesquisa.

Tabela 31 – Percentual quanto à situação no mercado de trabalho, por recurso usado para inserção no ensino superior

| SITUAÇÃO | PRÓPRIO | FAMILIAR | PROUNI | FIES | OUTROS | TOTAL GERAL |
|----------------------------------|----------------|-----------------|---------------|-------------|---------------|--------------------|
| Desempregado | 12,5 | 25,0 | 62,5 | 0,0 | 0 | 100,0 |
| Empregado, com carteira assinada | 31,3 | 21,9 | 37,5 | 3,1 | 6,3 | 100,0 |
| Empregado, sem carteira assinada | 25,0 | 25,0 | 50,0 | 0,0 | 0 | 100,0 |
| Trabalhando como autônomo | 0,0 | 0,0 | 100,0 | 0,0 | 0 | 100,0 |
| Empresário(a) | 25,0 | 62,5 | 0,0 | 12,5 | 0 | 100,0 |
| Estagiando | 0,0 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 100,0 |
| AMOSTRA TOTAL (N°) | 14 | 16 | 20 | 2 | 2 | 54 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

A situação de desemprego (Tabela 30), no 4º trimestre 2018 se apresenta para 8 egressos (14,8%), 5 do sexo masculino e 3 do sexo feminino e todos tendo concluído o curso no período 2015/16. A maior permanência no último emprego foi de 12 meses identificada para 50% dos egressos desempregados. O maior tempo na condição de desemprego foi identificado para 5 (62,5%) egressos com mais de doze meses sem obter colocação no mercado de trabalho. O achado de desemprego se caracteriza como um efeito recessivo apontado por Pochmann (2015, p. 17). Por outro lado, os dados da PNAD/IBGE mostram o aumento do desemprego para a população com ensino superior, no terceiro trimestre de 2018, registrando 20,8% contra 14,8% em igual período de 2012.

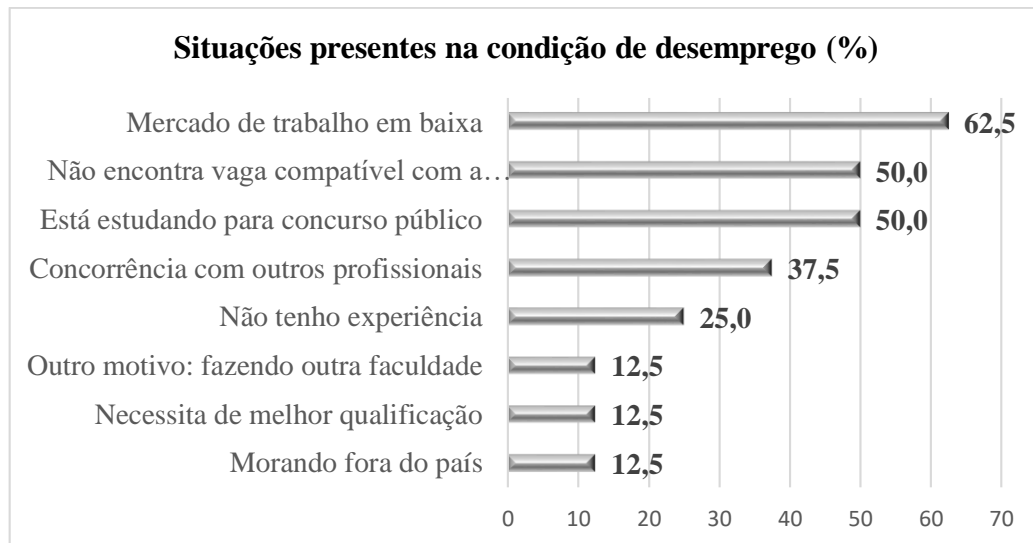
Ao fazer estratificações com variáveis relativas ao percurso no ensino superior, merece relevo que, entre os desempregados, há 5 (62,5%) egressos que utilizaram o PROUNI enquanto que os que usaram recursos próprios e familiares somam 3 (37,5%) egressos. O estudo realizado por Geraldo (2010) apontou 28,6% de egressos pelo PROUNI em condição de desemprego. O desempenho nos componentes escolares acima da média é referido por 1 dentre os 8 egressos em condição de desemprego. A continuidade nos estudos após a graduação pelos desempregados é referida por apenas 2 (25,0%).

Foi solicitado aos participantes que assinalassem até 3 opções que considerassem como situações presentes na condição de desemprego, chegando-se ao ranking mostrado no Gráfico

6. Ocupando as três primeiras posições estão: “mercado de trabalho em baixa” (62,5%); “não encontra vaga compatível com a formação” (50%); e “está estudando para concurso público” (50%). A pesquisa realizada pelo CFA mostra um ranking similar: mercado de trabalho em baixa (40,9%); não encontra vaga compatível com a formação (21,5%); estudando para concurso e ainda não tem experiência ocupam a terceira posição com 17,1% de respostas.

Os resultados das duas pesquisas mostram que a percepção dos participantes aponta a questão estrutural do mercado de trabalho, baixo índice de contratações em função do período recessivo, e também a qualificação acima das vagas disponíveis. Por outro lado, o descompasso entre qualificação e demandas do mercado de trabalho é realçado por Borges (2006) e Pochmann (2000) como consequência das reestruturações do sistema produtivo.

Gráfico 6 – Situações presentes na condição de desemprego (em %)



Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

5.3.2 Situação de trabalho durante o período em que estava cursando administração

A análise da situação de trabalho no período em que os egressos estavam cursando abre a possibilidade de verificar um momento que ainda não se direciona para o mercado em uma perspectiva de buscar posições voltadas para alcançar as expectativas profissionais e, também, para obter informações para examinar o comportamento dos três períodos: atual, durante e após. Além disto, são conjunturas econômicas diferentes, tendo em vista que o ingresso no curso (determinante para o ano de conclusão) acontece em períodos diferentes, embora nos anos 2000.

Para a análise, 51 respostas foram consideradas válidas (Tabelas 32 e 33). Os resultados obtidos mostram uma quantidade significativa de 28 egressos (54,9%) em condição de estágio

durante o curso – 18 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Este resultado apresenta uma característica do estudante de ensino superior que vislumbra no estágio a oportunidade para adquirir a aprendizagem prática e, também, em função das empresas ofertarem vagas de estágio para o estudante universitário. Um estudo realizado pela Associação Brasileira de Estágios (ABRES), em 2017, abordando o número de vagas de estágio no Brasil identifica que, para o curso de administração, a oferta representa 16,8% do total.

Trabalhando com carteira assinada encontravam-se 19 egressos (37,2%), com maior quantidade em 2015/16 sendo 12 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Assim, durante o período em que se encontrava estudando, havia 92,1% dos egressos com atividade laboral, podendo classificar-se na condição de trabalhador-estudante (GAZO, 1996), o que reforça a situação de estudo no horário noturno predominante entre os egressos pesquisados. Ademais o estágio constitui um mecanismo utilizado para a obtenção de rendimento para estudar.

Tabela 32 – Relação com o trabalho durante o tempo em que estava cursando, por ano (n=51)

| SITUAÇÃO | 2012 | | 2015/16 | | TOTAL | |
|-----------------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Só estudava | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Desempregado (procurando emprego) | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Funcionário público estatutário | 2 | 11,1 | 0 | 0,0 | 2 | 3,9 |
| Empregado, com carteira assinada | 4 | 22,2 | 15 | 45,5 | 19 | 37,2 |
| Empregado, sem carteira assinada | 0 | 0,0 | 1 | 3,0 | 1 | 2,0 |
| Trabalhava como autônomo | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Trabalhava em negócio familiar | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Empresário (a) | 1 | 5,6 | 0 | 0,0 | 1 | 2,0 |
| Estagiário (a) | 11 | 61,1 | 17 | 51,5 | 28 | 54,9 |
| TOTAL GERAL | 18 | 100,0 | 33 | 100,0 | 51 | 100,0 |
| TOTAL (%) | 35,3 | - | 64,7 | - | 100,0 | - |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 33 – Relação com o trabalho durante o tempo em que estava cursando, por gênero (n=51)

| SITUAÇÃO | MASCULINO | | FEMININO | | TOTAL | |
|-----------------------------------|-----------|------|----------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Só estudava | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Desempregado (procurando emprego) | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Funcionário público estatutário | 2 | 6,1 | 0 | 0,0 | 2 | 3,9 |
| Empregado, com carteira assinada | 12 | 36,4 | 7 | 38,9 | 19 | 37,2 |
| Empregado, sem carteira assinada | 0 | 0,0 | 1 | 5,6 | 1 | 2,0 |
| Trabalhava como autônomo | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Trabalhava em negócio familiar | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |

| | | | | | | |
|--------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| Empresário (a) | 1 | 3,0 | 0 | 0,0 | 1 | 2,0 |
| Estagiário (a) | 18 | 54,5 | 10 | 55,6 | 28 | 54,9 |
| TOTAL GERAL | 33 | 100,0 | 18 | 100,0 | 51 | 100,0 |
| TOTAL (%) | 35,3 | - | 64,7 | - | 100,0 | - |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

A forma de inserção dos egressos que se encontravam trabalhando com carteira assinada ou estagiando durante o curso (Tabela 34) mostra que um total de 17 (89,5%) se referia ao PROUNI e 27 (96,4%) ao uso de recurso próprio ou familiar, sendo que a condição de empregado sem carteira assinada diz respeito a um que se inseriu com o uso de recurso próprio. Há um empresário do sexo masculino que ingressou mediante financiamento pelo FIES. A condição de desemprego não se identifica durante o período em que os egressos estudavam, fato justificado pela expressiva quantidade de estágios – total de 28.

Tabela 34 – Percentual quanto à relação com o trabalho durante o tempo em que estava cursando, por meio de inserção (n=51)

| SITUAÇÃO | PRÓPRIO | FAMILIAR | PROUNI | FIES | OUTROS | TOTAL |
|-----------------------------------|----------------|-----------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Só estudava | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Desempregado (procurando emprego) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Funcionário público estatutário | 0,0 | 0,0 | 10,5 | 0,0 | 0,0 | 3,9 |
| Empregado, com carteira assinada | 66,7 | 12,5 | 47,4 | 0,0 | 0,0 | 37,3 |
| Empregado, sem carteira assinada | 8,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,0 |
| Trabalhava como autônomo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Trabalhava em negócio familiar | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Empresário (a) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 50,0 | 0,0 | 2,0 |
| Estagiário (a) | 25,0 | 87,5 | 42,1 | 50,0 | 100,0 | 54,9 |
| TOTAL GERAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| AMOSTRA TOTAL (N°) | 12 | 16 | 19 | 2 | 2 | 51 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

5.3.3 Situação de trabalho após a conclusão do curso

Este período se caracteriza por diferentes possibilidades de trajetória podendo ser configurado como um momento de transição na vida profissional. As situações podem se alterar em decorrência de fatores intervenientes relacionados, de motivadores (BOMTEMPO; SILVA; FREIRE, 2012) que se constituem por fatos inerentes a aspectos psicológicos modificáveis pelo indivíduo e aspectos inerentes ao ambiente externo, principalmente o cenário econômico, conjuntural sobre os quais não se interfere. Para analisar este período, solicitou-se que os

egressos apontassem as situações vivenciadas após a conclusão do curso, possibilitando mais de uma resposta.

A condição de empregado com carteira assinada (Tabela 35) aparece 21 vezes, correspondente a 38,9% do total. A continuidade no mesmo emprego de quando estudava é reportada 23 vezes (42,6%) e o início de um novo emprego 12 vezes (22,2,0%) – 7 respostas se referem a egressos que tiveram bolsa PROUNI. Merece realce o surgimento da condição de empresário com o total de seis respostas, com maior incidência em 2012 (5 respostas).

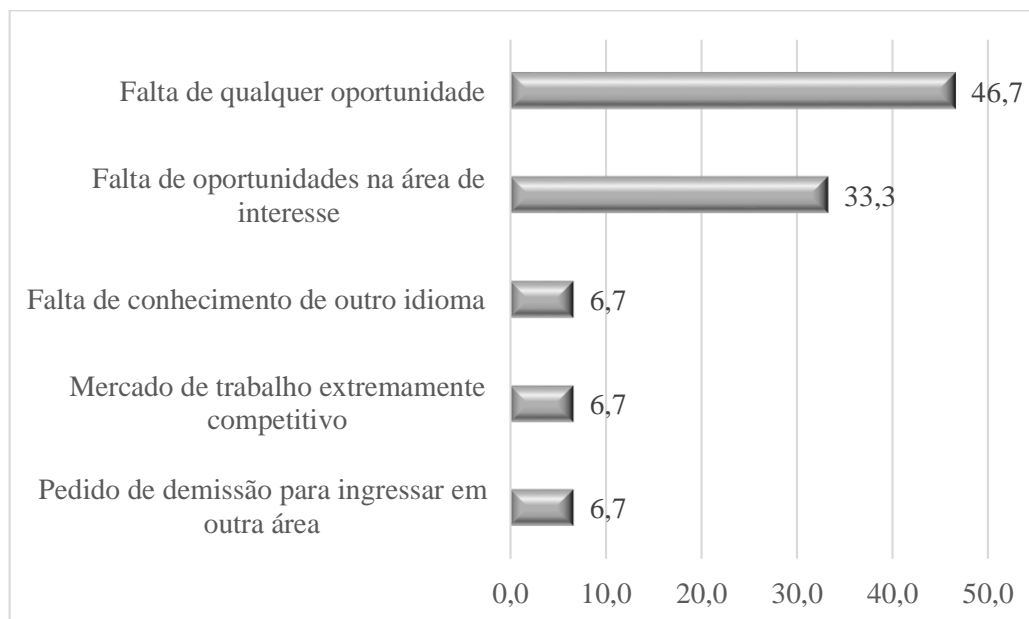
Tabela 35 – Experiência de trabalho após a conclusão do curso – Número e percentual de respondentes por situação vivenciada, por ano

| SITUAÇÃO VIVENCIADA | 2012 | | 2015/16 | | TOTAL | |
|---|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Desemprego (procura de emprego) | 3 | 20,0 | 12 | 80,0 | 15 | 27,8 |
| Continuou no mesmo trabalho/emprego que tinha quando estudava | 7 | 30,4 | 16 | 69,6 | 23 | 42,6 |
| Começou em um novo trabalho/emprego | 5 | 41,7 | 7 | 58,3 | 12 | 22,2 |
| Funcionário público estatutário | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Funcionário público REDA | 0 | 0,0 | 1 | 100,0 | 1 | 1,9 |
| Empregado, com carteira assinada | 5 | 23,8 | 16 | 76,2 | 21 | 38,9 |
| Empregado, sem carteira assinada | 0 | 0,0 | 1 | 33,3 | 3 | 5,6 |
| Trabalho como autônomo | 2 | 66,7 | 1 | 33,3 | 3 | 5,6 |
| Trabalho em negócio familiar | 1 | 50,0 | 1 | 50,0 | 2 | 3,7 |
| Empresário(a) | 5 | 83,3 | 1 | 16,7 | 6 | 11,1 |
| TOTAL | 18 | 33,3 | 36 | 66,7 | 54 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

A experiência de desemprego (procura de emprego) está presente em 27,8% (15 respostas), com maior incidência no período 2015/16, sendo que, dentre as respostas, há 12 egressos que vivenciaram experiência de estágio no período de realização do curso. Para a maioria, o tempo médio para obter colocação no mercado foi de três meses. Perguntados sobre os aspectos presentes na situação de desemprego, as respostas com maiores percentuais se referem à falta de oportunidades (Gráfico 7), reforçando que, em um cenário de crise econômica profunda e de grandes estoques de desempregados, a conclusão do ensino superior não foi determinante para a movimentação no mercado de trabalho. Pelas experiências informadas, conclui-se que os egressos vivenciaram mais experiência de ocupação do que desocupação após concluírem o curso.

Gráfico 7 – Situações presentes na condição de desemprego após a conclusão do curso – percentual sobre o total de desempregados (n=15)



Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

A estratificação por gênero (Tabela 36) aponta que o sexo masculino refere, maior número de vezes, a manutenção no mesmo emprego (13 vezes contra 10 para o sexo feminino), podendo-se inferir que as mulheres mudaram de emprego mais vezes. Isto se caracteriza pelo maior número de vezes em que a experiência de começar um novo emprego aparece: 7 vezes para as mulheres e 5 para os homens. O emprego com carteira assinada contempla maior quantidade de respostas para homens, total de 16, enquanto para as mulheres um total de 5. Em igual número está a situação de desemprego para o sexo feminino enquanto o sexo masculino totaliza 10 condições.

Tabela 36 – Experiência de trabalho após a conclusão do curso – Número e percentual de respondentes por situação vivenciada, por gênero

| SITUAÇÃO | FEMININO | | MASCULINO | | TOTAL | |
|---|----------|------|-----------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Desemprego (procura de emprego) | 5 | 25,0 | 10 | 29,4 | 15 | 27,8 |
| Continuou no mesmo trabalho/emprego que tinha quando estudava | 10 | 50,0 | 13 | 38,2 | 23 | 42,6 |
| Começou em um novo trabalho/emprego | 7 | 35,0 | 5 | 14,7 | 12 | 22,2 |
| Funcionário público estatutário | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Funcionário público REDA | 1 | 5,0 | 0 | 0,0 | 1 | 1,8 |
| Empregado, com carteira assinada | 5 | 25,0 | 16 | 47,0 | 21 | 38,9 |

| | | | | | | |
|----------------------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|--------------|
| Empregado, sem carteira assinada | 0 | 0,0 | 3 | 8,8 | 3 | 5,6 |
| Trabalho como autônomo | 1 | 5,0 | 2 | 5,9 | 3 | 5,6 |
| Trabalho em negócio familiar | 0 | 0,0 | 2 | 5,9 | 2 | 3,7 |
| Empresário (a) | 2 | 10,0 | 4 | 11,8 | 6 | 11,1 |
| TOTAL | 20 | 37,0 | 34 | 63,0 | 54 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Comparando-se os dois períodos – percurso no mercado de trabalho durante a realização do curso e percurso durante a pesquisa (4º trimestre de 2018) – a análise apresentada aponta que 19 (37,2%) dos egressos já se encontravam inseridos no mercado de trabalho durante o curso, trabalhando com carteira assinada, sendo 7 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Acrescente-se a este contingente expressiva quantidade de estágios – 28 (54,9%) – 10 mulheres e 18 homens. A situação apresentada no 4º trimestre/2018 (momento da pesquisa), para os egressos, revela que 32 (59,2%) estavam trabalhando com carteira assinada – 14 do sexo feminino e 18 do sexo masculino. É possível afirmar que houve melhoria em termos de ocupação de vagas no mercado de trabalho, entretanto, percentuais mais elevados para a ocupação relativa ao sexo masculino confirmam a desigualdade de gênero no mercado de trabalho (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

O desemprego, para o grupo pesquisado, se revela no patamar de 14,8%, no momento da pesquisa (4º trimestre de 2018), correspondente a 8 egressos – 3 mulheres e 5 homens. Considerando o patamar de desemprego atribuído à população com ensino superior na RMS, mencionado no início deste capítulo, o nível de desemprego dos egressos traduz a realidade do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, afetado pela crise econômica agravada a partir de 2015 no Brasil. Merece realce que, na condição de trabalho sem carteira assinada, característica de precarização do trabalho, foram identificados 4 egressos (1 do sexo feminino e 3 do sexo masculino), que também pode estar associado à mudança do cenário econômico (Tabela 37).

Tabela 37 – Comparativo da situação de ocupação durante o curso e no 4º trimestre/2018

| SITUAÇÃO | Durante o curso (n=51) | | | 4º trimestre/2018 (n=54) | | |
|---------------------------------|---------------------------|-----------|-----------|-----------------------------|-----------|-----------|
| | F | M | TOTAL | F | M | TOTAL |
| Total Ocupado | 18 | 33 | 51 | 17 | 29 | 46 |
| Empregado com carteira assinada | 7 | 12 | 19 | 14 | 18 | 32 |
| Funcionário público estatutário | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Empregado sem carteira assinada | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 4 |
| Trabalho como autônomo | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Estagiando | 10 | 18 | 28 | 0 | 1 | 1 |
| Empresário (a) | 0 | 1 | 1 | 2 | 6 | 8 |

| | | | | | | |
|---------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| TOTAL DESEMPREGADO | 0 | 0 | 0 | 3 | 5 | 8 |
|---------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|

F= Feminino; M = Masculino

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

5.3.4 A inserção ocupacional dos egressos de Administração da instituição de ensino lócus da pesquisa

Entender como se deu a ocupação de posições no mundo do trabalho por parte dos egressos é relevante, visto que está diretamente associado com a verificação do atendimento de expectativas que tinham quando do ingresso no ensino superior, assim como entender a complexidade da dialética educação–trabalho na perspectiva do princípio de proporcionar igualdade de oportunidades (NEVES; ANHAIA, 2014, p. 374). Ademais, proporciona analisar transformações do mercado de trabalho apontadas por diversos autores (Antunes, Borges, Harvey e Pochmann), presentes.

Para examinar a mobilidade dos egressos no mercado de trabalho, foram analisadas as seguintes variáveis: cargo/função ocupado/a; jornada de trabalho; tempo de trabalho na área em que se formou; promoção no mesmo emprego; faixa da última renda individual, incluindo a avaliação comparativa com relação ao nível durante o período que estava cursando administração e o momento atual (quando respondeu à pesquisa).

Para a análise da posição ocupacional na carreira (Tabela 38), utilizou-se as respostas de 40 egressos que estavam trabalhando no momento da pesquisa (4º trimestre de 2018), assim distribuídos: 32 egressos trabalhando com carteira assinadas, 4 sem carteira assinada, 1 autônomo e 3 empresários na posição de diretoria. É possível concluir pela adequação entre cargo ocupado e nível de escolaridade para 22 egressos (55,0%) que ocupam posições de analista, nível de gestão (linha de comando e autoridade) e 3 egressos em posição de Diretoria, alocados na condição de empresário(a). Estas posições estão distribuídas para 9 (41,0%) mulheres e 13 (59,0%) homens. Quanto à forma de inserção no ensino superior, 60,0% dos inseridos com recurso familiar e próprio ocupam posições adequadas à escolaridade.

Na ocupação de cargo em condição inferior à escolaridade identificada para 18 egressos (45,0%) ocupando posição de assistente e auxiliar, dentre outros¹⁵, estão 38,9% de do sexo feminino e 61,1% do sexo masculino. Ao examinar as experiências vivenciadas após o curso,

¹⁵ De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os cargos de agente, assistente e auxiliar integram a mesma família (código 4110) para cujo acesso é requerido o ensino médio completo. Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<https://bit.ly/>>. Acesso em: dez. 2018.

verifica-se que o perfil ocupacional, que apresenta características semelhantes às aquelas identificadas pela pesquisa CFA (2015), abordada no Capítulo 3, foi mantido. Assim, é possível afirmar que houve mobilidade social (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015), hierarquia de estratificação social (GUIMARÃES, 2009) e a identificação de trabalhadores de centro (cargos gerenciais), característica da acumulação flexível (HARVEY, 1992). Ademais, não se pode afirmar que a característica da instituição de ensino superior – privada confessional, tenha contribuído para a existência de um espaço teto intransponível na escala de mobilidade ocupacional (SILVA; PRATES, 2014) entre os egressos pesquisados, pois as ocupações incluem níveis de gestão em linha de comando e autoridade compostos por Gerência e Diretoria.

Tabela 38 – Posição do cargo que ocupava após a conclusão do curso – egressos que trabalham com carteira assinada e sem carteira assinada

| POSIÇÃO OCUPACIONAL | 2012 | | 2015/16 | | TOTAL | |
|-------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Diretoria | 2 | 13,3 | 1 | 4,0 | 3 | 7,5 |
| Assessoria | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Gerência | 3 | 20,0 | 3 | 12,0 | 6 | 15,0 |
| Coordenação | 1 | 6,7 | 1 | 4,0 | 2 | 5,0 |
| Supervisão | 1 | 6,7 | 1 | 4,0 | 2 | 5,0 |
| Analista Técnico | 1 | 6,7 | 8 | 32,0 | 9 | 22,5 |
| Assistente | 4 | 26,7 | 6 | 24,0 | 10 | 25,0 |
| Auxiliar | 2 | 13,3 | 3 | 12,0 | 5 | 12,5 |
| Outro: Motorista | 1 | 6,7 | 0 | 0,0 | 1 | 2,5 |
| Operador de Processos | 0 | 0,0 | 1 | 4,0 | 1 | 2,5 |
| Representante Comercial | 0 | 0,0 | 1 | 4,0 | 1 | 2,5 |
| TOTAL | 15 | 100,0 | 25 | 100,0 | 40 | 100,0 |

Observação: Posição ocupacional com adequação do nível de escolaridade: de A até F¹⁶

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Com relação às posições ocupacionais que requerem escolaridade menor, Comin e Barbosa (2011, p. 79), ao realizarem um estudo sobre a distribuição de grupos ocupacionais, utilizando a Classificação Internacional de Ocupação (ISCO/88), compreendendo o período de 1982 a 2009, identificaram a ocupação de vagas que requerem ensino médio por pessoas com ensino superior. Borges (2010), ao discutir as transformações no mercado de trabalho no período de 2002 a 2009, alerta sobre as mudanças que demandam novas competências dos trabalhadores, mas que, também tornam a sobrequalificação elemento facilitador para a redução de custos e para prover mudanças tecnológicas e gerenciais.

¹⁶ Foram consideradas as informações relativas à formação constantes da CBO. Disponível em: <<https://bit.ly/>>. Acesso em: dez. 2018.

[...] os graduados estão empregados, em sua maioria, em grupos ocupacionais que tradicionalmente formam seu principal nicho, mas chama a atenção a velocidade (em aceleração) com que cresce o número de pessoas com ensino superior em ocupações que formalmente não requerem mais do que o ensino médio ou apenas o fundamental (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 84).

Adicionalmente, foi examinada a relação entre a formação e a ocupação, investigando-se, junto a todos os respondentes, o tempo que trabalha na área em que se formou (Tabela 39). Das 53 respostas obtidas, identifica-se que alguns egressos – 9 (17,0%) – afirmam nunca terem trabalhado em sua área de formação, compondo este quantitativo 5 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Quase todos (7 egressos) que nunca trabalharam foram inseridos no curso mediante bolsa PROUNI. A pesquisa CFA (2015) mostra que 24,4% dos participantes informam não ter registro na carteira profissional compatível com a profissão de administrador.

Tabela 39 – Tempo de trabalho na área em que se formou, por ano (n=53)

| TEMPO QUE TRABALHOU | 2012 | | 2015/16 | | TOTAL | |
|-------------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Menos de um ano | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| De 1 ano até 2 anos | 4 | 22,2 | 5 | 14,3 | 9 | 17,0 |
| Acima de 2 anos até 5 anos | 5 | 27,8 | 10 | 28,6 | 15 | 28,3 |
| Mais de 5 anos | 7 | 38,9 | 13 | 37,1 | 20 | 37,7 |
| Nunca trabalhou na área de formação | 2 | 11,1 | 7 | 20,0 | 9 | 17,0 |
| TOTAL | 18 | 100,0 | 35 | 100,0 | 53 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Perguntados sobre a faixa de renda individual mensal, 66,0% informam ter aumentado – 57,1% do sexo masculino e 42,9% do feminino. A manutenção do mesmo padrão de renda é informada por 22,6% dos participantes e aqueles que referem ter reduzido representam 11,3%. Para quem foi inserido via PROUNI, o aumento foi referido por 57,9% e mantendo-se no mesmo nível, 31,6%. Dos egressos que cursaram com recurso próprio e de familiares, 70,0% informam ter aumentado a renda e 16,7% consideram que manteve o mesmo nível. Observando o ano da conclusão do curso, verifica-se que, em 2016, as manifestações sobre aumento da renda é apresentada em percentual menor em 9.3 pp do que 2012, posicionado em 72,2%. Quanto aos desempregados, conclui-se que 3 deles (2 do sexo masculino; 1 do feminino) encontram-se sem nenhuma fonte de renda. Estes achados permitem inferir a respeito da existência de discriminação de gênero e de condição de recurso para acesso ao ensino superior, no tocante à renda.

A faixa de renda mensal individual é diversificada (Tabelas 40 e 41). Analisando-se isoladamente, observa-se maior concentração na faixa acima de 1 até 2 salários mínimos – 15 egressos (27,8%), sendo 8 homens e 7 mulheres. Nesta faixa, também estão posicionados 11 egressos que cursaram com bolsa PROUNI, superando os 9 que cursaram com recursos próprios. Quase todos os egressos – 15 (68,2%) – que estão ocupando posição compatível com a escolaridade obtida informam ter renda a partir da faixa acima de 2 salários mínimos.

Tabela 40 – Faixa de renda individual mensal – 4º trimestre/2018, por ano de conclusão

| FAIXA | 2012 | | 2015/16 | | TOTAL | |
|-----------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Nenhuma: está desempregado | 0 | 0,0 | 3 | 8,3 | 3 | 5,6 |
| 01 Salário Mínimo | 2 | 11,1 | 3 | 8,3 | 5 | 9,3 |
| Acima de 1 até 2 Salários Mínimos | 5 | 27,8 | 10 | 27,8 | 15 | 27,8 |
| Acima de 2 até 3 Salários Mínimos | 2 | 11,1 | 9 | 25,0 | 11 | 20,4 |
| Acima de 3 até 4 Salários Mínimos | 5 | 27,8 | 4 | 11,1 | 9 | 16,7 |
| Acima de 4 até 5 Salários Mínimos | 2 | 11,1 | 3 | 8,3 | 5 | 9,3 |
| Acima de 5 Salários Mínimos | 2 | 11,1 | 4 | 11,1 | 6 | 11,1 |
| TOTAL | 18 | 100,0 | 36 | 100,0 | 54 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Tabela 41 – Faixa da última renda mensal individual, por gênero

| FAIXA | MASCULINO | | FEMININO | | TOTAL | |
|-----------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Nenhuma: está desempregado | 2 | 5,9 | 1 | 5,0 | 3 | 5,6 |
| 01 Salário Mínimo | 4 | 11,8 | 1 | 5,0 | 5 | 9,3 |
| Acima de 1 até 2 Salários Mínimos | 8 | 23,5 | 7 | 35,0 | 15 | 27,8 |
| Acima de 2 até 3 Salários Mínimos | 5 | 14,7 | 6 | 30,0 | 11 | 20,4 |
| Acima de 3 até 4 Salários Mínimos | 8 | 23,5 | 1 | 5,0 | 9 | 16,7 |
| Acima de 4 até 5 Salários Mínimos | 2 | 5,9 | 3 | 15,0 | 5 | 9,3 |
| Acima de 5 Salários Mínimos | 5 | 14,7 | 1 | 5,0 | 6 | 11,1 |
| TOTAL GERAL | 34 | 100,0 | 20 | 100,0 | 54 | 100,0 |

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo (out. a dez. 2018)

Para analisar a renda dos egressos com ocupação compatível com a escolaridade, tomou-se como referência o menor salário para Administrador de Empresas, um valor correspondente a 3,1 SM (base jan./2019)¹⁷, identificando-se 28,2% dos egressos com renda posicionada abaixo do menor nível salarial do mercado de trabalho Bahia para Administrador de Empresas. Na estratificação por gênero, identifica-se que 5 mulheres (25,0%) informam renda a partir da faixa

¹⁷ Para a análise usou-se como referência o nível salarial correspondente a Administrador de Empresas nível Júnior, em Pequenas Empresas – Estado da Bahia. Fonte: Salário BR – Pesquisa Salarial do Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/2FZD4OX>>. Acesso em: jan. 2019.

acima de 3 SM; 15 homens encontram-se também nesta posição. Segundo a pesquisa CFA (2015), 26,2% dos participantes estavam com renda individual mensal na faixa até 3 SM.

Pela análise apresentada, que considera três períodos de percurso no mercado de trabalho – durante o curso, após o curso e no momento em que respondeu à pesquisa (4º trimestre/2018), merece destacar a concentração de egressos no turno noturno (72,2%), colocando-os na condição de trabalhador estudante tendo em vista que a ocupação estava presente por meio de estágio, vínculo trabalhista ou outro tipo de ocupação. Este resultado sinaliza o atendimento da expectativa de “melhorar as possibilidades para ingressar no ensino superior” expressada por quase todos os egressos.

A ocupação em cargos que exigem menor nível de escolaridade, característica da sobrequalificação, a existência do desemprego e a concentração da ocupação no setor de serviços confirmam a presença de aspectos estruturais do mercado de trabalho relacionados ao modelo de produção flexível e redução do número de postos de trabalho na indústria como efeito da automatização. O fenômeno da precarização do trabalho está presente no percurso dos egressos que participaram da pesquisa, assim há características de discriminação de gênero quanto à renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se voltou para diagnosticar as características da trajetória no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Neste sentido, foi analisado o percurso feito por egressos de um curso de administração de empresas de uma universidade desta região, considerando variáveis inerentes ao ensino superior e ao mercado de trabalho exposto às transformações ocorridas no Brasil e com características estruturais heterogêneas. O período definido para estudo – os anos de 2012, 2015 e 2016 – contempla uma das maiores crises econômicas no país que impactou o comportamento do mercado de trabalho e afetou o desenvolvimento das políticas sociais voltadas para o ensino superior.

A partir da análise do referencial teórico dos indicadores educacionais, foi possível identificar que a década de 1990 foi o marco referencial para a aceleração do crescimento do ensino superior. A continuidade do crescimento do número de ingressantes mesmo na crise agravada em 2015 permite afirmar que esta tendência deve permanecer sobretudo pela busca por melhor qualificação para atender às demandas das empresas.

Nos anos 2000, o mercado de trabalho avança, com novas configurações decorrentes do modelo de produção flexível que modificou e permanece modificando a organização do trabalho e os meios de produção, pela via da crescente automatização, ampliação da terceirização e a transformação digital. As posições ocupadas pela força de trabalho com ensino superior modificam-se de modo que funções que requerem menor nível de escolaridade passam a ser ocupadas pelos profissionais que detêm o diploma de ensino superior. O setor de serviços toma o lugar da indústria na oferta de vagas. A taxa crescente de desemprego aumentada a partir da crise 2015, é uma realidade que leva o egresso do ensino superior a buscar alternativas de renda, dentre elas empreender no mundo dos negócios.

A pesquisa de campo realizada com 200 egressos do curso de administração apresenta resultados que confirmam os efeitos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho resultante do modelo de acumulação flexível, dentre as quais: migração do setor industrial para o setor de serviços; reestruturação organizacional; a sobrequalificação levando ao preenchimento de vagas por pessoas com escolaridade acima do necessário; e redução das ocupações em nível gerencial. Ademais nos três momentos de análise – durante o curso, após o curso e no 4º trimestre de 2018 –, a caracterização de trabalhador estudante é percebida tendo em vista a concentração de egressos do turno noturno.

O exercício de atividade remuneratória se deu de diferentes maneiras, desde o tipo trabalho com carteira assinada até o trabalho sem carteira assinada, além de atividades

autônomas e terceirizadas em situação ocupacional tanto em posições compatíveis quanto em funções que requerem nível de escolaridade inferior. Por outro lado, identificou-se a existência de faixa de renda posicionada abaixo do menor salário de mercado correspondente ao cargo de administrador. Estes achados apontam para a presença de trabalho precarizado entre os egressos, entretanto, não se pode atribuí-lo apenas à crise econômica pelas razões já expostas relativas a outros aspectos conjunturais que afetam o mercado de trabalho. Acrescenta-se a isto, a existência de desigualdades de gênero e relacionada à forma utilizada para a inserção no ensino superior (especificamente o PROUNI), no tocante às variáveis referentes a posição ocupacional; inserção de acordo com a formação; e renda individual mensal.

O desemprego no momento da pesquisa (4º trimestre de 2018) é identificado em 14,8% e após o curso, em 27,8%. As situações atribuídas ao desemprego (Gráfico 7), sinalizam para aspectos estruturais não controláveis relativos ao mercado de trabalho cujos efeitos recaem sobre a população com ensino superior. A existência de egressos que empreenderam no mundo do negócio pode estar relacionada a uma busca de obtenção de renda que, de certo modo, viabilizou o atendimento à expectativa ao ingressar no ensino superior, tendo em vista as dificuldades naturais do mercado de trabalho.

Embora os fatores estruturais do mercado de trabalho não tenham favorecido a trajetória de todos os egressos sem a presença de indicativos da precarização, os resultados da pesquisa apontam que a graduação contribuiu para modificar a situação de trabalho por meio da mobilidade ocupacional na mesma empresa onde se trabalhava e fora dela e também para a passagem da situação de estágio para o trabalho assalariado. Com isto, é provável que o aumento de renda esteja vinculado a essa movimentação, pois os estudos realizados apontaram que a crise econômica teve maior efeito sobre o emprego que sobre a renda.

Acrescenta-se, a esta análise, que os egressos reconheceram a contribuição de competências definidas no PPC, a partir das diretrizes educacionais do MEC, para o trânsito no mercado de trabalho. No que se refere à competência que aborda a inovação, o reconhecimento ocupa a última posição do *ranking*. Isto gera dicotomia com o princípio educacional de formar para o trabalho, considerando-se que a capacidade de inovar está entre as competências recrutadas pelo mercado de trabalho, principalmente quando se trata de visão de futuro e, por outro lado, alerta para a necessidade de reconhecer que inovar não se vincula apenas às diretrizes educacionais da instituição de ensino, mas que existe um contexto de incentivo à ciência por meio de pesquisa e desenvolvimento, a cargo das políticas de governo.

Com relação ao contributo do ensino superior para o aumento do capital cultural, os indícios são atribuídos aos seguintes achados: ruptura com o ciclo de reprodução cultural

familiar; continuidade dos estudos pela maioria mediante a escolha do nível de pós-graduação (mestrado, especializações e MBA); e novos interesses culturais agregados após a conclusão do curso: música e teatro aparecem em maior percentual no momento atual (4º trimestre/2018).

Na perspectiva de que o associativismo e a participação em organizações representativas de interesses da categoria profissional, a exemplo do Conselho de Classe, podem contribuir para o exercício da cidadania e desenvolvimento da visão crítica de mundo, identifica-se que quase todos os egressos não utilizam esta via de interação, podendo-se inferir que cursar o ensino superior não influenciou para que se tornassem participativos nesses espaços.

Os resultados mostram que o ensino superior contribuiu para a trajetória dos egressos, entretanto, confirmam que os aspectos estruturais presentes no mercado de trabalho são determinantes e interferem diretamente neste trajeto, não garantindo a existência de oportunidades em igualdade de condições. Se considerarmos que os avanços tecnológicos continuam no contexto da acumulação flexível e, com eles, a IA - Inteligência Artificial avança a passos largos, com previsão de crescimento exponencial ainda no curso dos anos 2000, o presente estudo abre espaço para novas investigações a respeito dos prováveis impactos sobre o mercado de trabalho para profissionais com ensino superior. Assim concluo estas considerações.

DOCUMENTOS/LEGISLAÇÃO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTÁGIOS (ABRES). *Estatísticas*. 2017. Disponível em: <<http://www.abres.org.br/v01/dados-estagiarios-estudantes-no-brasil/>>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília, DOU, 5 out.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-1961-1969/lei-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 4.769*, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração. Brasília, DOU, 13 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14769.htm>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, DOU, 23 dez. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DOU, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 10.260*, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DOU, 13 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 10.861*, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação na Educação Superior. Brasília, DOU, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: jun. 2018.

BRASIL. *Lei nº 11.096*, de 13 de janeiro de 2005. Institui o PROUNI – Programa Universidade para todos. Brasília, DOU, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei nº 11.788*, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DOU, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm> Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DOU, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: maio 2018.

BRASIL. *Lei complementar nº 14*, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília, DOU, 11 jun. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto do Conselho de Ministros nº 58*, de 18 de outubro de 1961. Concede à Universidade Católica de Salvador regalias de Universidade Livre equiparada e aprova o seu estatuto. Brasília: Câmara dos Deputados, 1961.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 75.063*, de 9 de dezembro de 1974. Concede reconhecimento ao curso de Administração da Universidade Católica de Salvador, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Brasília: Câmara dos Deputados, 1974.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. *Decreto nº 87.911*, de 7 de dezembro de 1982. Publicação Original. Disponível em: <<https://bit.ly/2s0q4j0>>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. *Decreto nº 93.277*, de 19 de setembro de 1986. Publicação Original. Disponível em: <<https://bit.ly/2XrqcWg>>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: maio 2018.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI – COFIC. *Apresenta informações sobre o Polo Petroquímico de Camaçari/40 anos*. Desenvolvido por Pinet Web Solutions. Disponível em: <<https://www.coficpolo.com.br/noticia.php?news=124>>. Acesso em: fev. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. *Pesquisa Nacional Sistema CFA/CRAS: perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do administrador – Pesquisa Nacional 2015*. Brasília: CFA, 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.cfa.org.br/grep/>>. Acesso em: jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. *50 anos que fizeram história: Jubileu de Ouro: Sistema CFA/CRAs*. 2. ed. Brasília, DF; CFA, 2015. Disponível em: <<http://bluehost1.cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/13jubileu50anos.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 4*, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: CNE, 2005. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. *Resolução nº 510*, de 7 de abril de 2016. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 9 dez.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego – PNAD. Contínua*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>>. Acesso em: jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Contínua. Trimestral*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>>. Acesso em: dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estimativa da População*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Contínua. Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: dez. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Carta de Conjuntura nº 41 – 4º trimestre 2018*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=59>. Acesso em: jan. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, abril 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502_bmt_64.pdf>. Acesso em: maio 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018*. Brasília, DF: Inep, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2015*. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>> Acesso em: jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo da Educação Superior 2016*. Divulgação. Brasília, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo Educação Superior 2017: divulgação dos principais resultados*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-da-educacao-superior-2017/21206>. Acesso em: jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo da Educação Superior 2017*: divulgação dos principais resultados. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso em: dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Conceito ENADE*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conceito-enade/conceito_enade_2015_portal_atualizado_03_10_2017>. Acesso em: set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE*: biênio 2014-2016. Brasília, DF: Inep, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2016*. 2. ed. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>>. Acesso em: jun.2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2010*. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2016*. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: jun. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Portaria nº 209*, de 7 de março de 2018. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, a partir do primeiro semestre de 2018. Disponível em: <http://fies.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_209_07032018.pdf>. Acesso em: jul. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Portaria nº 536*, de 6 de junho de 2018. Regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies e do Programa de Financiamento Estudantil – PFies referente ao processo seletivo do segundo semestre de 2018. Disponível em: <<http://fies.mec.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Portaria nº 638*, de 5 de julho de 2018. Processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies e do Programa de Financiamento Estudantil – PFies referente ao segundo semestre de 2018. Disponível em: <<http://fies.mec.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Portaria nº 1.670*, de 28 de novembro de 2011. DOU, 29 nov. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Portaria Normativa nº 4*, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do Conceito Preliminar de Cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: ago. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Portal MEC. PROUNI. *Programa Universidade para Todos*. Apresenta dados estatísticos sobre o PROUNI. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 4*, de 13 de julho de 2005. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Programa Universidade para Todos – PROUNI. Portal MEC. *Apresenta dados estatísticos sobre o PROUNI*. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Diagnóstico FIES*. Disponível em: <http://fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/diagnosticofies_junho2017.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Classificação Brasileira de Ocupações – CBO*. Disponível em: <<http://www.mtecho.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: dez. 2018.

PED – *Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador: resultados do ano de 2012*. Salvador: SEI, 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2705&Itemid=284>. Acesso em: jan. 2019.

SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR – SEMESP. *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2018*. Disponível em: <<http://www.semesp.org.br/pesquisas/mapa-do-ensino-superior/>>. Acesso em: jan. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *PIB e estudos correlatos – PIB Municipal*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=335>. Acesso em: jan. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *Notícias*: SEI divulga dados sobre mercado de trabalho na região metropolitana de Salvador em fevereiro. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2700:sei-divulga-dados-sobre-mercado-de-trabalho-na-regiao-metropolitana-de-salvador-em-fevereiro&catid=10&Itemid=565>. Acesso em: fev. 2019.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Trabalho decente. In: CATTANI, Antonio Davi; HOLZMANN, Lorena. (Org.). *Dicionário Trabalho e Tecnologia*. Petrópolis/Porto Alegre: Zouk, 2011.
- ALMEIDA, Sergio C. O avanço da privatização na educação brasileira: o PROUNI como uma nova estratégia para transferência de recursos públicos para o setor privado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2008-01-16T133941Z-1155/Publico/Dissert-Sergio%20Almeida.pdf>. Acesso em: jul. 2018.
- ALVES, Maria Inez M. O vestibular e a escolha profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253823>>. Acesso em: set. 2018.
- ANTUNES, Ricardo L.C. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Bomtempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Trabalho*. In: CATTANI, Antonio Davi; HOLZMANN, Lorena. (Org.). *Dicionário Trabalho e Tecnologia*. Petrópolis/Porto Alegre: Zouk, 2011.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, v. XVIII, n. 34, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=427&sid=48>>. Acesso em: ago. 2018.
- BARBOSA, Maria Ligia O. BRIPP, Glícia. In: *Ensino Superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologia e Desenvolvimento. In: CATTANI, Antonio Davi; HOLZMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Tradução Rosaura Einchenberg. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BOMTEMPO, Maurício S.; SILVA, Dirceu; FREIRE, Otávio B. Motivos da escolha do curso de administração de empresas por meio da modelagem de equações estruturais. *Pretexto*, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 108-129, jul./set. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2GO7Z1P>>. Acesso em: ago. 2018.
- BORGES, Ângela. A reconfiguração do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) a partir dos anos 2000. In: SILVA, Sylvio B. M.; CARVALHO, Inaiá Maria M.; PEREIRA, Gilberto C. (Org.). *Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20064>>. Acesso em: jan. 2019.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão1. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, 2010.

BORGES, Ângela. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BORGES, Ângela. Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados. *Gestão em Ação*, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA, v. 1, n. 1, 2006.

BORGES, Ângela. Jovens em mercados de trabalho em mudança: indicações a partir da trajetória de dois grupos geracionais. *Última década* [online], v. 24, n. 44, 2016. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362016000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: ago. 2018.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. (Org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1985.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: década de 1980 e 1990. In: JACCOUD, Luciana; SILVA, Frederico B. et al. (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 127-177. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_4-10.pdf> Acesso em: jun. 2018.

CARVALHO, Inaiá Maria M.; BORGES, Ângela Maria. A região metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARVALHO, Inaiá Maria M.; PEREIRA, Gilberto C. (Org.). *Salvador: transformações na ordem urbana [recurso eletrônico]: metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro: Letra Capital Observatório de Metrôpoles, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17348>>. Acesso em: jan. 2019.

CARVALHO, Inaiá Maria M.; PEREIRA, Gilberto C. Estrutura social e organização social do território na Região Metropolitana de Salvador. In: _____; _____ (Org.). *Salvador: transformações na ordem urbana [recurso eletrônico]: metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro: Letra Capital Observatório de Metrôpoles, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17348>>. Acesso em: jan. 2019.

CATANI, Afrânio M.; HEY, Ana Paula. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 2, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/754>>. Acesso em: ago. 2018.

CATANI, Afrânio M.; HEY, Ana Paula; GILLIOLI, Renato de S. P. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? *Educar Revista*, n. 28, p. 125-140, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200009&lang=pt>. Acesso em: jul. 2018.

CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F.; DOURADO, Luiz F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 75, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

CHAVES, Vera Lúcia J. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. *Educação Temática Digital*, v. 17, n. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212>>. Acesso em: jul. 2018.

CHAVES, Vera Lúcia J.; AMARAL, Nelson C. Política de expansão da educação superior no Brasil: o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. *Educação em Revista*, v. 32, n. 4, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400049&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: jul. 2018.

COGO, Paulo Sérgio F. Trajetórias profissionais. In: CATTANI, Antonio Davi; HOLZMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

COMIN, Alvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Marta (Org.). *Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos anos*. São Paulo: UNESP, 2015.

COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 1, n. 91, p. 75-95, nov. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2ACskS6>. Acesso em: ago. 2018.

ENGUIITA, Mariano Fernández. *Educar em tempos incertos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ESTEVIÃO, Carlos Alberto Vilar. *Educação, justiça e democracia*. São Paulo: Cortez, 2004.

ESTEVIÃO, Carlos Alberto V. Educação para direitos humanos: uma proposta crítica. *Jornal A Tarde*, Caderno Direitos Humanos, Ética & Dignidade, Salvador, 18. out. 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. *Da Universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Acton e Meira Matos. São Paulo: Cortez, 1991.

- FIRDION, Jean-Marie. Construir uma amostra. In: PAUGAM, Serge. *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GAZO, Pilar Figuera. *La inserción del universitario en el mercado de trabajo*. Barcelona: EUB, S.L, 1996.
- GERALDO, Aparecida das Graças. *Os egressos do PROUNI e cotas no Mercado de trabalho: uma inclusão possível?* Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRISCI, Carmem Lúcia I. Trabalho imaterial. In: HOLZMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- GUIMARÃES, Nadya A. A sociologia dos mercados de trabalho ontem e hoje. *Novos Estudos*, n. 85, p. 151-170, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a07.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. Parte II: As transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX. In:_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOLZMANN, Lorena. *Divisão social do Trabalho*. In: CATTANI, Antonio Davi; HOLZMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- IVO, A. B. *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*. São Paulo: Annablume, 2013.
- LIMA, Tereza Cristina M. P. *O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás-DF, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/1174>>. Acesso em: maio 2018.
- LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: o desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta. *Trajatórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015.

LORDELO, José Albertino C. et al. Desafios metodológicos em pesquisas com egressos: o caso da iniciação científica na graduação. In: LORDELO, José Albertino C.; DAZZANI, Maria Virgínia M. *Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas*. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6214/1/Estudo%20com%20egressos.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Regi, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARINHO-ARAUJO, C. M.; RABELO, Mauro L. Avaliação educacional: a abordagem por competências. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 443-466, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n2/1414-4077-aval-20-02-00443.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: EDIPRO, 2013.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2012.

MEIRELES, Mauro. *O uso do SPSS – Statical Package for the Social Sciences) na ciência política: uma breve introdução*. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3801>>. Acesso em: jun. 2018.

MENDES, Igor Adolfo A. *Trajetórias educacionais, capital cultural e herança familiar*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8XLMH8>>. Acesso em: dez. 2018.

MENEZES FILHO, Naércio; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Bomtempo, 2008.

MILANEZ, Gabriel Gustavo T. *Trajetória Pós-PROUNI: um estudo sobre egressos do Programa Universidade para Todos da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da cidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02122016-125328/en.php>>. Acesso junho 2018.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Clarissa E. B.; ANHAIA, Bruna C. Políticas de inclusão social no ensino superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul. In: BARBOSA, Maria Ligia O. *Ensino Superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- OLIVEIRA, Alice L.; LOURENÇO, Cléria D. S.; CASTRO, Cleber C. Ensino de Administração nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise histórica. *Pretexto*, v. 16, n. 1, p. 11-22, 2015. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/1830>>. Acesso em: jun. 2018.
- OLIVEIRA, Luciana R. *Estudo do projeto de vida profissional de alunos universitários do curso de Pedagogia*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250878>>. Acesso em: set. 2018.
- PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção Social no Capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: ABDR, 2016.
- PEREIRA, Fernando Antonio de S. *Manual Orientativo do Aluno*. UCSAL: 2018.
- PERRENOUD, Philippe. *Construire des Compétences dès l'école*. França: ESF, 1997.
- PIRES, Regina Celi M. *A formação inicial do professor pesquisador universitário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq e a prática profissional de seus egressos: um estudo de caso na Universidade do Estado da Bahia*. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- POCHMANN, Márcio. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias e Letras, 2015a.
- POCHMANN, Márcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 7-19, 2015b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/8272>>. Acesso em: fev. 2019.
- POCHMANN, Márcio. *A batalha do primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- POCHMANN, Márcio. *E-trabalho*. São Paulo: Publisher, 2002.
- POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- REGIO, Maria de Lourdes Severo. *Formação, atuação profissional e mercado de trabalho em administração: o caso dos egressos do curso de administração da UFSM*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4596/REGIO%2c%20MARIA%20DE%20LOURDES%20SEVERO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: abr. 2018.
- RIBEIRO, Carlos Antônio C.; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil. In: ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015.
- ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ROSENFELD, Cinara L.; NARDI, Henrique Caetano. Competência. In: CATTANI, Antonio Davi; HOLZMANN, Lorena. (Org.). *Dicionário Trabalho e Tecnologia*. Petrópolis/Porto Alegre: Zouk, 2011.

ROSENFELD, Cinara L.; PAULI, Jurandir. Trabalho decente e trabalho digno. In: IVO, Anete B. *Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social*. São Paulo: Annablume, 2013.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Clarissa T. A chegada do ensino superior: o PROUNI na PUC Rio. In: OLIVEIRA, Maria Lígia. *Ensino Superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco. *Formação de administradores e mercado de trabalho: um estudo dos egressos do curso de Administração de Empresas da UFSM e o mercado de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1976. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29358/000267232.pdf>>. Acesso em abril 2018.

SILVA, Matheus F.; PRATES, Antonio Augusto P. Os efeitos do tipo de instituição de ensino superior sobre o prestígio no mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Maria Lígia. *Ensino Superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SILVEIRA, Olívia Maria C.; CARVALHO, Leila T. Estratégias metodológicas para pesquisa com egressos. In: LORDELO, José Albertino; DAZZANI, Maria Virgínia. *Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas*. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6214/1/Estudo%20com%20egressos.pdf>> Acesso em: jun. 2018.

SOUZA, Emerson Santana de. *ENADE 2006: determinantes do desempenho do curso de Ciências Contábeis*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional UnB, UFPB, UFRN, Brasília, DF, 2008.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ZARIFIAN, Philippe. *El modelo de competencia y los sistemas productivos*. Montevideo: Cinterfor, 1999.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO – PESQUISA – TRAJETÓRIA EGRESSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado a participar, como voluntário (a) da pesquisa “Trajetória de egressos de um curso de Administração de Empresas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador”, realizada pela pesquisadora Professora Maria Sampaio de Almeida, sob a orientação da Profa. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória no mercado de trabalho de egressos do curso de Administração de Empresas, considerando as características do mercado de trabalho em estudo e as competências e habilidades básicas definidas pela IES para a formação do profissional de administração. Para tanto, foi realizada a análise do Projeto Pedagógico e a Matriz Curricular do Curso, referências bibliográficas a respeito do assunto e indicadores educacionais e de mercado de trabalho relativo à escolaridade em nível superior na Região Metropolitana de Salvador.

O questionário de pesquisa, a ser disponibilizado, é anônimo e não será possível sua identificação através das respostas que fornecer. Os dados coletados nesta pesquisa serão confidenciais e os seus resultados serão divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre a participação do/a voluntário(a). Todos os dados coletados ficarão guardados em pastas de arquivo e computador pessoal da pesquisadora, sob a sua responsabilidade.

A sua participação não implica em nenhum tipo de ônus financeiro de sua parte e no recebimento de qualquer tipo de incentivo desta natureza, estando apenas relacionada à sua colaboração para o sucesso da pesquisa que será disponibilizada em questionário eletrônico, com duração de até trinta minutos para ser respondido.

Por força do que determina o Capítulo IV da Resolução 510/16, esclareço que esta pesquisa de opinião não irá gerar riscos à sua saúde física ou mental. Esclareço que, caso alguma das perguntas da pesquisa apresente algum tipo de desconforto para ser respondida, tem a total liberdade de não responder. Saliento a relevância de sua participação, tendo em vista os benefícios decorrentes dos resultados da pesquisa, quais sejam:

- contribuições para a comunidade científica e pesquisadores com a ampliação da análise da trajetória de egressos considerando a relação educação e trabalho em períodos de governo e cenários socioeconômicos distintos;
- possibilidade para fornecer à instituição de ensino metodologia para a pesquisa de trajetória de egressos no mercado de trabalho que pode ser ampliada para outros cursos no sentido de contribuir para avaliação de suas práticas no ensino superior.

Além destas contribuições, como a pesquisadora atua como docente no curso de Administração de Empresas, os resultados da pesquisa contribuirão para a implementação de estratégias metodológicas visando ao desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas ao curso.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos desta pesquisa ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, Maria Sampaio de Almeida, que poderá ser contatada pelo e-mail: mariasampaio.msa@gmail.com ou pelo WhatsApp: (071)999795215. Caso prefira, também poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador – CEP/UCSal no endereço: Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902 Tel: (71) 3203-8913 | Email: cep@ucsal.br para maiores esclarecimentos, se necessários.

Declaro que li e compreendi o texto acima e os objetivos da pesquisa compreendo os benefícios de minha participação, conforme convite e concordo em participar voluntariamente, assinalando a opção.

() Li e entendi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo em participar da pesquisa Trajetória de egressos do curso de Administração de Empresas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PESQUISA – TRAJETÓRIA EGRESSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Prezado egresso,

Considerando a sua concordância através do Termo de Consentimento apresentado no início deste questionário, solicitamos responder as perguntas a seguir apresentadas, assinalando a opção escolhida. As respostas são anônimas e devem ser feitas de forma voluntária. Caso se sinta desconfortável em responder alguma pergunta, tem a opção de não responder.

Agradecemos a sua participação!

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1.1 Quais os recursos financeiros usados para cursar Administração de Empresas na instituição de ensino?

- Próprio Familiar Financiamento PROUNI Financiamento FIES
 Bolsa da instituição de ensino Outro tipo de financiamento – (especificar):

1.2 Em qual turno estudou?

- Diurno Noturno

1.3 Ano de conclusão do curso na instituição de ensino.

- 2012 2015 2016 Outro: (especificar)

1.4 Qual a sua faixa etária?

- 18 a 24 anos 25 a 39 anos 40 a 59 anos 60 anos ou mais

1.5 Gênero

- Masculino Feminino

1.6 Estado Civil

- Solteiro Casado União estável Separado
 Divorciado Outro: (especificar)

1.7 Em termos de cor ou raça, como você se considera?

- Branca Parda Amarela Indígena

1.8 Qual o nível de escolaridade de seus pais?

| | Pai | Mãe |
|--------------------|--------------------------|--------------------------|
| Analfabeto | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Ensino fundamental | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Ensino médio | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Ensino superior | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Pós-graduação | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

1.9 Qual o idioma que fala, lê e escreve, além do português?

| | Fala | Lê | Escreve |
|----------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Inglês | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Espanhol | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Francês | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Alemão | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Italiano | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Outro: (especificar) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

1.10 O que lhe levou a cursar o ensino superior?

- Possibilidade para aumentar a cultura geral
- Melhorar as possibilidades para ingressar no mercado de trabalho
- Incentivo de familiares e/ou amigos
- Obter promoção no emprego
- Outro: especificar

1.11 O que lhe levou a cursar Administração de Empresas? (Marque até três opções)

- Facilidade de ingresso no curso
- Afinidade com a área de administração
- Empreender no mundo dos negócios
- Formação abrangente
- Complementação para o desenvolvimento profissional
- Curso de menor custo
- Outro: especificar:

2. PERFIL PROFISSIONAL – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

2.1 Como avalia o desempenho que obteve nas disciplinas do curso, durante a sua permanência na instituição de ensino?

- Na média
- Acima da média

2.2 Você realizou o ENADE?

- Sim
- Não

Se respondeu sim, qual foi a pontuação obtida?

2.3 Qual o seu nível de concordância quanto a ter desenvolvido as competências e habilidades especificadas a seguir por ter cursado administração de empresas?

| Competências | Concordo Plenamente | Concordo | Discordo Plenamente | Discordo | Não concordo nem discordo |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|
| Pensar estrategicamente | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Análise crítica de situações ou problemas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Introduzir modificações em processos produtivos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Atuar preventivamente | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Transferir e generalizar conhecimentos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Aplicar técnicas para a tomada de decisão | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Relacionamento Interpessoal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Negociação | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Aplicação de soluções criativas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Utilização de raciocínio lógico no desenvolvimento de atividades | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Elaborar e implementar ações ou projetos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Aprendizado e atualização continuada | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

3. ESTUDO E TRABALHO

3.1 Qual a sua situação atual no mercado de trabalho?

- Desempregado
 Empregado, com carteira assinada
 Empregado, sem carteira assinada
 Trabalhando como autônomo
 Empresário (a)
 Estagiando

Se respondeu empregado com carteira assinada ou sem carteira assinada, responda as questões 3.2 a 3.5

3.2 Qual a natureza jurídica da empresa?

- Pública Privada Terceiro Setor

Se respondeu natureza jurídica privada, em qual das opções listadas a seguir você trabalha?

- Indústria Comércio Instituição financeira Hotelaria e turismo

- Consultoria Educacional Informática Agronegócio
- Agroindústria Esporte Serviços de saúde Outro: (especificar)

3.3 Qual o tipo de vínculo com a empresa?

- Efetivo Trabalho temporário Trabalho temporário

3.4 Qual a posição do cargo que ocupa?

- Diretoria Assessoria Gerência Coordenação Supervisão
- Analista Técnico Assistente Auxiliar Estágio

3.5 Qual a jornada de trabalho?

- Até 20 horas por semana Mais de 20 horas até 30 horas por semana
- Mais de 30 horas até 40 horas por semana Mais de 40 horas até 44 horas por semana
- Acima de 44 horas por semana

Se respondeu desempregado na pergunta 3.1, responda as perguntas 3.6 e 3.7

3.6 Há quanto tempo está sem obter colocação no mercado de trabalho?

- Até 3 meses Acima de 3 meses até 6 meses
- Acima de 6 meses até 9 meses Acima de 9 meses até 12 meses
- Acima de 12 meses

3.7 Que aspecto está presente na sua situação de desempregado? (Marque até três opções).

- Mercado de Trabalho em baixa Não tenho experiência
- Não encontra vaga compatível com a formação Necessita de melhor qualificação
- Concorrência com outros profissionais Está estudando para concurso público
- Aguarda chamada de concurso público Outro motivo (especificar)

3.8 Há quanto tempo trabalha na área em que se formou?

- Menos de um ano De 1 ano até 2 anos Acima de 2 anos até 5 anos
- Mais de 5 anos Nunca trabalhou na área de formação.

3.9 Qual a sua relação com o trabalho durante o tempo em que estava cursando Administração?

- Só estudava
- Desempregado (procurando emprego)
- Funcionário público estatutário
- Empregado, com carteira assinada
- Empregado, sem carteira assinada
- Trabalhava como autônomo
- Trabalhava em negócio familiar
- Empresário (a)
- Estagiário (a)
- Outra (especificar)

Após a conclusão do curso você continuou os estudos?

- Não Sim Por que?

3.10 Qual a sua experiência de trabalho após a conclusão do curso? (Assinalar as situações que já vivenciou)

- Desemprego (procura de emprego)
 Continuou no mesmo trabalho/emprego que tinha quando estudava
 Começou em um novo trabalho/emprego
 Funcionário público estatutário
 Funcionário público REDA
 Empregado, com carteira assinada
 Empregado, sem carteira assinada
 Trabalho como autônomo
 Trabalho em negócio familiar
 Empresário(a)
 Outra (especificar)

Se continuou no mesmo emprego, foi promovido após a conclusão do curso?

- Sim Não

Se respondeu desempregado, responda as perguntas 3.11 a 3.14.

3.11 A situação de desempregado esteve relacionada a qual aspecto?

- Falta de qualquer oportunidade
 Falta de oportunidades na área de interesse
 Falta de habilidades com recursos de informática
 Falta de conhecimento de outro idioma
 Oferta salarial muito baixa
 Outra razão (especificar):

3.12 Qual o tempo médio de permanência no último emprego?

- Até 3 meses Acima de 3 meses até 6 meses
 Acima de 6 meses até 9 meses Acima de 9 meses até 12 meses
 Acima de 12 meses

3.13 Quanto tempo levou para obter colocação no mercado de trabalho?

- Até 3 meses Acima de 3 meses até 6 meses
 Acima de 6 meses até 9 meses Acima de 9 meses até 12 meses
 Acima de 12 meses

3.14 Que meios tem usado para ingressar no mercado de trabalho?

- Concurso público
 Efetivação após o período de estágio
 Procurou o serviço público (SINE, SIM)
 Se inscreveu em sites da internet
 Participação em processos seletivos
 Indicação de parentes
 Indicação de amigos

- Indicação de pessoas influentes.
- Outro: (especificar)
- Nenhum

Se respondeu empregado com carteira assinada ou sem carteira assinada, responda as perguntas: 3.15 a 3.18.

3.15 Qual a natureza jurídica da empresa?

- Pública Privada Empresa familiar Terceiro Setor

3.16 Qual o tipo de vínculo com a empresa?

- Efetivo Trabalho temporário Trabalho terceirizado
- Contrato intermitente de trabalho Estágio
- Outro (especificar)

3.17 Qual a posição do cargo que ocupa?

- Diretoria Assessoria Gerência Coordenação Supervisão
- Analista Técnico Assistente Auxiliar Outro:

3.18 Qual a jornada de trabalho?

- Até 20 horas por semana Mais de 20 horas até 30 horas por semana
- Mais de 30 horas até 40 horas por semana Mais de 40 horas até 44 horas por semana
- Acima de 44 horas por semana

3.19 Qual a faixa de sua última renda mensal individual?

- Nenhuma, está desempregado
- 01 Salário Mínimo
- Acima de 1 até 2 Salários Mínimos
- Acima de 2 até 3 Salários Mínimos
- Acima de 3 até 4 Salários Mínimos
- Acima de 4 até 5 Salários Mínimos
- Acima de 5 Salários Mínimos

3.20 Em relação à situação durante o tempo em que estava cursando administração, a sua renda:

- Aumentou Manteve-se no mesmo nível Reduziu

3.21 Caso tenha feito seu curso utilizando financiamento do FIES, responda às seguintes questões:

- O valor da parcela representa até 5% da renda mensal individual
- O Valor da parcela representa mais de 5% até 10% da renda mensal individual
- O valor da parcela representa mais de 10% até 15% da renda mensal individual
- O valor da parcela representa mais de 15% da renda mensal individual
- Está fazendo a amortização
- Está inadimplente
- Outro: (especificar)

4. ASSOCIATIVISMO, INTERESSES CULTURAIS e INFORMATIVOS

4.1 Que tipo de participação de atividade política e social você tem?

- Conselho da categoria profissional
- Associação representativa de categoria profissional
- Associação de Bairro
- Sindicato
- Não tenho participação
- Outra: especificar

4.2 Quais os interesses culturais que tinha durante o período em que estava cursando administração?

- Cinema Literatura Música Teatro Esporte
- Outro: especificar

4.3 Quais os interesses culturais que tem atualmente?

- Cinema Literatura Música Teatro Esporte
- Outro: especificar

4.4 Que meios utilizava para manter-se informado sobre assuntos da atualidade durante o período em que estava cursando administração?

- Jornais Revistas TV aberta TV a cabo Redes sociais
- Outro: especificar

4.5 Que meios utiliza para manter-se informado sobre assuntos da atualidade atualmente?

- Jornais Revistas TV aberta TV a cabo Redes sociais
- Outro: especificar

APÊNDICE C

INFORMAÇÕES SOBRE O RECURSO PARA PESQUISA SURVEY MONKEY

O questionário para a coleta de dados foi disponibilizado via web utilizando a plataforma Survey-Monkey – <https://pt.surveymonkey.com> – que viabiliza o tipo de pesquisa definido para o estudo cujos padrões de segurança, confidencialidade e disponibilidade da informação atendiam às necessidades para a realização da pesquisa.

São os seguintes os procedimentos de parametrização e para a realização da coleta de dados.

- Definição da permissão para acesso, mediante cadastro do login e senha da pesquisadora.

- Cadastro do questionário na plataforma gerando um link para o acesso dos pesquisados de modo que fosse possível responder ao questionário uma única vez, após dar o aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

A disponibilidade de dados estatísticos pelo recurso informatizado possibilitou à pesquisadora acompanhar o índice de questionários respondidos.

Após ter obtido o percentual de retorno estabelecido como meta, foi fechado o link de acesso ao questionário e realizadas análises estatísticas pertinentes ao estudo.